



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS**

CARLIANE CASTRO SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E
ASSESSORIA NO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, NA
CIDADE DE MANAUS/AM.**

MANAUS-AM

2022

CARLIANE CASTRO SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E
ASSESSORIA NO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, NA
CIDADE DE MANAUS/AM.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa 1: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Márcia Perales Mendes Silva

MANAUS-AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Carliane Castro

S586t O trabalho do Assistente Social no âmbito da Consultoria e Assessoria no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na cidade de Manaus/AM / Carliane Castro Silva . 2022
189 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Márcia Perales Mendes Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Política de Habitação. 2. Programa Minha Casa Minha Vida. 3. Trabalho Social. 4. Serviço Social. 5. Consultoria e Assessoria. I. Silva, Márcia Perales Mendes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CARLIANE CASTRO SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E
ASSESSORIA NO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, NA
CIDADE DE MANAUS/AM.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa 1: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

Aprovado em: 04 de Novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Perales Mendes Silva
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Lidiany de Lima Cavalcante
Membro interno

Prof^ª. Dr^ª Márcia Irene Pereira Andrade
Membro externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus por ser essencial em minha vida, meu braço e ombro amigo e meu socorro nos momentos difíceis que passei para concluir esta pesquisa. Dedico também as Assistentes Sociais que sem negar sua condição de trabalhador assalariado, reconhecem que “há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir”, sem deixar a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão.

AGRADECIMENTOS

“Não podemos aprender nada de novo até que possamos admitir que ainda não sabemos de tudo”.
Erwin G. Hall

No final de um trabalho sempre é bom refletimos sobre as etapas que tivemos que passar para chegarmos ao final. Nessa trajetória repleta de desafios e momentos difíceis, muita foram as pessoas que de alguma forma contribuíram para que a maratona fosse concluída; diante disso agradeço a todos que ajudaram para que esse sonho se realizasse, porém, acredito que dizer muito obrigado é importante tanto para quem diz como para quem está ouvindo, nesse caso lendo, considero algumas pessoas fundamentais nesse processo que estou concluindo, são a essas pessoas que de forma nominal faço meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente elevo meus agradecimentos a Deus pela oportunidade da vida, saúde, força e sabedoria neste caminhar do conhecimento. Deus, muito obrigada!

Aos meus Pais (Carlos Pessoa e Socorro Castro), por tudo aquilo que passamos juntos, e que sempre me fizeram acreditar na possibilidade de alcançar meus sonhos e objetivos, mesmo em meio aos obstáculos e dificuldades que se apresentaram em relação a saúde de vocês, em especial de meu pai. Sou eternamente grata pelo incentivo e a educação que me deram.

Ao meu esposo Ronaldo Bentes Cavalcante, companheiro de todas as horas, que foi meu exemplo e incentivo para fazer o mestrado. Agradeço pelo apoio e por me compreender neste processo de aprendizagem e superação. Essa conquista também é sua!

Aos meus irmãos (Mara, Hemerson, Socorro e Ederson), agradeço pela compreensão, pois muitas vezes não pude dar a atenção devida a vocês, em especial agradeço a minha irmã Mara Edlaine por toda força, oração, apoio, compreensão e carinho durante este meu percurso do mestrado, pois muitas vezes choramos e nos fortalecemos juntas. Gratidão!

Agradeço à minha querida e amada orientadora Márcia Perales, que me mostrou que o rigor acadêmico pode ser exercido com respeito, carinho e com valorização das subjetividades de cada aluno. Com certeza não sou a mesma mestranda do início, pois com ela aprendi que conhecimento é um processo contínuo que se adquire e se exerce. Sou grata pelo incentivo, compreensão e orientação em todos os momentos desta produção científica. Obrigada por acreditar na minha proposta e me incentivar a seguir o processo metodológico até o final. Um exemplo de profissional: humana, dedicada, comprometida e acima de tudo justa e competente. Consegue sempre extrair dos seus orientandos o melhor, mesmo diante de tantas adversidades,

com palavras de incentivo, respeito, conforto e carinho. Suas contribuições foram importantes para a minha vida profissional e pessoal. À senhora, todo o meu amor e gratidão!

Às professoras que compuseram a Banca de Defesa deste trabalho: professora Lidiany Cavalcante pelo carinho, incentivos, respeito e preciosas contribuições; e a professora Márcia Irene, pela generosidade, contribuições e respeito, por aceitarem o nosso convite e nos acompanhar nesse percurso desde a qualificação, com sugestões valiosas e apontamentos pertinentes para a construção desse trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS-UFAM), que abriram caminhos para eu me tornar uma profissional de senso crítico e propositivo, com compromisso ético-político.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo suporte basilar para que essa pesquisa fosse possível e por impulsionar o crescimento e o alcance da ciência no Estado do Amazonas e por contribuir em melhorias na nossa região.

A todas as Assistentes Sociais entrevistadas, pela receptividade e atenção, ao aceitarem participar da pesquisa. Agradeço por me deixarem adentrar com vocês neste espaço ocupacional da assessoria e consultoria na área habitacional e compartilhar suas ricas experiências profissionais, suas contribuições foram fundamentais na construção desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado turma 2020/1 pelo compartilhamento das angústias, e da superação em cada fase, pois sabemos o quanto a pandemia do Covid-19 nos afetou, fazendo com que compartilhássemos aprendizados e conhecimentos através das plataformas google Meet e YouTube. Juntos superamos as incertezas, dúvidas e tristezas que nos acometeram e aprendemos que o mestrado é um processo de grande aprendizagem, mas também de muito esforço intelectual e dedicação.

Agradeço a Trindade Santos e a Escarlete Raissa pelo carinho, atenção e oração e em especial a Sarah Thais pela amizade construída, companheirismo, incentivo e apoio em todos os momentos do mestrado, a você minha eterna gratidão.

Por fim, eu agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

“Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe. Só levo a certeza de que muito pouco eu sei, ou nada sei” (Almir Sater e Renato Teixeira).

EPÍGRAFE

De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos começando,
A certeza de que é preciso continuar,
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar.
Façamos da interrupção um caminho novo,
Da queda, um passo de dança,
Do medo, uma escada, Do sonho, uma
ponte, Da procura, um encontro.
[...] E assim terá valido a pena.

Fernando Sabino

RESUMO

Com o atual debate sobre os novos espaços sócio-ocupacionais e competências do Assistente Social, a consultoria e assessoria vem ganhando destaque. A Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei 8.662 de 1993) estabelece o exercício da consultoria e o da assessoria como uma atribuição privativa do profissional de Serviço Social. Nessa perspectiva, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo geral: analisar os entraves e as possibilidades para consolidação e ampliação do espaço ocupacional do assistente social nos processos de consultoria e assessoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM. Este projeto está ancorado no materialismo histórico-dialético e adota a abordagem qualitativa de pesquisa. Por meio do instrumento de entrevista semiestruturada, foram entrevistadas 07 assistentes sociais que atuaram como consultoras/assessoras no Projeto de Trabalho Social no Residencial Cidadão Manauara I, no período de janeiro de 2017 a maio de 2018. O estudo possibilitou a identificação dos seguintes resultados: a Assessoria/Consultoria se dá tanto no campo das atribuições privativas em matéria de Serviço Social, quanto no das competências profissionais, conforme legislação brasileira; o trabalho desenvolvido pelos sujeitos da pesquisa é realizado por meio de ações ancoradas na perspectiva democrática e na efetivação dos direitos sociais, com vistas à emancipação política e humana dos sujeitos; permanece como um dos desafios neste âmbito de atuação, a falta de reconhecimento do trabalho dos assistentes sociais como assessor e/ou consultor pela categoria profissional; por outro lado, identificou-se uma busca dos sujeitos da pesquisa pela ampliação deste espaço profissional, buscando que este campo seja reconhecido pela própria categoria; há necessidade de realização de debates sobre a atuação dos assistentes sociais na área de consultoria/assessoria, pois ainda se verificam lacunas no aprofundamento e entendimento real do sentido desse processo pela categoria; os conselhos profissionais tem papel relevante na condução de reflexões e espaços de discussões no qual apresente este âmbito profissional com concretude e efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, na perspectiva de fortalecer e desenvolver o Serviço Social; reconhece-se a importância do trabalho dos assistentes sociais na área específica e nos processos de discussão, pois os sujeitos pesquisados demonstram capacidade técnica em intervir frente a várias demandas e pluralidade de questões surgidas no cotidiano do exercício profissional, apresentando comprometimento ético-político na busca de soluções e viabilização de direitos.

Palavras-chave: Política de Habitação; Programa Minha Casa Minha Vida; Trabalho Social; Serviço Social; Consultoria e Assessoria.

ABSTRACT

With the current debate on the new socio-occupational spaces and competences of the Social Worker, consultancy and assistance has been gaining prominence. The Law for the Regulation of Social Work (Law 8662 of 1993) establishes the exercise of consultancy and assistance as a private attribution of the Social Work professional. In this perspective, the present research established as a general objective: to analyze the obstacles and possibilities for the consolidation and expansion of the social worker's occupational space in the consulting and advisory processes, taking as reference the Social Work Project - PTS, of the Housing Program Minha Casa Minha Vida, in the City of Manaus-AM. This project is anchored in historical-dialectical materialism and adopts a qualitative research approach. Through the semi-structured interview instrument, 07 social workers who acted as consultants/advisors in the Social Work Project at Residencial Cidadão Manauara I were interviewed, from January 2017 to May 2018.

The study made it possible to identify the following results: Advice/Consulting takes place both in the field of private attributions in terms of Social Work and in professional skills, according to Brazilian legislation; the work developed by the research subjects is carried out through actions anchored in the democratic perspective and in the realization of social rights, with a view to the political and human emancipation of the subjects; remains as one of the challenges in this field of work, the lack of recognition of the work of social workers as an advisor and/or consultant by the professional category; on the other hand, a search by the research subjects for the expansion of this professional space was identified, seeking that this field be recognized by the category itself; there is a need to hold debates on the performance of social workers in the consulting/assistance area, as there are still gaps in the deepening and real understanding of the meaning of this process by the category; professional councils play an important role in conducting reflections and discussion spaces in which this professional scope is presented with concreteness and effectiveness of the profession's Ethical-Political Project, with a view to strengthening and developing Social Work; the importance of the work of social workers in the specific area and in the discussion processes is recognized, since the subjects surveyed demonstrate technical capacity to intervene in the face of various demands and plurality of issues that arise in the daily work of professional practice, showing ethical-political commitment in the search solutions and making rights viable.

Keywords: Housing Policy; My House My Life Program; Social work; Social service; Consulting and Advice.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Deficit Habitacional Total por situação de Domicílio e Déficit Habitacional Relativo – Brasil, Grandes Regiões, UF e Regiões Metropolitanas – 2019.....	46
Tabela 2: Faixas de renda do PMCMV.....	48
Tabela 3: Instrumentos Direto e Instrumentos Indiretos.....	123
Tabela 4: Honorários de Assistentes Sociais, por titulação, 2022.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Linhas e Programas do PMCMV, com suas respectivas características/objetivos.	49
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Empreendimento Residencial Cidadão Manauara I.....	56
Figura 2: Atribuição do assessor	107
Figura 3: Atribuições do consultor.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
AG Ano Graduação
AS Assistente Social
BNH Banco Nacional de Habitação
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDEPSS Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEF Caixa Econômica Federal
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CNM Confederação Nacional de Municípios
COHAB Companhia de Habitação Popular
COTS Caderno de Orientação Técnico Social
DC Desenvolvimento de Comunidade
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAR Fundo de Arrendamento Residencial
FDS Fundo de Desenvolvimento Social
FHC Fernando Henrique Cardoso
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS Habitação de Interesse Social
IAPs Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN Instrução Normativa
INOCOOP Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LOAS Lei Orgânica de Assistência Social
LOMAN Lei Orgânica do Município de Manaus
MBES Ministério da Habitação e Bem-Estar
MCIDADES Ministério das Cidades
MDU Ministério de Desenvolvimento Urbano
MDR Ministério do Desenvolvimento Regional
MHU Ministério da Habitação e Urbanismo
MPO Ministério do Planejamento e Orçamento
OEA Organização dos Estados Americanos
ONG Organização Não governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OSC Organizações da Sociedade Civil
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH Plano de Ação Imediata para Habitação
PBQP-H Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PCVA Programa Casa Verde e Amarela
PJB Projeto João de Barros
PLHIS Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMMV Programa Minha Casa Minha Vida
PNA Programa Nacional de Autoconstrução
PNH Política Nacional de Habitação
PNHR Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU Programa Nacional de Habitação Urbana
PTS Projeto de Trabalho Social
SBPE Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEPURB Secretaria de Política Urbana
SFH Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUBHAF Sub Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários
TAI Tempo de Atuação na Instituição
TCLE Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TIC Tecnologia da Informação e Comunicação
TRHSS Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social
TS Trabalho Social
TVE Tipo de Vínculo Empregatício
UH Unidade Habitacional
VPRESHAF Vice Presidência de Habitação e Assuntos Fundiários
ZFM Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À MORADIA	26
1.1 Política Habitacional Brasileira: Breve Trajetória Histórica e Aspectos Contemporâneos	26
1.2. Contextualização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Habitação de Interesse Social	43
1.2.1 Residencial Cidadão Manauara I e o Projeto de Trabalho Social	55
CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA: nova morfologia?	67
2.1 A Inserção do Assistente Social nos Processos de Trabalho na Contemporaneidade	67
2.1.1 Serviço Social e seus espaços sócio-ocupacionais	77
2.2 Atribuições e Competências do profissional de Serviço Social na Assessoria/Consultoria: uma reflexão urgente	82
CAPÍTULO III – CONSULTORIA E ASSESSORIA NO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PROFISSIONAL	89
3.1 Dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da atuação do assistente social que trabalha nas áreas da consultoria/assessoria: os pressupostos da formação profissional	89
3.1.1 Consultoria e Assessoria no trabalho do Assistente Social: teias constitutivas	103
3.2 A legitimidade do espaço profissional e o protagonismo do Assistente Social no Projeto de Trabalho Social – PTS desenvolvido no Residencial Cidadão Manauara I, na Cidade de Manaus/AM	113
3.2.1 O Assistente Social como consultor e/ou assessor no Projeto de Trabalho Social: de que papel estamos falando?	124
3.3 As vozes dos Assistentes Sociais: o trabalho profissional no âmbito da consultoria e assessoria	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A	170
APÊNDICE B	171
APÊNDICE C	172
APÊNDICE D	175
APÊNDICE E	176
ANEXO	178

INTRODUÇÃO

O conhecimento é interessante porque
é descoberta, é revelador, é invenção.
Compartilha aglutinando, desconhece reconhecendo,
expande vivenciando, encontra nos desencontros.
Paulo Ricardo Silva Ferreira.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e tem como matéria-prima a questão social e suas diferentes manifestações (IAMAMOTO, 2000). Para poder intervir na questão social, os profissionais de Serviço Social têm dentre os princípios e compromissos ético-políticos, de acordo o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, a ampliação e a consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Regulamentado pela Lei 8.662, de 1993, o Serviço Social tornou aptos os assistentes sociais para atuarem em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tais como Instituições públicas, Empresas, Terceiro Setor etc. em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, saúde, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, direitos sociais, movimentos sociais, responsabilidade social, meio ambiente, assessoria, consultoria, dentre outros. Todas essas áreas exigem do assistente social conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

De acordo com Iamamoto (2004), compreender os espaços sócio-ocupacionais do assistente social exige a reflexão no movimento histórico da sociedade brasileira e mundial, considerando os processos sociopolíticos que condicionam o modo como o Serviço Social se insere na sociedade capitalista, ou seja, como um tipo de especialização do trabalho inscrito na divisão social e técnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais, realizando ainda sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada.

O Assistente Social está inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais, junto a organizações e instituições de diversas naturezas. Essa inserção está relacionada ao modo de organização do trabalho na sociedade capitalista e suas particularidades no âmbito das políticas sociais (a fragmentação, a superespecialização, o controle da força de trabalho, entre outros) e como ele se organiza para responder às expressões da Questão Social.

Com o atual debate sobre os novos espaços sócio-ocupacionais e competências do Assistente Social, a área de assessoria e consultoria vem ganhando destaque e pode ser utilizada

como mais uma das formas de inserção do Assistente Social no mercado de trabalho, uma vez que se trata de um profissional detentor de conhecimento para assessorar outros segmentos, com possibilidades para vencer os desafios e exigências de trabalho que lhes são postas na prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O profissional de Serviço Social também atua por meio de consultoria e assessoria em projetos sociais, como o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida. O PTS tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária, através de um conjunto de ações inclusivas de cunho informativo e educativo, buscando facilitar a adaptação dos contemplados ao novo espaço de moradia, despertando o sentimento de pertencimento, o fortalecimento de laços de vizinhança, fortalecendo a autonomia das famílias, sua inclusão produtiva e estimulando a sua permanência nos imóveis.

O Trabalho Social é um componente importante para orientar as famílias contempladas a compreender o que é viver sobre nova condição, saindo da absoluta informalidade e adquirindo o sentimento de pertencimento, e esta preocupação deve ser sanada com as estratégias do trabalho social que apresentará possibilidades para que essas famílias percebam que tem direito e reforça sua capacidade de organização e reivindicação sedimentando, ações mais profundas de desenvolvimento social como uma questão fundamental (DELORENZO, 2010).

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, conforme França (2008), é um programa do Governo Federal, administrado pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, consiste em construção ou requalificação de imóveis com objetivo de minimizar os problemas da falta de moradia, e é sob esta ótica que as três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal) vêm propondo políticas públicas para minimizar o déficit habitacional através de programas de produção de unidades habitacionais em todo o país.

A atuação do Serviço Social nas políticas habitacionais vem se expandindo, porém pouco se tem produzido, refletido e/ou problematizado sobre o trabalho dos profissionais de Serviço Social inseridos por meio da consultoria e/ou assessoria em Projetos Sociais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMMV), objeto de análise deste estudo.

O interesse em estudar o tema consultoria e assessoria no Serviço Social surgiu de indagações emergentes a partir da trajetória profissional da pesquisadora vivenciada através de

uma empresa de consultoria que executava dentre outras atividades o Projeto de Trabalho Social que faz parte do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, onde a prática profissional em consultoria e assessoria aponta para a importância de compreender a ação dos profissionais de serviço social nesse espaço de atuação e nas mais diversas situações de vulnerabilidade dos beneficiários contemplados com uma nova moradia.

Nesse sentido, esta experiência teórico-prática abre espaços para refletir a inserção do Assistente Social nos processos de consultoria e assessoria, pois através da pesquisa foi possível fazer uma análise sobre os profissionais inseridos nesse contexto de mercado de trabalho, identificando os desafios, perspectivas, contribuições e protagonismo que permeiam o seu exercício profissional no atendimento às famílias beneficiárias do programa habitacional, assim como apontar a consultoria e assessoria como espaço legítimo de atuação profissional para os assistentes sociais.

Um conjunto de questionamentos concernentes a atuação do profissional do Serviço Social na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social, emergiram: As consultorias ou assessorias podem ser instrumentos de socialização de informações e conhecimentos, espaço de viabilização de direitos e de vivência das contradições sociais presentes no campo de correlações de forças, mas será que tem sido efetivamente?

A partir de um conjunto de indagações, foram elencadas as questões norteadoras, a seguir: Como é operacionalizado o trabalho de consultoria/assessoria pelos profissionais do serviço social no Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM.? O Assistente Social, ao desempenhar seu trabalho como consultor e/ou assessor, se utiliza de estratégias profissionais a fim de afirmar seus compromissos com a categoria profissional e com a profissão? Quais os avanços, retrocessos e possibilidades das políticas voltados para o protagonismo do assistente social no desenvolvimento de suas atividades nessa área de atuação profissional?

Sendo assim, a pesquisa teve como **objetivo geral** analisar os entraves e as possibilidades para consolidação e ampliação do espaço ocupacional do assistente social nos processos de consultoria e assessoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM. E como **objetivos específicos**: identificar os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que embasam a atuação profissional dos Assistentes Sociais nos processos de consultoria e assessoria; avaliar potencialidades e limites da consultoria e assessoria como espaço

ocupacional, a partir da visão dos assistentes sociais que trabalharam no desenvolvimento do Projeto Social no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida; e Refletir sobre avanços, retrocessos e desafios em relação ao protagonismo do assistente social no desenvolvimento de suas atividades nessa área de atuação profissional.

Para responder aos objetivos da pesquisa elegeu-se as seguintes categorias centrais de análises: Estado; Política Pública Contemporânea de Habitação; e Trabalho do Assistente Social (Consultoria e Assessoria), as quais se entrecruzaram no percurso da pesquisa.

O aporte teórico teve como fundamento o materialismo histórico-dialético que, de acordo com Netto (2005), não define um conjunto de regras a serem aplicadas ao objeto de investigação, pois este só pode ser observado e compreendido dentro da totalidade de suas relações com o meio material. O objeto tem suas relações determinadas pelas condições materiais em que está inserido, surgindo, assim, a necessidade de um contato prévio com aquele dentro de sua realidade, que se apresenta em constante movimento. O materialismo histórico dialético possibilita explicar a evolução da matéria, da natureza e do próprio homem.

A modalidade de pesquisa adotada foi a qualitativa, visto que, para além de descrever os fatos da realidade, possibilita analisar e compreender as informações mediante a interação entre os sujeitos que dela participaram, possibilitando uma maior interação com os participantes da pesquisa e oferecendo oportunidade a esta pesquisadora de ouvir além dos assuntos relacionados ao objeto de estudo as histórias de vida dos sujeitos. Acredita-se, assim como Minayo (2011), que esse tipo de metodologia teórica permite desnudar processos sociais ainda ocultos em uma realidade e favorece a elaboração de novas abordagens, revisão e ideação de novos conceitos e categorias no percurso da investigação.

A pesquisa foi estruturada em três fases:

1. Levantamento bibliográfico - embasamento teórico e subsídios tanto para a qualificação do projeto como para a análise dos dados. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, através deste tipo de pesquisa foi realizado o levantamento de livros, artigos, teses, dissertações, entre outros, relacionados à proposta da investigação, objetivando buscar uma melhor compreensão do objeto de estudo. Vale salientar que esta pesquisadora encontrou dificuldades na busca por produções, tendo em vista que os seus fundamentos (expressos na produção de conhecimento da área) são, ainda, incipientes, além do fato desta pesquisa ser realizada em tempos difíceis em virtude da pandemia do COVID-19, impossibilitando dentre outras ações, o acesso presencial às bibliotecas, especialmente da UFAM;

2. Pesquisa documental, que possuiu a finalidade de obter dados que estão restritos a documentos, sejam eles escritos ou digitalizados, de origem primária e secundária, como os: documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, censos, ofícios, leis e relatórios de instituições públicas, através dos sites do Estado e dados governamentais (LAKATOS; MARCONI, 2010).

3. Pesquisa de campo: coleta de informações acerca do objeto de pesquisa, pelo qual se procurou uma resposta que possibilitou analisar os fenômenos a serem abordados (MINAYO, 2011; LAKATOS, 2010; GIL, 2008).

O universo da pesquisa foi constituído de **07** Assistentes Sociais que participaram da execução do PTS no Residencial Cidadão Manauara I, localizado na Zona Norte da Cidade de Manaus-AM, na Rua Samambaia, nº1319, Bairro Santa Etelvina, por meio da consultoria e assessoria, tendo-se como recorte temporal o período de janeiro de 2017 a maio de 2018, seguindo os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

Inclusão: 1) Profissional que atua na consultoria/assessoria; 2) Estar no exercício legal de suas atribuições com o Conselho Regional de Serviço Social; 3) Fazer parte da equipe técnica que desenvolveu o Trabalho Social; 4) Ser morador da cidade de Manaus-AM há, no mínimo, quatro anos; 5) Aceitar os critérios para o desenvolvimento da pesquisa.

Exclusão: 1) Profissionais que atuam na consultoria/assessoria, mas que não sejam assistentes sociais; 2) Assistentes Sociais que trabalham na consultoria, mas que atuam com trabalho voluntário; 3) Profissionais formados em serviço social, mas que atuam na consultoria em outros cargos que não seja o de assistente social.

Com base nos critérios de inclusão e exclusão, definiu-se os participantes da pesquisa, cujos perfis estão detalhados no Apêndice A (Caracterização Geral dos Entrevistados - (Pessoal – Formação Acadêmica – Atuação Política) e no Apêndice B (Caracterização Geral dos Entrevistados – atuação profissional).

Para assegurar o sigilo, bem como preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice C), de acordo com o que é preconizado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, assinado também pela pesquisadora (mestranda).

Além disso, foi solicitado o Termo de Anuência (Apêndice D), com vistas à autorização junto à instituição selecionada para a realização do presente estudo. Cabe destacar que esta pesquisa foi submetida na Plataforma Brasil e ao comitê de ética em pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, conforme prevê a Resolução Nº 510/2016 do

Conselho Nacional de Saúde. A aprovação do Comitê de Ética, CAAE: Nº 55189321.0.0000.5020, está no anexo 1 desta dissertação. Após autorizações para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado contato com os sujeitos para explicitação dos objetivos deste estudo e agendamento de entrevista, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em consonância com a Resolução Nº 510/2016, para manter a confidencialidade e o sigilo das informações repassadas pelas Assistentes Sociais entrevistadas, seus nomes foram desidentificados e serão apresentados neste estudo através de uma codificação. Todos os sujeitos participantes das entrevistas individuais, feitas de forma presencial, são assistentes sociais, dessa forma, apenas foram diferenciados pelo respectivo número de identificação (AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6, AS7). Ressalta-se que durante as entrevistas foram seguidos todos os cuidados e medidas necessárias de acordo com os protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias e da Biodiversidade da UFAM, como: uso obrigatório de máscara, distanciamento social de no mínimo 1,5m e uso de álcool em gel, com horário, local e data acordados com antecedência entre pesquisador e entrevistado.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram executados técnicas e instrumentais que auxiliaram a obtenção de dados e a sua análise, sendo: Entrevista semiestruturada, que foi realizada junto aos sujeitos da pesquisa, seguindo um roteiro norteador (Apêndice E); e Organização e Análise teórica das informações coletadas, à luz do referencial teórico estudado (oriundos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com vistas a edificar a construção de um conhecimento consistente e coerente sobre o tema investigado).

Os dados obtidos correlacionaram com as categorias analíticas que proporcionaram a interpretação dos mesmos para corresponderem ao objetivo de analisar a atuação do assistente social na consultoria e assessoria, refletindo sobre os desafios, avanços, retrocessos e protagonismo do exercício profissional no desenvolvimento de suas atividades nessa área de atuação, avaliando o potencial e os limites da consultoria e assessoria como espaço ocupacional no serviço social.

A estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos articulados e complementares entre si, no sentido de favorecer a análise empreendida e o alcance dos objetivos propostos, a saber:

No primeiro capítulo, cujo título é **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À MORADIA**, discute-se a questão da habitação no Brasil. Para a compreensão desta problemática, contextualiza-se a Política Habitacional

Brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Cidadão Manauara I e o Projeto de Trabalho Social, utilizando conceitos teóricos que fundamentaram a questão habitacional, com o objetivo de expandir as discussões sobre as Políticas Públicas e o Direito à Moradia. Para isso, dialoga-se com os trabalhos de Adas (2004); Azevedo (2007); Behring & Boschetti (2011); Bonduki (1998; 2008); Brasil. Ministério das Cidades (2009); Brasil (2014); Botega (2008); Buounfiglio (2018); Delorenzo; Dias e Camargos (2017); Ferreira (2019); Maricato (2008; 2011); Paz (2008); Paz e Taboada (2010); Santos (2013); Silva (1989); Villaça (1986; 2004); Villarosa (2010), dentre outros.

No segundo capítulo, intitulado **PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA: nova morfologia?**, discute-se a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho na sociedade brasileira na Contemporaneidade, vislumbrando reflexões de sua práxis mediante as novas morfologias do trabalho; situa-se a Assessoria e Consultoria como um desses processos de trabalho no qual o Serviço Social se insere, enfatizando as atribuições e competências profissional nesse espaço legítimo de atuação. Desenvolve-se esse capítulo referenciado nos estudos de ABEPSS (1996); Antunes (2014; 2020); Bravo e Matos (2010); Iamamoto (2000; 2004; 2009); Iamamoto e Carvalho (2006); Guerra (2013); Matos (2009; 2010); Netto (1992; 2005); Raichelis (2011; 2013); Oliveira (2019); Raichelis e Arregui (2021); Ribeiro (2008); Silva; Vallina (2005); Souza (2016); Vasconcelos (1998); Voss (2019); Yazbek (2005; 2009; 2014, dentre e outros.

E, por último, no terceiro capítulo, intitulado **CONSULTORIA E ASSESSORIA NO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PROFISSIONAL**, contextualiza-se as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da atuação do assistente social que trabalha nas áreas da consultoria/assessoria, apresentando os pressupostos da formação profissional em Serviço Social que embasam o exercício profissional e as concepções sobre consultoria e assessoria, fundamentais para a atuação competente dos assistentes sociais neste âmbito profissional. Analisa-se teoricamente as manifestações das diferentes participantes da pesquisa acerca de um conjunto de questões inquiridas as mesmas, com base nos estudos de ABESS/CEDEPSS (1996); Benevides (2018); Bravo e Matos (2010); CFESS (2016); Costa (2008); Iamamoto (2000; 2004; 2009); Iamamoto e Carvalho (2006); Giampaoli (2013); Guerra (2011; 2013); Lewgoy (2010); Maciel; Ozelame (2017); Matos (2006; 2009; 2010); Netto (1997); Oliveira (2019); Ozelame (2018); Pieritz (2016); Scheunemann (2010); Silva; Vallina (2005); Souza (2016); Vasconcelos (1998); Voss (2019); Yazbek (1984; 2005), dentre outros.

Pesquisar e escrever sobre os processos de consultoria e assessoria a partir da formação e da práxis profissional foi desafiador, uma vez que a categoria profissional, historicamente, não realiza muitos debates, questionamentos e reflexões sobre estes espaços de intervenção. Dito isto, transformamos os questionamentos em motivação para o resultado da pesquisa, um desafio enfrentado por considerar de grande relevância para a profissão e para a sociedade que esta discussão seja ampliada, de forma a levantar e apresentar conhecimentos crítico das questões pertinentes a prática da assessoria e consultoria pelo Serviço Social.

Esta pesquisa pretendeu contribuir para uma maior apreensão da realidade da Assessoria e Consultoria como espaço de atuação do assistente social na política habitacional, especialmente no planejamento e desenvolvimento das ações e serviços que fazem parte do Projeto de Trabalho Social, que através do conhecimento da realidade da demanda trabalhada utilizou de ferramentas e estratégias necessárias para efetivar a realização do seu trabalho profissional, buscando mecanismos que viabilizasse direitos, assim como buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes foram colocadas mediante suas habilidades técnico-profissionais.

Na atualidade a discussão da categoria do Serviço Social sobre os novos espaços de trabalho e as novas competências profissionais, tem-se tornado pauta de reflexão sobre as questões que envolvem a qualidade do trabalho profissional. Em razão disso, ressalta-se a relevância deste estudo na intenção de contribuir para uma melhor compreensão das lacunas ainda existentes no Serviço Social sobre a temática da Assessoria e Consultoria e, conseqüentemente, fortalecer o exercício profissional neste espaço de atuação profissional.

É necessário estar constantemente atualizado, atento às novas normas, novos instrumentos para acompanhar o desenvolvimento da profissão, articulando a relação ética e a operacionalização do trabalho, usando seus instrumentos de trabalho de forma correta, fortalecendo o agir profissional em base teórica social crítica com princípios das três dimensões da profissão que se estabelecem em teórica metodológica, ética política e técnica operativa, pois somente desta forma será alcançado o objetivo de mediar os conflitos existentes realizando, de fato, suas atribuições privativas.

A consultoria e/ou assessoria podem ser consideradas como instrumentos ou atividades da categoria profissional, novos espaços de intervenção do Serviço Social. Além disso, tenho convicção de que esse estudo é de relevância social e científica, pois trará contribuições no sentido amplo para a categoria profissional dos assistentes sociais, podendo tal conteúdo ser utilizado e aprofundado em demais pesquisas, assim como; gerará reflexões no meio

acadêmico, na categoria profissional e nos espaços de intervenção profissional, ao ser utilizado por estudantes e profissionais de Serviço Social com o intuito de alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre o tema e um espaço com maior legitimidade profissional.

Esta vivência foi indescritível, pela oportunidade de conhecer mais profundamente o trabalho das profissionais de Serviço Social em relação a sua práxis ao desenvolverem através da assessoria e/ou consultoria o projeto de trabalho social com as 784 famílias moradoras do Residencial Cidadão Manauara I. As profissionais receberam de forma muito positiva e afetuosa a iniciativa de realizar a pesquisa com essa temática considerada emergente, desafiadora e repleta de contradições, pois ainda é pouco discutida pela categoria profissional e as produções ainda são encontradas de forma incipiente. Como pesquisadora, ter a oportunidade de escutá-las e de conseguir conversar com as mesmas sobre a temática foi motivadora, uma vivência riquíssima que deseja-se compartilhar e motivar por meio desta dissertação.

CAPÍTULO I – A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À MORADIA.

“(...) não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social, mas é a questão social que tornará possível a solução do problema da habitação”. Friedrich Engels.

O presente capítulo tem como proposta trazer a discussão sobre a questão da habitação no Brasil, uma vez que o atual cenário das condições habitacionais apresenta-se ainda como um problema social e econômico não superado. A habitação é uma necessidade básica de todo ser humano, dessa forma a trajetória da política habitacional brasileira é marcada por décadas de acúmulo de um passivo na provisão de moradia, principalmente para a população de baixa renda.

Para compreender esta problemática, faremos uma breve contextualização sobre a Política Habitacional Brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Cidadão Manauara I e o Projeto de Trabalho Social, utilizando conceitos teóricos que fundamentam a questão habitacional, com o objetivo de expandir as discussões sobre as Políticas Públicas e o Direito à Moradia.

1.1 Política Habitacional Brasileira: Breve Trajetória Histórica e Aspectos Contemporâneos.

Para discorrer sobre habitação no Brasil é necessário antes considerar as relações que se estabelecem entre Estado e políticas públicas, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade ou em um determinado período histórico, para, posteriormente, se recorrer à história do setor habitacional brasileiro.

As políticas públicas são, na concepção de Lima (2011), o conjunto de planos e programas de ações governamentais voltadas à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. Assim, fica claro que as decisões do governo nas diversas áreas influenciam e muito a vida dos cidadãos e podem ter efeitos positivos ou negativos.

Mas o que se está compreendendo por Estado? É preciso conceituá-lo e qualificá-lo, considerando-se que o mesmo existe sob diferentes modalidades e configurações. Um mesmo

país pode, em determinado momento, viver sob o domínio de um Estado totalitário, mas, em outro momento, conviver com um Estado democrático (PEREIRA, 2008).

Para a autora, o conceito de Estado é amplo, complexo e histórico, pois existe considerável discordância em sua caracterização. A mesma argumenta que o Estado não existe em abstrato, ou seja, não está desvinculado da realidade e nem da história, assim como não existe em sentido absoluto, assumindo sempre uma única configuração.

O Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política de dominação do bloco de poder, em uma sociedade territorialmente definida, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação, com a atribuição que também extrapolam a coerção. Neste contexto, o governo ganha persona própria, jurídica, separa tanto da persona física do governante quanto da instituição estatal. (PEREIRA, 2008, pág. 148).

O Estado pode assumir forma política e historicamente definida. Não há um padrão estatal imutável e absoluto. Seu aparecimento está associado a certas épocas e circunstâncias, que são situadas e datadas. Ao fazer tais afirmações, é preciso entender que o Estado nem sempre existiu e que ele é criatura da sociedade (ALVEZ; RODRIGUES; VILELA, 2013).

Em outras palavras, isso quer dizer, segundo Pereira (2008), que não é possível falar de Estado sem relacioná-lo à sociedade, e vice-versa, pois, onde quer que ambos compareçam, um tem implicação sobre o outro e se influenciam mutuamente. A autora argumenta que mesmo nos regimes liberais mais ortodoxos, expressamente avessos à intervenção estatal, o Estado sempre interveio politicamente para atender demandas e necessidades, seja da esfera do trabalho, seja da esfera do capital.

Dessa forma, verificamos que existe uma dinâmica de contradição do funcionamento do Estado, principalmente no contexto capitalista, onde a máquina estatal se amplia aos interesses da classe dominante. Na existência desta dinâmica de contradição, é visível que o Estado cede aos interesses do capitalismo, nos levando a refletir sobre a ampliação da questão social e os desdobramentos que o próprio Estado cria e propõe como intervenção para enfrentá-la através das políticas sociais:

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 47).

De acordo com Höfling (2001), a análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são fundamentais, em especial quando se focaliza as políticas sociais entendidas como as de saúde, educação, habitação, assistência,

previdência, saneamento, entre outras, em um contexto capitalista, uma vez que os fatores envolvidos para a confirmação de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e exigem certo esforço de análise.

Neste sentido, verificamos que as políticas sociais se organizaram em decorrência do estágio de correlações de forças, onde os sujeitos sociais se encontram em cada contexto histórico, ampliando ou restringindo o processo dos direitos sociais e as formas de seu acesso.

Torna-se indispensável, ao se analisar a política social e seu desenvolvimento para conhecer o papel do Estado na sua implementação e regulação. O estudo das políticas sociais deve considerar a sua múltipla causalidade, suas conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante na sua origem.

Ao implantar os serviços públicos, o Estado está produzindo espaço e organizando-o. Dentre as atribuições estatais, nesse âmbito, insere-se a intervenção nas questões referentes à urbanização e seus impactos ambientais. Cabe ao poder público coordenar as ações governamentais relacionadas às políticas urbanas, tendo a responsabilidade de universalizar o direito à cidade e, em especial, o acesso à moradia digna, aos serviços de saneamento ambiental e a mobilidade urbana, dentre outros.

O direito de morar como uma função social, não trata exclusivamente do direito em suas múltiplas funcionalidades, porque o vislumbramos na ampliação de todos os demais direitos ao cidadão. Dessa forma, entendemos que a função social da propriedade é o núcleo básico da propriedade urbana, e o direito à propriedade só pode ser protegido pelo Estado. Portanto, a intervenção do Estado capitalista pressupõe estratégias de enfrentamento frente à classe trabalhadora, uma vez que esta, enquanto sujeito político, social e histórico pressiona, luta por seus direitos, por garantias mínimas de sobrevivência frente à exploração da força de trabalho.

Em síntese, a intervenção estatal ao longo do processo histórico apresenta aspectos econômicos, políticos e ideológicos conforme o cenário da época, verifica-se que dentre as várias políticas sociais, a política habitacional se apresenta conforme os interesses do estado capitalista e que os processos históricos de urbanização no Brasil influenciaram no direcionamento da política urbana.

A habitação, independentemente qual seja a sociedade, o tempo e as condições espaciais, é uma necessidade básica de todo ser humano. Compreende-se que a questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do

Brasil (AZEVEDO, 2007; BONDUKI, 2008; MARICATO, 2008; PAZ e TABOADA, 2010; VILLAÇA, 2004). O estudo da Política Habitacional brasileira remete à compreensão do processo de urbanização no Brasil e os vários elementos que ocasionam no território as relações vigentes sociais.

Compreende-se que essa intervenção no espaço urbano, através das Políticas públicas e sociais reflete nas relações sociais da cidade, no cotidiano da classe trabalhadora, pois segundo Behring e Boschetti (2010, p. 51):

As políticas sociais e a formação de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra na exploração do capital sobre o trabalho.

No Brasil, é a partir do século XX que se percebe as mudanças na sociedade. O País inicia um processo de transição da economia essencialmente agroexportadora para a economia industrial. Com a inversão do controle do capital através da industrialização, a cidade passou a comandar a economia. Não obstante a isto, deve-se reconhecer que é no âmbito do processo de industrialização e de desenvolvimento do país que a problemática habitacional se intensifica.

Segundo Villaça (1986), a ascensão do capitalismo no Brasil ocorre a partir da segunda metade do século XX, quando surgem os elementos sociais próprios do modo de produção capitalista, a mão de obra livre e a manutenção dos meios de produção nas mãos da burguesia emergente, tendo como lócus a cidade, onde uma das expressões da questão social será a problemática habitacional, principalmente para a classe trabalhadora.

Maricato (2008, p.17) afirma que apesar de no período colonial, no Brasil, já existirem cidades de grande porte, “é somente a partir da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade começa realmente a se consolidar”.

Com o processo de migração dos trabalhadores para a cidade, principalmente para os grandes centros à procura de trabalho, emergem diversas manifestações da questão social, como a falta de moradia, saúde, dos serviços básicos de consumo coletivo para a reprodução dessa emergente classe trabalhadora.

O problema da habitação popular urbana começa a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX com a penetração do capitalismo, da mesma forma como se constituía na Inglaterra cem anos antes. Naquela época começou a surgir aqui, como anteriormente havia surgido lá, o “homem livre”. Este é antes de mais nada um despejado. Despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida [...] eram os despejados das decadentes fazendas, como as do Vale do Paraíba, eram os despejados da Itália, eram os despejados das senzalas (VILLAÇA, 1986, p. 14).

Muitas famílias com grande número de filhos vinham em busca de melhores condições de vida, o que aumentava o contingente populacional e a proliferação de moradias irregulares, inclusive em áreas de proteção ambiental (ADAS, 2004). Milhares de pessoas ocuparam os espaços urbanos, com o desejo de obter oportunidades de trabalho e melhorar de vida, no entanto, nem todos conseguiam emprego ou renda necessária para suprir suas necessidades, passavam a viver em condições extremamente precárias.

Esse processo inicial de urbanização e formação do espaço da cidade brasileira irá marcar profundamente as cidades, com um processo de expulsão da classe trabalhadora dos centros para áreas com menos valor no mercado imobiliário. Maricato (2008, p. 17) expõe que os trabalhadores eram expulsos para os morros, baixadas e franjas da cidade, os municípios de Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e o Rio de Janeiro “são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial”.

Villaça (2004, p. 199) explica que “as grandes obras urbanas saem do consumo ilustre para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital”. Afirmar ainda que a cidade é tida como força de produção. Desse modo, as obras de infraestrutura para a mobilidade do capital e distribuição de mercadorias são priorizadas, enquanto a política habitacional, que atenda aos trabalhadores, é relegada a segundo plano.

Assim, a problemática habitacional no modo de produção capitalista torna-se latente, uma vez que a classe trabalhadora que possui apenas a força de trabalho para a venda aos meios de produção, não dispõe de recursos financeiros suficientes para garantir uma moradia digna, ao contrário lançará mão de diversas estratégias de moradia ao ocupar espaços insalubres, áreas degradadas, sem saneamento, sem as condições mínimas para a reprodução social. Deste modo, compreende-se que a problemática habitacional é uma das expressões da questão social que se manifesta no seio da cidade capitalista, onde a intervenção do Estado se dá de forma paliativa e seletiva, pois não atende de fato a demanda apresentada pela classe trabalhadora por moradia digna.

O cortiço no final do século XIX e início do século XX passou a constituir-se a principal forma de moradia da classe trabalhadora, representando o modo de moradia mais barata aos trabalhadores e próxima aos meios de produção. Contudo, começaram a ser demolidos em virtude dos interesses da burguesia emergente em ampliar as avenidas da cidade, para a circulação do capital, com o discurso de saúde pública e de limpeza da cidade:

[...] Também houve a proibição dos cortiços infectos insalubres, determinando sua demolição ou reconstrução em conformidade com o padrão municipal, diante da perspectiva de tratar a favela como um mal que devia ser eliminado e evitado de qualquer forma, a política adotada de eliminação e contenção inspirou o Estado a criar os parques proletários, deixando evidente o tratamento administrativo e repressivo que era dado à favela. Os conjuntos foram substituídos por quem apresentava melhores condições financeiras e o programa de remoção tiveram efeitos imprevistos pelos planos governamentais ao realimentar o aumento das favelas, gerando a distorção do sistema habitacional (SILVA, 1989, p. 36).

A classe trabalhadora cria historicamente estratégias de sobrevivência, portanto estratégias de moradia, sem infraestrutura, com a ausência dos equipamentos urbanos de uso coletivo. De acordo com Silva (1989, p. 34), “as saídas têm sido variadas e criativas: favelas, cortiços, casas de cômodo, palafitas, vilas proletárias, vilas populares, parques proletários, conjuntos habitacionais, moradias autoconstruídas, em subúrbios”.

Outra forma de moradia dos trabalhadores foram as vilas operárias, que conviveram com os cortiços durante algum tempo. De acordo com Bonduki (1998), no começo do século XX, a habitação para as classes populares era basicamente representada por dois tipos de moradia: a) as vilas operárias, incentivada pelo poder público, através de isenções fiscais, mas somente eram acessíveis para segmentos da baixa classe média, como operários, funcionários públicos e comerciantes, não sendo viáveis para a população mais pobre e, b) pelas moradias de aluguel, construídas por iniciativa privada que em muitos casos se assemelhavam aos cortiços, pela baixa qualidade. O autor (idem) ainda argumenta que até a década de 1930 surgiram várias modalidades de moradia para abrigar grupos sociais de baixa renda, construídas pela iniciativa privada, em sua maioria, moradia para locação, denominada de produção rentista.

Essa produção rentista propiciou o surgimento de diversas modalidades de moradia para aluguel. Entre elas, o cortiço-casa de cômodos, casas geminadas e as vilas operárias, sendo que as vilas operárias foram consideradas modelo privilegiado de reforma de habitação do pobre urbano. Isto porque as vilas operárias definiam-se como padrão de moradia oposto ao das favelas e dos cortiços, supondo ordem e decência.

As vilas operárias foram construídas em número insuficiente para atender aos contingentes de trabalhadores. Villaça (1986, p. 16) expõe que apesar de serem “material, urbanística e arquitetonicamente primorosa, foram usadas como meio de exercerem controle descabido sobre a força de trabalho, impondo a seus moradores um estilo de vida rígido, disciplinado”, dessa forma fracassaram em seus objetivos ao servir de modelo para a moradia dos trabalhadores.

De acordo com Maricato (1997, p. 36), é a partir de 1930 que o governo propõe,

praticamente pela primeira vez, uma política social de habitação promovida pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, que atendia apenas aos associados dos institutos de previdência, sendo dessa forma uma intervenção restrita e fragmentada. Através das carteiras prediais, no período de 1937 – 1964 o poder público financiou a construção de 140 mil moradias, mas a parcela da sociedade que teve acesso a essa produção habitacional foi a que detinha recursos financeiros. De acordo com Silva (1989, p. 39):

A intervenção direta do Estado no setor habitacional, em 1937, com a criação das carteiras prediais deve ser compreendida no contexto do desenvolvimento econômico e político da época, quando se dava o agravamento das condições habitacionais do meio urbano pelo impacto das crescentes taxas de urbanização em decorrência do redirecionamento econômico do setor agrário para o industrial. Ao mesmo tempo, a população operária evoluiu significativamente, passando de 149.140, em 1907, para 781.185, em 1940.

Segundo Botega (2008), entre 1940 e 1960, a política de habitação, mais especificamente da aquisição da casa própria consistia na oferta de crédito imobiliário pela Caixa Econômica, pelos IAPs ou por bancos incorporadores imobiliários. Ainda conforme o autor (idem) nesse período (1940-1960), a população brasileira passou de 41 milhões para 70 milhões de habitantes, com taxa de urbanização aumentando de 31% para 45% fazendo crescer os assentamentos informais, que avançaram sobre as cidades brasileiras, para dar moradia às pessoas de baixa renda.

Diante deste cenário social a política pública de habitação programou através do financiamento de unidades habitacionais e de lotes de terras a compra de moradias, no entanto, a aquisição destas moradias atendia somente algumas famílias que pudessem arcar com o financiamento, enquanto a população mais carente buscava solucionar o problema através de loteamentos irregulares, com habitações precárias e, dessa forma, fortaleceu as características das desigualdades sociais, dividindo o espaço urbano entre o habitado pelos ricos e o habitado pelos pobres, e em decorrência deste fator muitas famílias passaram a habitar em locais impróprios como leitos e orlas de igarapé, prédios abandonados, barrancos, entre outros.

De acordo com Bonduki (2008), em 1964 se deu o golpe militar no Brasil, e em resposta à forte crise de moradia que o país enfrentava, foi criado através da Lei Federal nº 4.380 de 21/08/1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH), como um financiador de habitação e desenvolvimento urbano, financiando obras de construção de casas e infraestrutura de saneamento e circulação, objetivando angariar o apoio das massas populares e criar uma política

permanente de financiamento, eficaz ao buscar solucionar os problemas enfrentados pelo setor da construção civil habitacional.

O modelo de política habitacional implementado pelo BNH apresentou relevantes características na estrutura e na concepção dominante de política habitacional, foi nesse período que se estabeleceu a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados (apoiado no FGTS) que somariam um montante significativo para o investimento inicial. Nesse período foram construídas várias casas populares, porém eram moradias de péssima qualidade e muito distantes, visto que o primeiro programa habitacional foi a Companhia de Habitação Popular (COHAB) que atendia as demandas econômicas e políticas como um meio de sustentação de apoio das classes médias para base do regime militar, e a população continuava a ocupar ilegalmente outras áreas para manter-se perto do trabalho.

As unidades habitacionais produzidas pelo BNH para população de baixa renda deixavam muito a desejar, principalmente se falarmos em qualidade de vida. A produção se resumiu a grandes conjuntos nas periferias das cidades, a política urbana não chegava a estes conjuntos, assim a população não tinha serviços essenciais como transporte público.

Em 1985, com o fim da ditadura militar, verificou-se uma reestruturação no Sistema Financeiro de Habitação - SFH e no BNH, com uma nova política habitacional para o país. Maricato (2008) considera a criação do BNH, integrado ao SFH como marcos para a consolidação da formação do espaço urbano das cidades brasileiras, no que diz respeito à política habitacional enquanto constituinte desse processo, pois:

As cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado imobiliário, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos (MARICATO, 2008, p. 20).

Ocorre uma explosão imobiliária direcionada aos detentores de poder aquisitivo para adquirir a mercadoria “habitação”. Com isso, “para a maior parte da população que buscava moradia na cidade o mercado não se abriu. O acesso das classes médias e altas foi priorizado” (MARICATO, 2008, p. 21).

De acordo com Buonfiglio (2018), a habitação é enquadrada como mercadoria na síntese contraditória do valor de uso e valor de troca. Como mercadoria, imediatamente atende e satisfaz a necessidade básica e elementar como subsistência do habitante da cidade em sua própria condição humana.

Se a realização do valor de uso se dá apenas e exclusivamente quando há o consumo diário da habitação, por outro lado, o valor de troca permeia e demarca distintas práticas de um mercado (imobiliário) que movimentam grandes somas de capital. Para adquiri-la, é preciso comprá-la ou alugá-la em um mercado (formal ou informal) para o qual existe uma infinidade de empresas imobiliárias. Esse amplo mercado imobiliário é liderado por diversos agentes sociais; proprietários rentistas que extraem a renda fundiária do imóvel; o capitalista fundiário que acumula propriedades urbanas, disponibilizando-as no mercado ou as estocando para a especulação (imobiliária), esperando alcançar um lucro maior; os corretores de imóveis que agenciam a venda e a compra; profissionais liberais, como engenheiros e arquitetos, agentes cartoriais, etc (BUONFIGLIO, 2018, p. 05).

Com as mudanças ocorridas no espaço urbano se evidenciam as desigualdades sociais e com isso a ampliação das expressões da questão social nos centros urbanos, pois muitos dos empreendimentos construídos nesse período foram feitos separados dos centros das cidades, o que colabora para o processo de segregação no espaço urbano.

Em 21 de novembro de 1986 através do Decreto nº 2291 foi extinto o Banco Nacional de Habitação, que acaba sendo incorporado pela Caixa Econômica Federal. Após a extinção do BNH, outras alternativas foram criadas, surgindo assim o Programa Nacional de Autoconstrução (PNA), Programa de Erradicação de Submoradia – PROMORAR e o Projeto João de Barro (PJB). Ressalte-se que o PROMORAR e o João de Barro representaram, naquele momento, mais uma forma autoritária e conservadora de compreender a problemática habitacional. Percebe-se que por trás do discurso da construção de políticas públicas que atendam de fato a classe trabalhadora, escondem-se interesses imobiliários, financeiros, como demonstra Villaça (2004, p. 191) “sendo apenas discurso, o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-las”.

Ocorreu também nesse período a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), sendo que em 1987 o referido Ministério teve mudanças em sua nomenclatura passando a denominar-se Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), agora, vinculado à Caixa Econômica Federal.

Com a extinção do BNH, a Caixa Econômica passou a atuar como agente operador do FGTS e órgão gerenciador do SFH, cabendo ao Banco Central do Brasil o papel de regulamentar as aplicações dos depósitos de Poupança e fiscalizar o SFH. À incorporação do BNH pela Caixa trouxe-lhe novos desafios. A Caixa passou a agregar ao seu papel de Agente Financeiro da Habitação o papel de Agente Operador dos Fundos que financiavam a Habitação, mantendo a segregação necessária desses dois papéis. A experiência que a Caixa Econômica já dispunha era a de Agente Financeiro, atuando tanto com recursos próprios como com recursos dos diversos fundos geridos pelo BNH.

Bonduki (1998) informa que decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção, como uma liberação de contratos acima da capacidade do FGTS no governo Collor em 1990, levou a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995. O autor argumenta que o rombo gerado pela redução das prestações adotada pelo regime militar, no auge da crise de inadimplência do início dos anos de 1980, levou a uma redução das aplicações em habitação para recompor os fundos do SFH. O financiamento reduziu, ao mesmo tempo em que os problemas de moradia da população urbana se tornaram dramáticos, agravados pelo empobrecimento que marcou as décadas de 1980 e 1990.

Nesse contexto, conforme Bonduki (2008) era necessária uma intervenção governamental com recursos de outras origens e a parceria da sociedade. Como resposta, vários municípios, estados e a própria união lançaram programas habitacionais financiados com fontes alternativas: uma das práticas comuns foram os mutirões da população. Nesse período de transição as demandas por habitação, que eram um problema do país, passam a ser tratadas de forma fragmentada pelos estados e municípios.

Nesta fase, surgem, ao lado de intervenções tradicionais, programas que adotam pressupostos inovadores como desenvolvimento sustentável, diversidade de tipologias, estímulo a processos participativos e autogestionários, parceria com a sociedade organizada, reconhecimento da cidade real, projetos integrados e a articulação com a política urbana. Esta postura diferenciava-se claramente do modelo que orientou a ação do BNH e com estes pressupostos emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais (Bonduki, 2008, p. 77).

Em 1988 uma alteração na economia no país levou novamente a mudanças em sua nomenclatura, passando a chamar-se Ministério da Habitação e Bem-Estar (MBES). Com as medidas do Plano Verão o referido Ministério foi extinto e a Caixa Econômica Federal passou a ser vinculada ao Ministério da Fazenda que assumiu o controle do Sistema Financeiro de Habitação no país.

Chega-se ao final dos anos oitenta e a sociedade brasileira - através de movimentos sociais, organizações comunitárias, movimentos reivindicatórios etc., ou seja, a partir de novos atores sociais -, luta e organiza-se para reivindicar direitos sociais pertinentes à saúde, à educação e à política urbana. É o contexto da elaboração e da promulgação da Constituição Federal de 1988 que no âmbito da reforma urbana inovou no reconhecimento da função social da propriedade, na gestão participativa e na regularização fundiária, dentre outros eixos inovadores.

A Constituição Federal de 1988 é um marco para a política urbana e para a política de habitação brasileira. O reconhecimento legal do direito à cidade e da função social da propriedade, confere à habitação status de política pública, enquanto direito do cidadão e dever do Estado. E esse direito à uma moradia digna é um passo importantíssimo no sentido de criar uma base jurídica que possa permitir aos cidadãos e movimentos por moradia lutar para ter assegurado o acesso à habitação.

De acordo com Santos (2013), a partir de 1990, o que se percebe é a dissipação das conquistas sociais construídas na década anterior e expressas nos capítulos da Constituição Federal de 1988, acerca dos direitos sociais, da política urbana, do direito à educação, habitação, à saúde universal, etc. Enfim, todas as conquistas desse período terão que enfrentar a inflexão dos governos neoliberais para que sejam de fato implementadas em seu caráter democrático e universal.

No governo de Collor (1990-1992), com o confisco das cadernetas de poupança, deu-se a estagnação na poupança e no FGTS, comprometendo severamente a política habitacional do Brasil. O Estado reduziu sua participação no mercado de terras, o que dificultou ainda mais o acesso das classes subalternas à habitação. A ausência do Estado acentuou-se cada vez mais, tendo em vista que o acesso à terra passou a ter como referência tão somente as leis de mercado.

Nesse governo, ocorreu a extinção do Ministério do Interior e os principais programas habitacionais passaram para o controle do Ministério da Ação Social. Conforme Botelho (2007), as mudanças no SFH, durante o governo Collor não foram eficazes, tendo piorado a situação da população de baixa e média renda. Segundo Botega (2008), nesse período, 55,2% das famílias brasileiras que sofriam com o déficit habitacional recebiam até dois salários mínimos.

O principal programa foi o Plano de Ação Imediata para Habitação-PAIH¹, lançado em 1990, que era um plano de cunho social cujos financiamentos estavam centralizados na Caixa Econômica e consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo este que não se concretizou. A atuação desse governo na área da habitação foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos que passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas, característica do referido plano.

¹ Propunha-se a apoiar financeiramente programas para construção de unidades e de ofertas de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos, financiando a projetos de iniciativas de COHAB's, prefeituras, cooperativas, entidades de previdência, etc. (AZEVEDO, 1996).

Após o impeachment do Collor, assumiu a posse o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994). Conforme Botelho (2007), nesse governo verificou-se um avanço no setor habitacional, pois ocorreu a instituição de financiamento direto à pessoa física e ao produtor, diminuindo a burocracia. Os programas na área de habitação popular, agora sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos gestores estaduais de política pública de habitação, com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União.

Nesse período foram criados os programas de habitação popular que constituiriam a base dos programas do próximo presidente, Fernando Henrique Cardoso. Os programas foram o Habitar-Brasil², desenvolvido para cidades grandes e médias, e o Morar-Município³, desenvolvido para cidades pequenas. De acordo com Botelho (2007), os dois programas juntos financiaram entre 1993 e 1994, cerca de 54 mil unidades para famílias que recebiam até três salários mínimos.

Segundo Azevedo (1996, p. 88) “do ponto de vista político, os programas apresentaram um avanço quanto à gestão da política habitacional através dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação”. Do ponto de vista operacional, de redução do déficit habitacional, pouca efetividade.

Verifica-se que houve investimento no setor habitacional, mas foi incipiente para a realidade de desigualdades sociais no Brasil. Além do Habitar Brasil e Morar Município, houve intervenções como a reformulação da política habitacional com a criação, em 1995, da “Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação” (FERREIRA, 2009, p. 20).

Bonduki (2008) afirma que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram reduzidas as políticas governamentais em pró da habitação. Foram reduzidos os créditos para urbanização das áreas precárias, para Municípios, Estados e Distrito Federal que possuíam dívidas com a união, pois não tinham acesso aos recursos do FGTS, para promover financiamentos nas áreas de saneamento e habitação. Desta forma a população de baixa renda foi a mais prejudicada.

Percebe-se o caráter de mercado que envolve a política urbana, principalmente a partir da década de 1990 com a corrente neoliberal no país. Conforme explicita Santana (2006, p. 45-46):

² Programa voltado para municípios de mais de 50 mil habitantes.

³ Destinado a municípios de menor porte.

Sem sombra de dúvida, a direção política tomada por esse governo, a partir da primeira metade da década de 90, agravou enormemente a situação econômica e social da classe trabalhadora (sem contar com a piora nas condições de reprodução socioeconômica dos setores médios). O processo de privatização das estatais (de que a venda da Vale do Rio Doce é um exemplo), o aumento monumental do desemprego, a queda da renda salarial, a precarização das políticas de saúde, educação, assistência, previdência, moradia (incluindo-se aí um claro desrespeito aos servidores públicos, especialmente pela estagnação salarial), além do aumento da dívida externa, tornam evidente que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) atuou em consonância com as propostas neoliberais amarradas no Consenso de Washington.

Logo a política habitacional também sofreu os influxos da corrente neoliberal, uma vez que a década de 1990 foi marcada por um forte processo de desarticulação dos Movimentos Sociais e dilapidação das conquistas da década anterior. Nesta época, o Brasil foi marcado por uma série de transformações no papel do Estado em suas relações com a sociedade e com a economia, no âmbito do intenso processo de globalização financeira e produtiva internacional. Nos países do terceiro mundo, tal processo foi marcado por uma ideologia denominada de neoliberalismo, que prega a redução do papel do Estado ao mínimo e a liberalização do mercado ao máximo, provocando a redução da intervenção estatal nas políticas sociais, não sendo mais entendido como o provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador. O resultado desse processo foi chamado por muitos de “reforma” e pelos mais críticos, de “desmonte” do Estado de Bem Estar (SIMIONATTO, 1998, p. 29).

Com isso, o neoliberalismo apresenta-se na forma de uma “globalização como fábula” que esconde a essência dos processos sociais, esconde a própria perversidade da globalização, o acirramento da pobreza, o desemprego, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a acentuação da problemática habitacional (SANTOS, 2003, p. 19).

A cidade capitalista é o cenário, onde as desigualdades sociais, os antagonismos de classes emergem para além da aparência dos fenômenos sociais, e de acordo com Maricato (2008, p. 56) “as cidades têm um novo papel no mundo globalizado”.

Verifica-se que esta contracorrente neoliberal é dramático para a classe trabalhadora que sobrevive na cidade capitalista, pois se discute um estado mínimo para as políticas sociais, mas um estado máximo aos ditames do capital. Assim, a ideia de estado mínimo reside apenas no seu aspecto ideológico, e a reforma do estado pretende inserir o Brasil de forma definitiva aos moldes do capital internacional, pois “a prática da reforma, na verdade, era perfeitamente compatível com a política econômica, uma vez que o discurso constituía-se de pura ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 154). Desse modo:

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamentos do estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país a mercê dos especuladores no mercado financeiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 152).

Santos (2013) argumenta que a lógica neoliberal assume um discurso da eficiência do estado para alcançar a estabilidade, e essa eficiência relaciona-se à privatização dos serviços públicos, a flexibilização dos direitos trabalhistas, enfim uma profunda desestruturação dos direitos, esse processo incide na intervenção do Estado na política habitacional.

Mesmo nesse contexto, será a partir da década de 2000 que se iniciará um processo de articulação da política urbana. Dentre as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, foi implementado o Estatuto das Cidades, através da Lei Federal nº 10.257, em 10 de julho de 2001, que estabelece uma nova base jurídica para o desenvolvimento urbano, com mudanças importantes sobre a função social da cidade em detrimento do direito da propriedade e no enfrentamento do quadro de exclusão, desigualdade e segregação instituindo a gestão democrática das cidades.

O Estatuto da Cidade torna os municípios o principal executor da política de desenvolvimento urbano, com gestão democrática da cidade, processos decisórios e com controle social sobre a implementação da política urbana. A participação popular é incentivada através dos instrumentos de gestão democrática: criação do Conselho das Cidades, Conferências da Cidade, audiências e debates públicos, estudos de impacto de vizinhança, entre outros.

De acordo com Ferreira (2009), o Estatuto se constitui como uma significativa vitória do Movimento de Luta pela Reforma Urbana. Deste modo:

O Estatuto da Cidade regulamenta instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e de regularização fundiária que podem dar aos poderes públicos municipais uma nova possibilidade de resgatar para a sociedade a valorização provocada por seus próprios investimentos em infraestrutura urbana, e de induzir a utilização de imóveis vazios em áreas urbanas retidas para especulação (FERREIRA, 2009, p. 23).

Para que o Estatuto das Cidades cumpra seu papel de instrumento da garantia de direitos, é necessário que instrumentos fiscalizadores exerçam o seu papel de garantir que de fato ocorra o planejamento a partir da realidade das cidades brasileiras, principalmente que se construa uma nova política nos municípios brasileiros, que venha a ultrapassar as bases do clientelismo, do “favor”, pois a sociedade civil tem que fazer valer e cobrar do Estado o que está na Constituição Brasileira, no que condiz às políticas públicas que minimizem as expressões da questão social.

Em seguida, no ano de 2003, foi fundado o Conselho Nacional das Cidades e, em 2004, foi aprovada a nova Política Nacional de Habitação (PNH/2004). Desta forma, a Política Nacional de Habitação se legitimou com a criação do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), através da Lei 11.124, de 16 de junho 2005, integrando ações dos três poderes governamentais, de forma descentralizada, articulada e com instrumentos voltados à habitação, principalmente, para famílias de baixa renda (BRASIL, 2004).

A Nova Política Habitacional surge no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com ações estratégicas para minimizar o déficit habitacional através do Ministério das Cidades em 2003, estabelecendo um novo modelo de organização institucional como um instrumento de orientação das estratégias e ações a serem implantadas pela Política Nacional de Habitação (PNH), que foi aprovado pelo Conselho das Cidades em 2004, desempenhando em princípios as diretrizes com o objetivo de garantir para a população de baixa renda a possibilidade de acesso à moradia digna, com fundamentos na integração entre política nacional de desenvolvimento urbano e política habitacional.

Segundo Bonduki (2008, p. 96), a criação do Ministério das Cidades:

É histórica não só porque ele é o mais importante órgão nacional responsável pelo problema da moradia desde a extinção do BNH, como porque sua concepção, que pressupõe um tratamento integrado da questão urbana, representa um avanço em relação à tradicional fragmentação que tem sido regra na gestão pública.

Conforme Política Nacional de Habitação (2004), fazem parte do Ministério das Cidades, a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Cabe ao Ministério das Cidades, além de integrar as políticas ligadas às cidades, articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para encontrar soluções para os problemas urbanos.

Bonduki (2008) afirma que apesar do avanço que representou a criação do Ministério das Cidades, do ponto de vista da habitação apresenta uma fraqueza, que é o fato da Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro do FGTS, ser subordinada ao Ministério da Fazenda. Assim apesar do Ministério das Cidades ser responsável pela política habitacional, a Caixa com sua grande abrangência em todo país faz com que os financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos fique sob sua responsabilidade.

No ano de 2004, o Conselho Nacional das Cidades aprova a Política Nacional de Habitação-PNH. A Política Nacional de Habitação deve:

universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH; promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados; tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH; democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão-de-obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB). (PNH, 2004, p. 13).

O Sistema Nacional da Habitação é o principal instrumento da Política Nacional da Habitação, estabelecendo suas bases institucionais e a articulação financeira, com o propósito de reduzir o déficit habitacional, para isso conta com a integração entre a União, os Estados e Municípios, agindo de modo integrado evitando o desperdício de recursos e a fragmentação de programas e projetos. Além disso, o SNH promove a integração entre a política habitacional e as políticas de planejamento territorial, fundiária e de saneamento, coordenada pelo Ministério das Cidades.

Conforme a Política Nacional de Habitação (2004), o SNH é composto por dois subsistemas: o Subsistema de Habitação de Interesse Social, regulamentado através da Lei Nº 11.124, o qual é integrado por famílias com renda de até 3 salários mínimos e de 3 até 5 salários mínimos, utilizando como fonte de recursos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e, ainda, recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS; e o Subsistema de Habitação de Mercado, integrado por famílias na faixa de renda de 5 até 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos, atuando com recursos das Cadernetas de Poupança, dos Consórcio Habitacional e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Até 2007, cerca de 550 mil unidades habitacionais já haviam sido financiadas pelo FGTS e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), o que foi possível após o aumento desses recursos para o financiamento habitacional, previsto na PNH, a fim de ampliar o mercado para setores populares e promover a “otimização econômica dos recursos públicos e privados investidos no setor habitacional” (Brasil, 2004).

A partir do exposto, identificam-se os avanços na política de desenvolvimento urbano no Brasil – a partir do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – especificamente na política de habitação, pois segundo Bonduki (2008, p. 08), “Com avanços e recuos, o governo Lula, marca um ponto de inflexão nas políticas de habitação do país”.

Deste modo, o que se percebe no processo de construção da política urbana no Brasil, em especial na política habitacional, são processos de avanços e recuos, haja vista que, apesar da criação do Ministério das Cidades para articular e integrar a política urbana no Brasil, é a Casa Civil da Presidência da República que irá concentrar o “desenho da grande política (PAC, Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV),” diminuindo o poder de planejamento e implementação do Ministério das Cidades (MARICATO, 2011, p. 43).

Mediante ao exposto, percebe-se que a Política Habitacional brasileira é constituída de diversos momentos históricos, políticos e econômicos que irão delinear a intervenção estatal. Compreende-se que a cidade capitalista reflete os elementos perversos do modo de produção capitalista, uma vez que os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho para vender aos donos dos meios de produção não são atendidos de fato pela política habitacional.

A política habitacional constitui-se ao mesmo tempo, como resultado da luta dos Movimentos Sociais, mas configura-se também, enquanto, estratégia de amenização das expressões da questão social, de amenização da luta social, e no mesmo processo faz parte de intenções da burguesia para planejar a cidade de acordo com os anseios do capital financeiro e imobiliário (SANTOS, 2013, p. 48).

O direito à moradia hoje não representa apenas a oportunidade em adquirir um “lar”, um sonho, tornou-se um dever do Estado e direito de todos se beneficiarem da implantação de infraestrutura, serviços urbanos de qualidade, melhoria da habitação e regularização fundiária, visto que, a maior parte das moradias situadas em assentamentos precários não possui documentos legalizados (CUNHA, 2010).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) situa o direito à moradia enquanto direito humano, como define em seu Art. 25, inciso II: “*Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]*” (ONU, 1948, p. 13).

Portanto, de acordo com Buonfiglio (2018, p. 08), o direito à moradia é direito fundamental, civil, político, econômico e social. Como direito social, amplia-se, portanto, seu espectro, extrapolando os direitos individuais (em cuja base se assentam os direitos civis e políticos) e atingindo direitos coletivos, como o direito à água.

A Política Nacional de Habitação (PNH) deve ser coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, e com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade, preconizando a inclusão social, a gestão participativa e democrática. Deve promover condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo para a inclusão social.

Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se constituiu como uma importante política para financiamento habitacional, redução do déficit habitacional e urbanização de assentamentos precários, sobretudo para a habitação de interesse social.

1.2 Contextualização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Habitação de Interesse Social.

Na última década, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV se constituiu em uma importante política habitacional, sendo instituído pela medida provisória n° 459 de 25 de março de 2009, convertida na Lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, com o objetivo declarado segundo Carvalho (2018), de “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos”.

Segundo Buonfiglio (2018), ao longo da história brasileira da política pública de moradias foram-lhe atribuídos diferentes nomes: habitação popular, habitação econômica, habitação social, habitação de baixa renda e mais recentemente, habitação de interesse social.

A Habitação de Interesse Social (HIS) não nasceu como política pública acabada, fora sendo gestada pelo Ministério das Cidades (criado em 2003) e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades (em escalas Nacional, Estadual e Municipal).

A HIS foi em realidade um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país; a Política Nacional de Habitação (2004); a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Habitação (SNH, Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005) e o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009 (PlanHab). Tal legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de “interesse social” (BUONFIGLIO, 2018, p. 12).

Segundo Santos (2013), a estrutura do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS deverá ser seguida pelos municípios brasileiros, no que tange a:

criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, do conselho gestor deste fundo, e principalmente, do conselho municipal de habitação que garanta o processo democrático das políticas públicas de habitação em âmbito local, para assim, elaborar os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e mediante apresentação de propostas, os municípios possam acessar os recursos federais destinados à provisão de Habitação de Interesse Social-HIS (SANTOS, 2013, p. 43).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social pretende, entre outros objetivos, viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável. Cabe ao Sistema Nacional, presidido pelo Ministério das Cidades, a centralização de todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, dando-lhes maior coerência e mais eficiência.

Ao Fundo de Habitação, de natureza contábil, cabe centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema, enquanto que o Conselho Gestor, uma reivindicação das entidades populares, terá voto de qualidade e será composto, de forma paritária, por órgãos do Poder Executivo e representantes da Sociedade Civil.

Destaque-se que na segunda fase do PMCMV, em 2010, isto é, quando o programa foi incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, houve um substantivo acréscimo de 279 bilhões de reais nos valores de financiamento habitacional para o quadriênio 2011- 2014 (CNM, 2012).

O conceito de déficit habitacional é bem mais amplo e demanda ações efetivas correlacionadas à política urbana, tais como saneamento, infraestrutura e equipamentos sociais, tendo em vista que a má condição de moradia afeta a educação, a saúde, o transporte e outras necessidades básicas (Ministério das Cidades, 2011).

“Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. Por outro lado, o conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios existentes. Com a preocupação de identificar as carências, principalmente da população de baixa renda (...)” (Azevedo, 2007, p. 242).

Para Buonfiglio (2018), dentre as diversas metodologias concorrentes para anunciar o tamanho e, até certa medida, a natureza do déficit habitacional brasileiro, encontram-se os aspectos quantitativos e qualitativos, que dimensionam dois universos de situações problemáticas na condição do habitar.

O **primeiro universo** é computado por domicílios precários, domicílios com coabitação familiar, domicílios com ônus excessivo em aluguel e domicílios alugados com adensamento excessivo. A solução aqui é dupla porque, além da construção de nova moradia, implica necessariamente a aquisição de novos terrenos, ao menos para

as famílias conviventes (coabitação ou adensamento excessivo) e/ou as que vivem de aluguel. No **segundo universo** estão computados os casos de domicílios com algum tipo de inadequação: fundiária, de serviços de infraestrutura e inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, adensamento excessivo em imóveis próprios e cobertura inadequada. Aqui os problemas são mais complexos, porque extrapolam o domicílio pontualmente, atingindo o entorno imediato, o bairro, a rua, uma vez que a solução não é uma nova construção para substituir uma casa precária, mas a efetivação da regularização fundiária da posse em toda a comunidade, bem como a efetivação do acesso às infraestruturas urbanas básicas em todo o bairro (BUONFIGLIO, 2018, p. 06, grifos nossos).

A autora informa que não se pode ignorar a relevância desses resultados, desse avanço e desse acúmulo sobre a natureza do déficit habitacional brasileiro, pois são ferramentas indispensáveis à leitura crítica da realidade e essenciais à formulação de políticas públicas.

Em 2009, por meio da Lei n.º 11.977, criou-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cuja finalidade, segundo o caput do seu art. 1º, era de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Essa lei dispõe sobre as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao poder executivo a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana — PNHU, alterando o Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis n.ºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória n.º 2.197-43, de 24 de agosto de 2001.

O PMCMV é incorporado ao Plano Nacional de Habitação (PlanHAB), lançado em dezembro de 2009. O PlanHAB pretendia ser um importante instrumento de planejamento de longo prazo do setor habitacional tendo como diretriz reduzir o déficit habitacional. Nesse contexto, o PMCMV tem como objetivo viabilizar a produção habitacional em larga escala, enfrentando o déficit habitacional, na perspectiva de zerá-lo a longo prazo. Ao mesmo tempo, é concebido com uma função anticíclica para a política econômica do país, em resposta à crise internacional de 2008:

Em função da nova conjuntura macroeconômica, o governo federal adotou medidas anticíclicas, que tiveram por objetivo mitigar os efeitos da crise econômica que impactaram os vários setores da economia nacional. No setor habitacional, as medidas foram estruturadas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em março de 2009, contendo uma série de incentivos para a produção habitacional, visando promover a geração de empregos e o crescimento econômico (Brasil, 2009, p. 190).

É nesta perspectiva que o Governo criou no âmbito do PAC o Programa Minha Casa Minha Vida, que visa a realização de ações para atender a questão habitacional, por meio de uma visão mais geral e de quatro modalidades a priori:

Financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00); municípios-acima-de-50-mil-habitantes-fundo-de- arrendamento residencial- Fundo de Arrendamento Residencial - FAR (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 na área de atuação do FAR); Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando a produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos); Oferta pública de recursos (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil habitantes) (BRASIL, 2010).

Com as linhas centrais do PMCMV a urbanização de assentamentos precários; construção de unidades habitacionais e financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, o PMCMV possui programas de atendimento à questão habitacional tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

Em linhas gerais, com base nos dados da Fundação João Pinheiro, que se utiliza de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível dimensionar o déficit habitacional (necessidade de construção de moradias), referentes ao período de 2016-2019, de 5,876 milhões de domicílios, sendo que 5,044 milhões – 86% – situam-se em áreas urbanas, conforme apresentado abaixo:

Tabela 1: Déficit Habitacional Total por situação de Domicílio e Déficit Habitacional Relativo – Brasil, Grandes Regiões, UF e Regiões Metropolitanas – 2019.

Especificação	Déficit Habitacional			
	Total	Urbano	Rural	Total Relativo (%)
Região Norte	719.638	522.599	197.039	12,9
Rondônia	60.347	48.689	11.658	9,7
Acre	23.285	18.741	4.544	8,6
Amazonas	168.603	133.493	35.110	14,8
<i>RM Manaus</i>	<i>100.239</i>	<i>90.993</i>	<i>9.245</i>	<i>13,0</i>
Roraima	23.844	19.234	4.610	15,2
Pará	354.296	229.536	124.761	13,5
<i>RM Belém</i>	<i>79.490</i>	<i>78.300</i>	<i>1.190</i>	<i>11,1</i>
Amapá	41.973	37.684	4.289	17,8
<i>RM Macapá</i>	<i>31.263</i>	<i>29.816</i>	<i>1.447</i>	<i>18,3</i>
Tocantins	47.290	35.222	12.068	8,9
Região Nordeste	1.778.964	1.318.326	460.639	9,2
Maranhão	329.495	164.486	165.008	15,2
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>43.883</i>	<i>40.198</i>	<i>3.685</i>	<i>9,9</i>
Piauí	115.190	64.701	50.489	10,7
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>35.538</i>	<i>22.197</i>	<i>13.341</i>	<i>9,1</i>
Ceará	239.187	200.367	38.820	8,0
<i>RM For-+ taleza</i>	<i>107.230</i>	<i>103.269</i>	<i>3.961</i>	<i>8,1</i>
Rio Grande do Norte	93.788	74.463	19.325	8,0
<i>RM Natal</i>	<i>35.407</i>	<i>31.885</i>	<i>3.522</i>	<i>6,8</i>

Paraíba	132.383	111.601	20.782	9,8
<i>RM João Pessoa</i>	<i>46.937</i>	<i>42.487</i>	<i>4.450</i>	<i>10,5</i>
Pernambuco	246.898	224.909	21.989	7,5
<i>RM Recife</i>	<i>113.275</i>	<i>111.902</i>	<i>1.373</i>	<i>8,0</i>
Alagoas	126.594	105.439	21.154	11,0
<i>RM Maceió</i>	<i>63.122</i>	<i>62.878</i>	<i>244</i>	<i>13,0</i>
Sergipe	81.321	65.971	15.351	10,0
<i>RM Aracaju</i>	<i>36.334</i>	<i>35.564</i>	<i>770</i>	<i>10,8</i>
Bahia	414.109	306.389	107.720	7,8
<i>RM Salvador</i>	<i>109.708</i>	<i>107.068</i>	<i>2.640</i>	<i>7,3</i>
Região Sudeste	2.287.121	2.202.023	85.098	7,2
Minas Gerais	496.484	454.836	41.649	6,6
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>107.044</i>	<i>106.221</i>	<i>823</i>	<i>5,6</i>
Espírito Santo	83.323	79.910	3.413	5,8
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>39.079</i>	<i>39.045</i>	<i>34</i>	<i>5,6</i>
Rio de Janeiro	481.243	469.316	11.927	7,3
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>361.619</i>	<i>355.130</i>	<i>6.489</i>	<i>7,5</i>
São Paulo	1.226.071	1.197.961	28.109	7,6
<i>RM São Paulo</i>	<i>590.706</i>	<i>579.294</i>	<i>11.411</i>	<i>7,7</i>
Região Sul	618.873	571.291	47.582	5,6
Paraná	247.153	230.055	17.098	6,1
<i>RM Curitiba</i>	<i>84.104</i>	<i>80.028</i>	<i>4.076</i>	<i>6,5</i>
Santa Catarina	150.793	139.546	11.247	5,9
<i>RM Florianópolis</i>	<i>31.914</i>	<i>31.105</i>	<i>809</i>	<i>7,9</i>
Rio Grande do Sul	220.927	201.690	19.237	5,1
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>90.585</i>	<i>88.528</i>	<i>2.057</i>	<i>5,4</i>
Região Centro-Oeste	472.102	430.084	42.018	8,4
Mato Grosso do Sul	71.966	66.830	5.136	7,7
Mato Grosso	101.158	85.815	15.343	8,7
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>31.693</i>	<i>30.073</i>	<i>1.620</i>	<i>10,3</i>
Goiás	209.424	192.869	16.555	8,4
<i>RM Goiânia</i>	<i>67.894</i>	<i>67.693</i>	<i>201</i>	<i>7,4</i>
Distrito Federal	89.554	84.570	4.984	8,9
BRASIL	5.876.699	5.044.322	832.377	8,0
<i>Total das RMs</i>	<i>2.207.062</i>	<i>2.133.673</i>	<i>73.389</i>	<i>7,8</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>3.669.637</i>	<i>2.910.650</i>	<i>758.987</i>	<i>8,2</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016-2019.

Elaborado por Fundação João Pinheiro (FJP).

Com base nos dados acima, o Brasil apresenta dados alarmantes sobre a questão de déficit habitacional o que com certeza deve ter agravado com a pandemia do COVID-19. Até 2019, se registrava um déficit habitacional de 5,8 milhões de moradias, classificadas entre domicílios precários, de coabitação e com um aluguel elevado, segundo o levantamento da Fundação João Pinheiro.

Cabe analisar esses dados de forma crítica devido os valores apresentados (tabela 1) estarem defasados e não condizerem com a realidade, principalmente por serem os mesmos

desde 2016. Sendo que atualmente vivenciamos uma inflação do IPCA de 8,73% (IBGE, 2022) que aumenta significadamente os juros e o valor dos serviços e produtos de consumo que impactam diretamente nas condições de vida da população, e atribuindo essa defasagem de valores, durante a gestão do governo Bolsonaro, segundo o MDR (2020) foram destinados 4,64 bilhões ao programa habitacional, sendo que apenas 90% destinado ao atendimento das famílias e 10% não foram prestados conta.

De acordo com Ferreira (2019), tendo o objetivo de promover o direito à moradia digna, ao longo do governo Lula foram criados novos programas, como o Crédito Solidário, em 2004, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Urbanização de Favelas, em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, além de diversas iniciativas complementares, como: redução de custas cartoriais e o marco da regularização fundiária, que permitem afirmar que existiu, ao menos em elaboração, uma Política Nacional de Habitação.

Segundo a lei n.º 12.424/2011, o PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. As concessões de benefícios pelo Programa Minha Casa Minha Vida são feitas por faixa de renda, conforme destacado na tabela a seguir:

Tabela 1: Faixas de renda do PMCMV.

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao>
Elaborado pela pesquisadora

Também é importante destacar as Linhas e os Programas do Minha Casa Minha Vida:

Quadro 1: Linhas e Programas do PMCMV, com suas respectivas características/objetivos.

LINHAS E PROGRAMAS DO MCMV	CARACTERÍSTICAS/OBJETIVOS
Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU	Objetivo: promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 .
Financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 .
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 na área de atuação do FAR. Nesse sentido, existem Municípios vinculados a esta linha de atendimento do FAR.
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 , organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.
Oferta pública de recursos	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o que denominamos PMCMV até 50 mil.
Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR	Objetivo: subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Fonte: MCidades (2017).

Elaborado pela pesquisadora.

Em 2011, já no governo Dilma, é relançado o programa, com a denominação PMCMV 2. Conforme Cardoso e Jaenisch (2017), frente ao “sucesso institucional e político” do PMCMV, a recém-eleita Presidenta Dilma Rousseff decidiu lançar uma segunda edição do Programa ainda no ano de 2011, contando com ele para ampliar o seu capital político e reforçar os bons índices de aprovação que tinham sido herdados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em contexto econômico pós-crise e com a economia em franca recuperação.

Os autores afirmam que, embora na segunda fase as contratações e a execução das obras tenham seguido um ritmo mais lento do que na fase anterior e os meios de comunicação tenham

começado a veicular críticas relacionadas aos problemas enfrentados pelos novos empreendimentos, o PMCMV manteve sua centralidade na agenda governamental até a campanha eleitoral de 2014. Em meio a esse processo, chegou a ser anunciado pelo governo o lançamento de uma terceira fase do programa para o ano de 2015, o que não se realizou.

No início de 2016, Dilma Rousseff lançou o PMCMV 3, já com o seu processo de impeachment tramitando junto à Câmara. O Programa foi suspenso quando Michel Temer assumiu o poder e não há notícias sobre a sua retomada. Dias e Camargos (2017) explicam que o governo, chefiado por Michel Temer, apostou em amplas e radicais reformas econômicas, claramente voltadas para o benefício do capital financeiro e do setor rentista. Segundo os autores, o PMCMV foi abandonado e as propostas do novo Ministério das Cidades voltaram-se, no governo Temer, para programas de baixo impacto e com alto potencial clientelista, como o cheque construção.

O ano de 2016 representou uma grande regressão na habitação popular. Não houve nenhuma nova contratação na modalidade do Minha Casa Minha Vida Entidades e também na Faixa 1 do programa. Todas as contratações de moradia desde a posse de Temer concentraram-se nas faixas 2 e 3 do programa, voltado às famílias com renda bruta de R\$ 2.351 a R\$ 6.500. As duas faixas respondem por apenas 16% do déficit habitacional, que hoje é mais de 5 milhões de famílias.

Conforme Dias e Camargos (2017), o governo Temer tratou a moradia como mercadoria, com a ampliação das linhas de crédito para imóveis de alto padrão, aumentando o teto do valor dos imóveis financiados pela Caixa, de 1,5 milhão para 3 milhões de reais. Nesse contexto o governo foi na contramão do que deveria ser feito para reduzir o déficit habitacional do país, principalmente no momento em que milhares de trabalhadores estão perdendo seus empregos, ficando cada vez mais sem perspectivas de adquirir uma moradia digna.

Segundo Ferreira (2019), o governo Temer em 2017 derrubou pela metade o volume de crédito destinado ao financiamento de imóveis com dinheiro da poupança, o que veio a enfraquecer a política pública de habitação. Em 2014, antes do golpe, os recursos para habitação atingiram recorde, de acordo com dados do Ministério das Cidades. A redução do papel do Estado é exatamente o contrário do que necessita no Brasil.

O cenário ficou ainda pior com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos as despesas/investimentos sociais, a serem corrigidos apenas pelos índices de inflação.

Dias e Camargos (2017) afirmam que um dos efeitos mais cruéis da política econômica recessiva e ortodoxa do governo de Michel Temer é a paralisação dos investimentos. E essa mudança de paradigma vai afetar os municípios, já que o programa gera empregos e tributos. Para os autores, todo esse cenário revela o descaso de Temer com os programas de habitação popular. Durante o governo Temer não houve contratação de moradia para os mais pobres e não houve recursos para urbanização de favelas.

No governo atual, do presidente Bolsonaro, a situação torna-se ainda mais grave, devido ao fato do presidente ter extinguido nos primeiros dias do seu mandato vários ministérios, dentre eles, o Ministério das Cidades, através da MP 870/2019 (FERREIRA, 2019). Ao chegar ao poder, o então presidente Jair Messias Bolsonaro funde o Ministério das Cidades com o da Integração Nacional, virando o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR⁴, o que prejudica a mobilização da política habitacional, que demorou anos para ganhar destaque no cenário brasileiro.

O governo federal, a partir de 2021 substituiu o PMCMV pelo Programa Casa Verde e Amarela/PCVA - LEI Nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021a). O PCVA separa o público-alvo em três faixas de renda familiar: até R\$ 2 mil mensais, de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil, e de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil. Somente aqueles com renda até R\$ 4 mil em área urbana ou com renda anual de até R\$ 48 mil em área rural poderão contar também com subvenção da União para adequar as parcelas ao orçamento familiar.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2021), os cortes orçamentários continuaram e afetaram profundamente a execução de diversos programas, inclusive o Minha Casa Minha Vida, que passou a se chamar Casa Verde e Amarela, e que além da troca de nome, apresentou corte de verbas na área que atingem especificamente a Faixa 1 do programa, que atende famílias com renda de até R\$1,8 mil. Ainda segundo DIEESE (idem), a grande mudança, no entanto de um programa para o outro, é que deixou de existir a chamada “Faixa 1” do programa MCMV, com renda familiar de até R\$ 1,8 mil, para a qual as parcelas eram limitadas a no máximo R\$ 270,00 e não incidia juros para a aquisição de seus imóveis; exatamente o grupo que concentra grande parte do déficit habitacional do país.

Estas pessoas estão contempladas, atualmente, no chamado “Grupo 1”, com até R\$ 2 mil de renda familiar, mas, agora, com juros a partir de 4,25% ao ano, que pode chegar até a

⁴ MP nº 996/2020 aprovada pelo Senado em 08/12/2020 com alterações, na forma de um projeto de lei em conversão (PLV 41/2020).

5,25% (para não cotistas do FGTS). Certamente haverá um encarecimento do preço final dos imóveis, fazendo com que ocorra um retrocesso na política habitacional brasileira.

Mediante essas informações, a contextualização sobre o Programa Minha Casa Minha Vida torna-se importante no que se refere ao marco da política habitacional, principalmente no combate ao déficit habitacional urbano, pois em todos os Estados brasileiros essa problemática é gritante e no Estado do Amazonas não é diferente, em especial na capital Manaus, pois os dados sobre o déficit habitacional no Estado do Amazonas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de que a capital apresentou um déficit de 100.239, em 2019, sendo que 90.993 se concentram no espaço urbano.

Em função desse crescimento populacional o espaço urbano da cidade de Manaus/AM passou a sofrer fortes intervenções por parte dos novos habitantes que, sem terem onde morar, iniciaram o processo de ocupação com a construção de vários bairros periféricos. De acordo com Oliveira (2003, p. 44), o processo de ocupação primeiramente ocorreu nas margens dos igarapés, modificando a paisagem urbana, que “não pode ser considerada como uma simples imagem, tampouco mera localização, mas como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais”.

A capital amazonense passou por grandes ciclos econômicos, sendo exatamente nos períodos de expansão que Manaus apresentou fortes impulsos em seu processo de urbanização. Com o início do ciclo da borracha, Manaus adquiriu uma nova face, sofreu mudanças e adequações para torná-la uma cidade moderna. Essas adequações provocaram tanto os impactos sociais como ambientais, a exemplo do aterramento de igarapés que eram grandes fornecedores de água e faziam parte da vida daquela população (DIAS, 2007).

De acordo com Ferreira (2019), após o ciclo da borracha, as dificuldades sociais e econômicas em que viviam as populações da região norte do Brasil não eram percebidas com a mesma magnitude pelas populações de outras regiões brasileiras.

Após o declínio da Borracha e várias tentativas infrutíferas de revigoramento da mesma, o então deputado federal do Amazonas, Francisco Pereira da Silva idealizou o modelo Porto Franco de Manaus, dando origem à criação por meio do Decreto nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), assinado pelo Presidente Castelo Branco (FERREIRA, 2019, p.49).

Ainda segundo a autora, a população do interior do Estado migrou para a capital amazonense, atraída pela oferta de empregos nas linhas de produção do Distrito Industrial aqui instalado. Com o processo migratório para a capital em busca de oportunidades, Manaus se configura como uma cidade que cresceu sem o correspondente incremento de infraestrutura e

políticas públicas adequadas para comportar a demanda de pessoas, que vinham para capital. E sem ter onde morar instalavam-se em moradias inadequadas, muitos em lugares insalubres.

Maricato (2008) enfatiza que a moradia sempre foi escassa para a população de baixa renda, ou de menor poder aquisitivo. A elas ficava o “sonho”, pois o direito lhes era negado, suas reivindicações eram destorcidas e soavam como descontentamento desnecessário. Para a mesma uma preocupação secundária que só ocorria à intervenção do Estado se grandes catástrofes ocorressem.

Segundo Dias (2007, p. 28) a ideia de modernidade, civilização e progresso para o Amazonas, na verdade, já tinha sido construída há algum tempo, pelos observadores que estiveram na região pelos anos cinquenta do século XIX. Para a autora, foi necessário urbanizar e adequar Manaus às novas exigências e com uma estrutura compatível com o ideal da modernidade, daí a necessidade de aterrar igarapés do centro para dar lugar as avenidas e ao alargamento de ruas:

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela tenha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo (DIAS, 2007, p.28-29).

Manaus passa a ter sua paisagem urbana modificada em virtude da grande massa populacional migrante do interior do estado, de outros Estados em busca de oportunidades no distrito industrial. Surgem novos bairros, principalmente oriundos de ocupações e sem infraestruturas adequadas.

Carvalho (2009) explica que muito desse crescimento populacional se relaciona à combinação de dois fatores: de um lado, à própria intensificação da atividade econômica gerada pela ZFM e concentrada na capital; e, de outro, à relativa estagnação econômica em que permanecia o interior do Estado, assim como outras regiões do país, principalmente o Nordeste.

Como consequência dessa corrente migratória, começaram a surgir várias ocupações irregulares, tanto nas áreas verdes como às margens dos rios, e se teve um acréscimo populacional significativo que acarretou redução da qualidade de vida da maior parte da população, com reflexos diretos nos indicadores sociais, como saúde, higiene, transporte, segurança e habitação. Diante deste quadro problemático, o governo é obrigado a criar políticas para intervir nesse quadro.

No que se refere à habitação em Manaus, a política habitacional na cidade segue a legislação federal, sendo viabilizada através de instrumentos públicos de gestão específicos que são promulgados no âmbito estadual e municipal, notadamente após a Constituição Federal de 1988.

Uma das principais leis instituídas no município foi feita na Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN), de 05 de abril de 1990. A propósito da questão habitacional a LOMAN determina em seu Art. 222 que “o Município, em conjunto com o Estado ou com a União ou, ainda, isoladamente, promoverá, com prioridade, programas de construção de moradias, de melhorias das condições habitacionais, lotes urbanizados e de saneamento básico, assegurando sempre a compatibilidade de padrões ao meio ambiente saudável e à dignidade humana”. Segundo a LOMAN:

§ 1º. Terão prevalência os programas habitacionais que visem à erradicação de situações de miséria absoluta e submoradias, principalmente as que se localizem em baixadas, margens de igarapés, orla fluvial e zonas alagadiças.

§ 2º. Os programas destinados à retirada das famílias, ocupantes das margens de igarapés, deverão ser dirigidos, de forma isolada, para áreas específicas e tornadas públicas, obrigada a demolição das casas objeto de permuta, e com trabalho imediato de urbanização e saneamento do igarapé objeto do programa. (Art. 222 da Lei Orgânica do Município de Manaus, de 05 de abril de 1990).

Ainda de acordo com a mesma lei, em seu Art. 223, fica instituído que “será estimulada a formação de cooperativas, associações, condomínios de habitação, bem como a utilização de sistemas de autoconstrução, como forma de viabilizar o acesso da população à casa própria”.

No âmbito municipal fica instituído, através da Lei nº 1441, de 09 de abril de 2010, conforme o artigo 1º da mesma lei no âmbito do Município de Manaus, o Programa "Minha Casa Minha Vida" - PMCMV, vinculado ao Programa Federal "Minha Casa Minha Vida", criado pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Fica instituído:

§ 1º O PMCMV insere-se na Política Habitacional de Interesse Social do Município e destina-se a criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias que atendam aos requisitos impostos nesta Lei. § 2º A Classificação, pelo Poder Executivo, de empreendimento habitacional contemplado pelo programa, destinado às famílias com renda familiar mensal de até três salários mínimos depende do enquadramento do respectivo projeto pela Caixa Econômica Federal, obedecidas as regras do Programa "Minha Casa, Minha Vida" para aquela faixa de renda mensal e os ditames da Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

§ 3º O Poder Executivo Municipal compatibilizará o PMCMV com os programas de interesse social em desenvolvimento no Município de Manaus, notadamente os criados pelas Leis nº 1.345, de 29 de junho de 2009 e 1.365, de 28 de agosto de 2009. (Art. 1 Lei nº 1441, 2010).

Inclusive em Manaus, o Programa Federal Minha Casa Minha Vida fomentou vários empreendimentos habitacionais, tanto na esfera Estadual dentre esses, o Residencial Viver

Melhor I (com 3.511 unidades habitacionais), Viver Melhor II (com 5.384 unidades habitacionais) e Viver Melhor III (com 2.000 unidades habitacionais)⁵, como no Municipal, por meio da construção dos empreendimentos Residencial Cidadão Manauara I (784 unidades habitacionais) e Residencial Cidadão Manauara II (1.000 unidades habitacionais)⁶, entre outros, procurando beneficiar famílias em vulnerabilidades sociais, que caracterizam, no geral, perfil socioeconômico, baixa escolaridade, predominância da mulher como chefe de família, considerável número de trabalhadores no mercado informal, proveniente de moradias localizadas em área de risco e/ou casas cedidas ou alugadas, sendo que essas famílias são selecionadas por critérios nacionais (obrigatório) e locais (opcional).

Nesse contexto, destacaremos o Residencial Cidadão Manauara I, primeiro empreendimento verticalizado construído pela Prefeitura Municipal de Manaus, através do financiamento repassado pelo Ministério das Cidades - Programa Minha Casa Minha Vida, sendo o lócus da pesquisa no que se refere ao desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social – PTS, com as famílias beneficiárias.

1.2.1 Residencial Cidadão Manauara I e o Projeto de Trabalho Social.

O Empreendimento Residencial Cidadão Manauara I localiza-se na Zona Norte da Cidade de Manaus-AM, na Rua Samambaia, nº1319, Bairro Santa Etelvina, com uma área total de 55.851,56 m², perímetro 4.626,84 m², longitude 60° 0'52.34''O e latitude 2°59'40.77''S.

O referido Residencial Cidadão Manauara I foi projetado observando os parâmetros legais, produzindo um projeto arquitetônico e urbanístico que proporcionou às famílias uma moradia de qualidade, através Programa Minha Casa Minha Vida – FAR.

⁵ Informações concedidas através do site oficial da SUHAB (<https://www.suhab.am.gov.br/>) – lista de Conjuntos entregues pela Política habitacional do Estado.

⁶ O Residencial Cidadão Manauara II, foi entregue em duas etapas (A e B), com 500 unidades habitacionais em cada etapa. A Etapa A foi entregue em Julho/2020 e a Etapa B em Agosto de 2021, conforme informações concedidas pela Vice-Presidência de Habitação e Assuntos Fundiários – VPRESHAF/IMPLURB.

Figura 1: Empreendimento Residencial Cidadão Manauara I.



Fonte: Google.com/search, 2022.

De acordo com informações obtidas através da Sub Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários – SUBHAF, atual Vice Presidência de Habitação e Assuntos Fundiários – VPRESHAF, instituição que faz parte do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB da Prefeitura de Manaus, responsável pelo cadastramento, seleção e acompanhamento das famílias beneficiárias, o Condomínio compõe-se de 784 unidades habitacionais, assim distribuídas:

- 49 Blocos residenciais com área útil de 39,00m² de 04 (quatro) pavimentos em cada bloco, sendo um pavimento térreo e mais três pavimentos tipo, totalizando 16 apartamentos por bloco. Cada apartamento possui sala de estar e jantar, 02 quartos, 01 banheiro, cozinha e área de serviços.

Da quantidade total de apartamentos, todas as unidades para Pessoas com Deficiência e Idosos com mobilidade reduzida foram adaptadas, conforme disposto no art. 73 da Lei 11.977/2009, normativa específica que estabelece a reserva de, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei 10.741/2003, bem como o cumprimento às diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H.

Nesta perspectiva, o Residencial Cidadão Manauara I traz na sua especificação técnica, diretrizes propostas conforme a legislação do Programa Minha Casa Minha Vida – Lei n° 11.977/2009, visando atendimento às famílias que se enquadraram no perfil do Programa, sendo

o mesmo entregue oficialmente pelas autoridades Federal, Municipal e representantes da instituição Caixa Econômica, às famílias contempladas no dia 19 de dezembro de 2016.

A população beneficiária deste empreendimento é de 784 famílias. O Empreendimento Cidadão Manauara I, teve como objetivo atender às famílias oriundas de diversos bairros da Cidade de Manaus, que não tinham moradia própria, residindo em imóveis alugados ou cedidos e que atenderam aos critérios e procedimentos para a seleção de acordo com os critérios Nacionais do PMCMV, disposto na Lei 11.977, de 07 de julho de 2009, e estabelecidos na Portaria n°595/2013, sendo:

- Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.
- Além do atendimento ao Inciso I do Artigo 38 da Lei n.º 10.741/2003, que ampara o idoso.

No geral, de acordo com dados da Vice-Presidência de Habitação e Assuntos Fundiários - VPRESHAF, antiga SUBHAF, estas demandas apresentaram grupos familiares compostos por em média 04 membros, totalizando aproximadamente 3.136 pessoas beneficiárias. Destas famílias cerca de 99,61% residiam em área de risco e 58,29% eram chefiadas por mulheres, nesse total de mulher chefe de família foram atendidas 457 famílias com esse perfil.

Do universo total foram atendidos 84 idosos, correspondendo a um percentual de 10,71% do total da demanda, conforme preconiza o Inciso I do Artigo 38 da Lei n.º 10.741/2003, e aproximadamente 128 pessoas com deficiência, correspondendo ao percentual de 16,32%, e 115 famílias que tenham pessoas com deficiência, correspondendo ao percentual de 14,66%⁷, também respeitando as orientações do Processo de Seleção dos Candidatos da Portaria N.º 595, de 18 de dezembro de 2013.

A renda média familiar foi de R\$ 784,00 reais, ou seja, equivalente um salário mínimo do período. No geral são famílias que vivenciam dificuldades geradas pelo desemprego ou pela inconstância do mercado informal, pois, apesar de 55% dos titulares possuírem nível escolar médio, os mesmos apresentam pouca ou nenhuma qualificação profissional (SUBHAF/2016).

⁷ Dados fornecidos pela Vice-Presidência de Habitação e Assuntos Fundiários - VPRESHAF, instituição da Prefeitura Municipal responsável pela Política Habitacional em Manaus/AM, a respeito do Projeto de Trabalho Social - PTS do Residencial Cidadão Manauara I.

Ainda de acordo com informações da Subsecretaria de Habitação e Assuntos Fundiários (SUBHAF/2016), o Residencial Cidadão Manauara I contempla: um espaço coberto para uso comunitário (Centro Social); quatro playgrounds para lazer e recreação infantil; duas quadras de futebol de areia e uma quadra poliesportiva; 318 vagas de estacionamento, atendendo a 40% das unidades habitacionais, superior à exigência de Lei Municipal de 30%, além de rede de abastecimento de água, reservatório elevado e rede de esgoto com estação de tratamento compacta.

O Empreendimento beneficiou famílias oriundas de precários contextos sociais, econômicos e habitacionais que caracterizam, no geral, perfil socioeconômico de baixa escolaridade, predominância da mulher como chefe de família, considerável número de trabalhadores no mercado informal, oriundos de moradias localizadas em área de risco e/ou insalubres, com renda mensal de até R\$1.600,00 reais, faixa 01 do Programa Minha Casa Minha Vida.

O referido empreendimento foi planejado prevendo perspectivas de melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, através de novas frentes de trabalho diretos e indiretos, sobretudo, por meio da cadeia produtiva da construção civil, promoção de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum.

Este fato implicou na necessidade da realização de um Trabalho Social (TS) metuculoso que abrangesse questões de laços sociais, regras de convivência e formação de condomínio uma vez que passaram a residir em novo local, cuja proximidade das UH's demandaram maior coesão entre eles, implicando na necessidade de mudança de hábitos e criação de novas relações de convivência já que utilizaram de espaços comuns. O Projeto de Trabalho Social é componente obrigatório dos empreendimentos de habitação de interesse social. Na prática o que ocorre é que os municípios ao realizarem um empreendimento com recursos do PMCMV/FAR comprometem-se com um Termo de Adesão, com isso passam a ser responsáveis pelo TS.

Em relação à implementação do Trabalho Social firmado no âmbito do PMCMV, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para municípios com população acima de 50 (cinquenta) mil habitantes, o manual de instruções estabelece os papeis de todos os atores envolvidos na execução do trabalho social. Esses papeis podem ser descritos através da interação entre seis grandes atores: 1) Ministério das Cidades; 2) Governos estaduais e/ou municipais; 3) Caixa Econômica Federal; 4) Equipes Técnicas Sociais (formadas normalmente

por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e Sociólogos); 5) Empresas terceirizadas responsáveis pela execução do trabalho social (consultorias); 6) Beneficiários.

Uma realidade constada em diversos Municípios do país é a baixa capacidade administrativas das secretarias de habitação de formular e implementar políticas públicas de habitação de interesse social (OLIVES, 2017). Durante a pesquisa, foi possível observar que no setor de Habitação do Município de Manaus, fatores como a falta de uma equipe técnica mais completa, as limitações da infraestrutura, de capacitação administrativa e de planejamento, são apontadas como alguns dos dificultadores para a execução direta do trabalho social dos empreendimentos habitacionais.

Dito isto, o Projeto de Trabalho Social (PTS) foi planejado para propiciar articulação entre as políticas públicas e entidades não governamentais visando à inclusão das famílias em atividades de geração de trabalho e renda que viesse a permitir custear as despesas referentes à nova moradia (DELORENZO e VILLAROSA, 2010; PAZ e TABOADA, 2010; PIMENTEL, 2012; SANTOS, 2013).

Nessa perspectiva, assinalam Paz e Arregui (2017):

Do ponto de vista da concepção sobre trabalho social, parte-se da compreensão de totalidade e integração (necessária) entre políticas habitacional, urbana, sociais e o respeito ao meio ambiente. Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho social é um componente essencial das políticas habitacional e urbana e, portanto, deve estar articulado às suas diretrizes, de maneira sistemática, contínua e interdisciplinar. A sua natureza é essencialmente relacional e processual. Trabalhar com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir respeitando as características socioculturais (PAZ; ARREGUI, 2018, p. 10).

O trabalho social está associado às políticas da habitação de interesse social e consolidou-se justamente com a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) definida na implementação do BNH (1964-1986). Anteriormente a este período, nas décadas de 1940 e 1950, já haviam experiências de trabalho social junto às políticas públicas, o chamado “Desenvolvimento de Comunidade” (DC), porém este possuía uma forte influência de órgãos externos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), em que se buscava promover um discurso de progresso e modernização do país (GUILHERME, 2012).

Inicialmente, na década de 1970, o trabalho técnico social se desenvolveu através das Companhias de Habitação (COHABs) e possuía um caráter administrativo, no qual tinha-se uma preocupação com a manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários. Ainda na mesma época também se desenvolveu o trabalho social nos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), que atuavam no Programa de

Cooperativas Habitacionais, buscando acompanhar todo processo de trabalho que envolvia este programa, desde a constituição da Cooperativa Habitacional até as mudanças para as unidades habitacionais que eram construídas (PAZ; TABOADA, 2010).

Em 1975, com a Resolução de Diretoria 40/75, foi institucionalizado nacionalmente o trabalho social, passando a ser uma exigência nos programas habitacionais para a população de baixa renda. Deste modo:

O trabalho social passou a ser uma exigência nos Programas Habitacionais das Companhias de Habitação e nos Programas de Cooperativas Habitacionais, a partir de 1975 e na década de 80 do século XX, nos Programas destinados à populações de baixíssima renda, como o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), o João de Barro e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), bem como nos Programas de Saneamento para População de Baixa Renda (PROSANEAR). (PAZ; TABOADA, 2010, p. 46).

Paz e Taboada (2010, p. 46) destacam ainda que nessa época o trabalho social tinha um caráter mais administrativo, pois se preocupava com:

a seleção da demanda, o acompanhamento da adimplência dos mutuários e a organização comunitária, especialmente com a constituição de Associações de Moradores nos Conjuntos Habitacionais, para que essas pudessem administrar os espaços comunitários construídos nos conjuntos habitacionais (centro comunitários através de comodatos).

A mudança do caráter administrativo do trabalho técnico social para uma proposição mais participativa e política foi acompanhada pelo surgimento de vários movimentos sociais ligados à problemática da terra (urbana e rural). Nesse contexto, no final da década de 1970, os profissionais que trabalhavam com as políticas sociais foram fortemente influenciados pelos debates acerca da necessidade de protagonismo social e também pelas lutas de reivindicação por acesso à infraestrutura urbana. O próprio crescimento das favelas no país estimulou que o trabalho social passasse a ter novos sentidos, uma vez que várias remoções estavam sendo promovidas, o que gerava novas problemáticas relacionadas à sustentabilidade das famílias e às mudanças de ambiente. Segundo Paz e Taboada (2010, p. 47):

Em geral, apesar do período repressivo e do cerceamento de atividades organizativas, as programações de trabalho social objetivavam a discussão dos direitos e deveres dos cidadãos que adquiriam uma unidade habitacional, o acompanhamento da construção dos conjuntos habitacionais, a preparação para mudança, o apoio na organização da nova comunidade, a capacitação para viver em condomínio, no caso de construções verticalizadas, o apoio a organização e ao acompanhamento de grupos de interesses específicos (crianças, jovens, mulheres), a contribuição à constituição de associações de moradores, à discussão do uso e manutenção do equipamento comunitário e à integração da comunidade entre si e com o entorno. Cabe destacar, que majoritariamente os assistentes sociais lideravam e ocupavam postos de chefia e coordenação nos programas.

Na década de 1990, o maior programa habitacional foi o Programa Habitar, no qual também contava como contrapartida o trabalho social. Ao longo dos anos o trabalho social tomou forma e valorização dentro da política, passando a ser cada vez mais institucionalizado e normatizado. Em 1999, com o Programa Habitar Brasil em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi inaugurado uma série de orientações com vistas a estruturar o trabalho social, criando-se conteúdos mínimos a serem desenvolvidos, e etapas a serem cumpridas (PAZ; TABOADA, 2010).

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades-MC, o Projeto de Trabalho Social é instituído em todos os programas habitacionais e de saneamento de interesse social, passando a ser um componente básico da Política Nacional de Habitação. Por meio das Instruções Normativas, o MC orienta acerca do planejamento e execução do trabalho social nas intervenções urbanísticas do governo, tanto nos programas de provisão habitacional quanto nos de urbanização de assentamentos precários. A Instrução Normativa (IN) nº 08, de 26 de março de 2009, regulamenta o trabalho social realizado em intervenções de provisão habitacional e urbanização de assentamentos precários e define em quais intervenções é obrigatório o trabalho social, especialmente nas intervenções de provisão habitacional:

Programa Habitação de Interesse Social – Ação apoio à provisão Habitacional de Interesse Social, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – HIS/FNHIS; e
Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – PRÓ- MORADIA – Modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais (BRASIL, 2009, p. 01)

Logo após a publicação da IN nº 08, é divulgado pela CAIXA, em novembro de 2010 e completado em março de 2011, o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), com a finalidade de orientar as equipes técnicas para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social em programas operacionalizados pela instituição. Esse documento é reformulado em 2012, ampliando o escopo das normativas nas orientações dos programas MCMV e do PAC, em pleno processo de reformulação da IN nº 08, finalizado em 2014, com a publicação do Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, pela Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014.

Essa Portaria de nº 21/2014 é a normativa que regeu o Projeto de Trabalho Social no Residencial Cidadão Manauara I. O objetivo geral do Trabalho Social é definido como trabalho que visa “promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos

direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, 2014, p. 5). Os objetivos específicos são distribuídos em ações, dentre as quais destacam-se:

Promover a **participação dos beneficiários** nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de **adequá-los às necessidades e à realidade local** e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

Fomentar **processos de liderança**, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a **gestão democrática e participativa** dos processos implantados. Apoiar a implantação da **gestão condominial** quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da **intersetorialidade**, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.

Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários (BRASIL, 2014, p. 5, grifos nosso).

Na citação acima grifamos alguns trechos em que fica evidente que o PTS só se efetiva, no que concerne aos seus objetivos, na medida em que haja a participação dos beneficiários. O Projeto de Trabalho Social tem suas ações programadas desde a fase de elaboração do projeto até um ano após a execução das obras físicas. Na fase de elaboração, suas atividades são direcionadas para a aproximação com as comunidades atingidas, para o diagnóstico e levantamento socioeconômico, mapeamento dos mediadores e para o processo de discussão e deliberação sobre a intervenção.

É com fundamento na nova política habitacional que se inscreve o nosso debate sobre o Trabalho Social Integrado, constitutivo dessa política. De acordo com isso, as diretrizes do trabalho social (BRASIL, 2014) ratificam: projetos integrados por ações físicas e sociais, que incluem o controle da questão ambiental e a regularização fundiária; conteúdo mínimo exigido para o trabalho social voltado para os eixos de mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico; e trabalho social exigido na fase antes das obras, durante as obras e na fase do pós-obras.

A Portaria nº 464, publicada em 25 de julho de 2018, é a normativa mais recente que rege sobre o Trabalho Social, mais especificamente ela representa a aprovação do Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Nesta portaria, são definidas ainda as diretrizes, as especificações e os procedimentos normativos para sua consecução. De acordo com Santos (2015), é preciso destacar quatro novos

conceitos introduzidos por essa nova diretriz. São eles: 1) Participação: deseja-se uma ampla e ativa participação dos moradores afetados pela intervenção habitacional, dando voz às populações para que expressem seus desejos, ausências e a necessidades de arranjos urbanos que são imprescindíveis na formatação de projetos urbanísticos habitacionais; 2) Microárea e macroárea: o trabalho social deverá incluir também a macroárea onde se dá a integração territorial da população-alvo em seu novo espaço, ou seja, não basta assegurar uma nova condição de moradia se ela não estiver interligada a processos de inclusão nas demais redes sociourbanas e produtivas fortalecendo assim o sentimento de pertencimento à cidade; 3) Intervenções de saneamento e habitação: o trabalho social deve se estender a essas intervenções assim como em todas as outras que envolvam deslocamento involuntário de famílias; e 4) Destinatários do Trabalho Social: ampliação do foco do Trabalho Social.

Também foram definidos quatro eixos norteadores que devem ser contemplados. A saber: 1) Mobilização, organização e fortalecimento social: visa promover a autonomia e o protagonismo social por meio dos processos de informação, organização, mobilização e capacitação da população beneficiária, e ainda o fortalecimento, constituição e formalização de canais de participação e controle social; 2) Acompanhamento e gestão social da intervenção: em articulação com a construtora, os entes públicos e as concessionárias de acordo com suas respectivas competências, visa fomentar a gestão das ações sociais necessárias para a identificação e solução de problemas construtivos ou de manutenção relacionados ao empreendimento; 3) Educação ambiental e patrimonial: alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção por meio de ações que promovam a mudança de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e a vida saudável, influenciando assim a qualidade de vida e percepção crítica sobre fatores sociais, políticos, culturais e econômicos; 4) Desenvolvimento Socioeconômico: fomentar e articular políticas públicas de apoio a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda visando à inclusão produtiva, econômica e social, melhorando assim a qualidade de vida da população (SANTOS, 2015).

O Projeto de Trabalho Social é um componente importante para orientar as famílias contempladas a compreender o que é viver sobre nova condição, saindo da absoluta informalidade e adquirindo o sentimento de pertencimento, e esta preocupação deve ser sanada com as estratégias do trabalho social que apresentará possibilidades para que essas famílias percebam que tem direito e reforça sua capacidade de organização e reivindicação sedimentando, ações mais profundas de desenvolvimento social como uma questão fundamental (DELORENZO; VILLAROSA, 2010).

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais Políticas Públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

Importante destacar que o Trabalho Social cumpre um papel afim de adequar os beneficiários do programa a um novo ambiente de moradia, a uma nova forma de convivência comunitária, a uma outra relação com a cidade. Nesse sentido, o PTS também tem em seu âmago o papel de mitigar possíveis aspectos negativos que essa mudança dos beneficiários pode acarretar, buscando, dessa forma, contribuir para que o beneficiário permaneça no local em que a política foi alocada.

Pimentel (2012, p. 02) discute que:

O trabalho social desenvolvido nos programas de habitação de interesse social dirigido às famílias de baixa renda, geridos pelo Ministério das Cidades, no contexto da atual Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em 2004, definido enquanto: Um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda.

Sobre as atribuições dos órgãos estatais envolvidos na realização do Trabalho Social, podemos destacar de acordo com a Portaria 464 de 25/07/2018, os seguintes itens:

1) Ministérios das Cidades – MCIDADES: Definir as diretrizes gerais, atos normativos, orientações e os procedimentos operacionais para a implementação do Trabalho Social.

2) Instituições Financeiras Oficiais Federais (IF): Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal: devem analisar e aprovar a Proposta Preliminar do Trabalho Social - PTS-P, o Projeto do Trabalho Social - PTS, de modo a assegurar a exequibilidade destes, assim como acompanhar e aferir a execução do Trabalho Social.

3) Ente Público (Administração pública do Distrito Federal, dos Estados ou Municípios): Devem definir a forma de execução do Trabalho Social; articular e integrar políticas públicas em todas as fases do Trabalho Social, de forma a promover a multidisciplinaridade, intersetorialidade e a sustentabilidade das intervenções.

4) Famílias atendidas: devem fornecer seus dados cadastrais e socioeconômicos aos Ente Público; apresentar documentação necessária; apropriar-se corretamente da UH e do

empreendimento, contribuindo para a manutenção e conservação do patrimônio gerado com os investimentos públicos.

As ações socioeducativas ofertadas pelo PTS envolvem várias atividades que iniciam antes da entrega dos imóveis e continuam após a mudança dos beneficiários. Partindo deste viés, é perceptível a importância da atuação do profissional de Serviço Social no processo de adaptação ao novo espaço habitacional.

Neste sentido, torna-se importante conhecer o exercício profissional dos Assistentes Sociais no âmbito da consultoria e assessoria em Projetos de Trabalho Social (PTS) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMMV), de forma a permitir uma aproximação com a realidade social das famílias contempladas.

Delorenzo e Villarosa (2010) destacam que devem ser considerados os ritmos de vida, as histórias de vida, as trajetórias, vínculos sociais, entre outras questões subjetivas. Para eles, a abordagem do trabalho deve ser socioterritorial. É necessária a articulação em rede entre os diversos atores que compõem esse território, integrando um conjunto de programas de ações, que significa deixar de pensar setorialmente, por secretaria e começar a pensar quais são de fato as necessidades e a potencialidade daquele território que demanda as suas necessidades.

Portanto, é na dinâmica da vida social, dadas as condições históricas e conjunturais, que devem estar referenciados os elementos do trabalho social, tendo em vista sua relação com determinado projeto profissional e a conexão com um projeto societário, “cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 189).

Por conseguinte, o Trabalho Social propiciará também articulação entre as políticas públicas e entidades não governamentais visando à inclusão das famílias em atividades de geração de trabalho e renda que permita custear as despesas referentes à nova moradia.

Conforme Guerra (2013), não há neutralidade na intervenção profissional e a direção política do trabalho social respalda-se no compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão, que é qualificado por Netto (1999, p. 95), como:

Um conjunto de valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais.

Assim, sustenta-se que o desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social na política habitacional representa um grande avanço no sentido de que muito mais que oferecer uma moradia aos indivíduos, é preciso assegurar a eles o direito de participar ativamente de decisões

que lhes dizem respeito e ainda promover os meios para o desenvolvimento de outras liberdades, garantindo a oferta de serviços públicos de qualidade e fortalecendo sua participação na vida social, política e econômica da comunidade.

Neste sentido torna-se importante destacar que o trabalho social está inserido na política habitacional, no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, como forma de viabilizar não somente ações de cunho informativo, mas principalmente direitos à população beneficiária. Bonduki (2009) afirma que apesar de todas as críticas ao MCMV ele tem como ponto positivo o fato de colocar a habitação na agenda do país, uma vez que a habitação é um problema histórico no Brasil e está longe de ser solucionado.

O acesso à habitação é aqui entendido não somente como o direito a “um teto e quatro paredes”, mas, sim, como um direito humano universal e fundamental que carrega consigo outros direitos, como a segurança da posse, a disponibilidade de serviços de infraestrutura, equipamentos públicos, localização adequada, entre outros aspectos importantes, devendo ser dessa forma a bússola regente da Política de Habitação.

Pensar a política urbana e habitacional no Brasil requer a observância das características territoriais das regiões, aspectos culturais e sociais das cidades, atentar para a questão de moradia como uma necessidade primária humana e ainda interligá-la a outras políticas públicas e sociais, abrangendo assim outras refrações sociais que estão envoltas à questão habitacional.

Na atualidade, o viés do direito a uma moradia digna torna-se pauta de reflexão na luta pelo reconhecimento e efetivação daquilo que já foi conquistado e pelo avanço desse direito, e não pelo seu retrocesso, com o desmonte que está ocorrendo na política habitacional popular. Isso representa como explicam Dias e Camargos (2017), um grande retrocesso, porque milhares de famílias, em todo o país, estão aguardando a sua moradia ser construída, mas estão vendo que o governo não disponibiliza nenhuma nova contratação.

O governo está indo na contramão do que deveria ser feito para reduzir o déficit habitacional do país, principalmente no momento em que milhares de trabalhadores estão perdendo seus empregos e não têm condições de pagar aluguel (FERREIRA, 2019).

Dito isto, torna-se importante refletirmos sobre os desafios constantes impostos aos profissionais do Serviço Social em seus processos de trabalho na contemporaneidade, vislumbrando reflexões de sua práxis mediante as novas morfologias do trabalho, o que será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA: nova morfologia?

O importante é apropriar-se da realidade e da prática transformadora, de uma maneira consciente, crítica e criativa.
(Carlos Nuñez Hurtado)

Este capítulo aborda as transformações do mundo do trabalho e a inserção do assistente social em diversos espaços de atuação, principalmente no âmbito da assessoria e consultoria. Engloba debate sobre a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho na sociedade brasileira na Contemporaneidade, vislumbrando reflexões de sua práxis mediante as novas morfologias do trabalho, assim como, situa a Assessoria e Consultoria como um desses processos de trabalho no qual o Serviço Social se insere, enfatizando as atribuições e competências profissional nesse espaço legítimo de atuação.

2.1 A Inserção do Assistente Social nos Processos de Trabalho na Contemporaneidade.

O trabalho como categoria fundante do ser social faz parte da história humana desde a antiguidade. Na história, o trabalho da(o) assistente social passou por muitas e profundas transformações desde a sua constituição pela formação acadêmica e profissional. Teve sua criação com influência católica e técnicas importadas, e desde então, sua história foi permeada de mudanças no perfil da formação e atuação dos trabalhadores.

De fato, sabemos que a formação profissional em Serviço Social envolve a abordagem de diversas categorias, dentre elas o trabalho, cujo entendimento é imprescindível para a capacitação de profissionais que exerçam um “[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social [...]” (ABEPSS, 1996, p. 6) e que adotem uma “[...] teoria social crítica capaz de propiciar a apreensão da totalidade social, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, como consta nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 6).

O assistente social é um profissional que está inserido na divisão sociotécnica do trabalho. Tendo isto como base, significa que a profissão possui características particulares que

a configuram, esta é compreendida desde a centralidade do trabalho na vida humana a partir da concepção de Marx.

Para elucidar a prática profissional do assistente social é necessário explicitar a perspectiva de trabalho, pois:

(...) geralmente, ao se falar em prática referia-se, exclusivamente, à atividade do Assistente Social. Os demais elementos (a dinâmica institucional, as políticas sociais, os movimentos sociais) eram tidos como condicionantes dessa prática, com uma certa relação de externalidade em relação a ela (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

A autora (idem) compreende que o trabalho como essência da atuação profissional do assistente social é pressupor que a sua práxis é um ato consciente, dimensionada pela ética e que possui uma finalidade, valores, envolvendo a dimensão do conhecimento e da ética-moral.

Nessa perspectiva, o assistente social a partir da base marxiana é descrito como um trabalhador que possui a capacidade de construir uma consciência com base na projeção dos resultados obtidos através do seu trabalho enquanto ser social que propõe respostas concretas para as necessidades humanas.

O trabalho do Serviço Social tem como característica sempre presente a exigência da interferência nas variáveis empíricas nos espaços profissionais, o que possibilita uma intervenção que transforme a vida dos sujeitos.

Neste modo, a ação é conduzida por um processo de trabalho que possui elementos primordiais, a matéria prima ou objeto de trabalho, os meios ou instrumentos de trabalho, e por fim, a finalidade e relevância social que é o produto do trabalho. Segundo Iamamoto (2000), apesar do assistente social estar regulamentado no seu projeto ético-político como um profissional que possui a sua atuação empregatícia liberal na sociedade, este não pode efetivar seu trabalho sem o vínculo de uma instituição que possa disponibilizar os recursos necessários.

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal” dela decorrente os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 38).

Dito isto, significa que o assistente social também é um trabalhador assalariado, que possui seu trabalho estabelecido pelo contrato de trabalho, que assim como os outros trabalhadores vendem a sua força de trabalho, inserido nas contradições entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Em que a sua ação deve corresponder as necessidades do contratante, sendo responsável pelo valor de troca estabelecido, nesse caso o salário.

A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social (IAMAMOTO, 2000, p. 24).

Desta forma, o processo de trabalho do profissional de serviço social está estruturado da seguinte maneira: a matéria-prima ou objeto de trabalho é a questão social em suas múltiplas manifestações; os meios ou instrumentais de trabalho são o conhecimento teórico-metodológico e os recursos financeiros, técnicos e humanos, indispensáveis ao exercício cotidiano; e o produto de seu trabalho, ou a sua finalidade, é expresso na forma de serviços (IAMAMOTO, 2000).

O trabalho centra-se primordialmente no campo político-ideológico, havendo a presença de um complexo e contraditório jogo de forças balizado pelos interesses do empregador e da classe subalterna que é o público alvo predominante da ação profissional. Esta dimensão política que perpassa o trabalho do Serviço Social possui um rico potencial de promover uma transposição da alienação do trabalhador, sendo fundamental refletir sobre as demandas postas pelo capital e mobilizar a classe que vive do trabalho para lutar pela conquista de direitos.

Sendo assim, a ação do exercício profissional está incidido sobre o objeto de trabalho que é a questão social e de suas expressões polifórmicas. De acordo com Serra (2000), a questão social no Brasil deriva historicamente no contexto do modo de produção capitalista com a industrialização e no surgimento da burguesia industrial e do operário, e através dessa relação conflituosa entre capital e trabalho que a questão social finca as suas raízes.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Esse enfrentamento da questão social de que se referem os autores, contrapõe a maneira como o Estado abordou a questão social na sua gênese, sendo evidenciado como um caso de polícia e não como de política. Em que houve a recusa de assumir a responsabilidade diante

dessas problemáticas decorrentes dos conflitos entre as classes, promovendo ações coercitivas e repressoras.

Para Netto (1992, p.71), “a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões”. Sem sombra de dúvidas, ela serve para pensar os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais, em uma perspectiva conservadora, eram “executores terminais de políticas sociais”, emanadas do Estado ou das instituições privadas que os emprega.

É necessário compreender que a perspectiva histórico crítica, hegemônica entre os profissionais do Serviço Social, compreende o surgimento dessa profissão organicamente articulado ao processo sócio histórico de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase monopolista (na passagem do século XIX para o século XX).

O Serviço Social emerge, na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção econômicos, políticos e sociais. Desse modo, a institucionalização da profissão relaciona-se à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, sendo o assistente social demandado para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais implementadas pelo Estado (NETTO, 2005a).

O assistente social adquire um papel relevante para a defesa do projeto democrático, ao trabalhar cotidianamente com as interfaces da questão social, sendo muito importante sua atuação junto à classe trabalhadora incentivando/assessorando iniciativas de mobilização social e reconhecendo as implicações ético-políticas de seu fazer profissional (RIBEIRO, 2008, p. 95).

No contexto atual de grave crise do capital, enfrentamos uma realidade de alargamento do desemprego e do subemprego, em face de um modelo produtivo que exige cada vez mais flexibilização, polivalência, desespecialização e desprofissionalização do trabalho. De fato, na medida em que se desenvolve, o capitalismo acirra contradições e altera fortemente o mundo do trabalho e a morfologia da classe trabalhadora.

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. Ela afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais dos distintos segmentos de trabalhadores aos quais se dirige a atividade profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

Muitas vezes, o próprio assistente social, ao ocupar cargos de planejamento e gestão, deixa de se perceber enquanto profissional do Serviço Social, esquecendo-se de que essas ações

estão postas na Lei de Regulamentação como suas competências. Segundo Guerra (2013) o espaço reservado ao Serviço Social enquanto um ramo de especialização do trabalho coletivo é o de dar respostas, buscar soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico profissionais, e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica.

No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral. E como afirma Iamamoto (2000, p.113), ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais:

desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

A profissão, como afirma Yazbek (2005, p. 29), enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho, os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral e o aumento da pobreza e a exclusão social. O Serviço Social vê-se confrontado e desafiado a compreender e intervir nessa sociedade de transformações configuradas nas novas expressões da questão social: a precarização do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, a violência em suas várias faces, a discriminação de gênero e etnia e tantas outras questões relativas à exclusão.

De acordo com Silva e Vallina (2005, p. 15):

Como uma especialização do trabalho coletivo que está historicamente inserida no marco da divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social é refratário ao conjunto de alterações enunciadas. Tem-se convicção de que os determinantes histórico-conjunturais atingiram o exercício profissional de assistente social redimensionando espaços, demandas, funções, qualificações, respostas, capacitações e competências.

As autoras argumentam que o surgimento de novos espaços ocupacionais e estratégias de atuação não estão mais limitados exclusivamente às tradicionais tarefas desenvolvidas por esses profissionais, uma vez que se faz necessário acompanhar as tendências do mercado e as novas demandas sociais presente e crescente.

Essas estratégias são aliadas às características históricas particulares que presidiram a revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 1975; IANNI, 1984, 2004) que ditam as dinâmicas de relações entre o Estado e a sociedade de classes, orientando os recursos públicos, a necessidade de utilização de tecnologias e as formas como serão organizadas a produção de bens e serviços.

Nos primeiros anos do século XXI, as crises globais de saúde, econômicas e políticas foram exacerbadas pelas profundas mudanças na estrutura organizacional do capitalismo e nos modos de atividade econômica, social e política, todos construídos sobre a base de capital imperialismo (FONTES, 2010). Essas características fundamentais incluem o domínio do capital monetário e seu impulso avassaladoramente expropriador, bem como o aumento da concentração e centralização do capital.

De acordo com Raichelis e Arregui (2021), as crises do capitalismo não são apenas fenômenos eventuais, são um componente necessário do movimento sociometabólico do sistema capitalista. O capital é usado nesse processo para aproveitar os mais recentes avanços tecnológicos e avanços científicos, ao mesmo tempo em que expande e diversifica a força de trabalho mundial para atender às necessidades de médio prazo de avaliação de capital, o que contribui para o aumento da população ativa mundial.

Segundo Ribeiro (2008), presenciamos a precarização das condições de trabalho frente ao avanço da revolução técnico-científica de base microeletrônica, a qual promove uma redução da demanda de trabalho gerando o chamado “desemprego estrutural”, refletindo no agravamento da exclusão social. Iamamoto (2000) discorre sobre esse fenômeno, esclarecendo que:

A crescente potenciação do trabalho vivo possibilitada pelo avanço científico e tecnológico, em que a ciência torna-se uma força produtiva por excelência, patenteia o papel essencial que o trabalho cumpre na reprodução da sociedade contemporânea, como substância mesma da riqueza. Contraditoriamente, é o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que torna o trabalho de muitos descartável à medida que reduz a demanda de trabalho vivo, repelindo um crescente excedente de força de trabalho, que passa a viver um cotidiano pleno de incertezas e inseguranças (IAMAMOTO, 2000, p. 88).

A incorporação de novas tecnologias, incluindo a mecanização tem resultado num número cada vez maior de despedimentos de trabalhadores, bem como num aumento da precariedade das condições de trabalho na cadeia produtiva e na reedificação de antigas formas de trabalho análogas à escravidão. Percebe-se, portanto, uma contradição na era da informatização em que o avanço tecnológico acirra ainda mais a informalização do trabalho:

“[...] presente na ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial, teletrabalhadores, ampliando o universo do trabalho precarizado. Com novas formas de promover a precarização do trabalho, o capital consegue, “[...] novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor, tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil” (ANTUNES, 2014, p. 41).

Ou seja, este “relativo avanço tecnológico” é utilizado somente para os interesses do próprio capital, fazendo com que somente os detentores dos meios de produção sejam beneficiados. Sendo assim, a estratégia utilizada pelo capitalismo ao longo do período de globalização neoliberal, tanto na cidade quanto em sua periferia. Uma poderosa reorganização da força de trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças é descrita como um mecanismo que combina flexibilidade, terceirização e informalidade "como partes indissociáveis do léxico e do pragmatismo da corporação global" (ANTUNES, 2020b, p. 11).

Diante disto, o capitalismo vem desde sempre se reinventando, como forma de continuar dominando a classe proletária, ou seja, continuar com o poder em suas mãos. Contudo, é válido mencionar que esse desenvolvimento não é esvaziado de resistência, a classe trabalhadora se reinventa também, para que possam ter uma vida mais justa, por meio da garantia e efetivação de seus direitos. Somam-se a essa luta, os/as Assistentes Sociais que também são classe trabalhadora, e portanto, também vivenciam os impactos gerados por essas transformações do modo de produção capitalista.

De acordo com Falcão (2014), o Serviço Social como profissão institucionalizada no capitalismo se desenvolve a partir das concepções tradicionais, liberais, que naturalizam a questão social e seus agentes.

Dessa forma, os assistentes sociais são chamados a atuar na solução das deformidades sociais geradas pelo próprio sistema, produzindo soluções científicas, métodos, e técnicas para lidar com tais problemas, porém, ao mesmo tempo, pela natureza de suas práticas, consiste em dar respostas a essas mesmas questões, o que impõe uma efetivação de medidas e políticas públicas em benefício dos despossuídos, criam-se contradições e impasses que vão permear este campo profissional, levando em alguns casos à ruptura com essa mesma tradição.

Debates profissionais em diversos cenários, públicos e privados, mostram a ansiedade e a angústia dos assistentes sociais, principalmente, mas não exclusivamente, daqueles que estão à frente do trabalho e as demandas estruturais que são reivindicadas pelo capital.

Nesses termos, segundo Camargo (2021), o mundo do trabalho torna-se território de reestruturação permanente e o florescimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) afigura-se em novo e central elemento no tempo presente. Por meio delas é possível

reconfigurar os meios e as formas de realização do trabalho nas condições mais adequadas ao processo de valorização do capital.

O trabalho em casa, o home office ou o teletrabalho, que produzem o trabalhador just in time e já vêm sendo adotados de forma residual, embora crescente, em muitos espaços sócio-ocupacionais, foram generalizados principalmente durante a pandemia do covid-19. Com a crise e a pandemia, têm exponencial ampliação quantitativa o desemprego e o subemprego, a população em situação de rua, a fome e as múltiplas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos/as. Conforme Iamamoto (2021), a busca de pretensas “saídas para a crise”, mistificadas no chamado ao “empreendedorismo”, apresentam-se como dependentes da iniciativa e da vontade dos “empreendedores”, obscurecendo e silenciando as condições históricas macrossociais e a crise econômica no país.

Como resultado, há um aumento na quantidade de trabalho realizado, o que impacta tanto em aspectos materiais quanto subjetivos: uma jornada de trabalho mais longa de até oito ou dez horas, um excesso de tempo gasto em frente a um monitor de computador, e um maior número de reuniões até a exaustão. Há também uma relação simbiótica entre a quantidade de tempo gasto trabalhando e a quantidade de tempo gasto sem trabalhar. É um ambiente favorável ao crescimento moral, à decadência mental e à adoção de novas formas de gestão e controle dos processos de trabalho (RAICHELIS e VICENTE, 2019).

O mercado de trabalho para os assistentes sociais vem sendo modificado não apenas em relação às demandas e às requisições profissionais; está revestido de uma intensa precarização das condições e relações de trabalho, e na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho.

Nos seus pouco mais de 80 anos de existência, o Serviço Social brasileiro, tal como outras profissões, tem sido atingido no seu significado sócio-histórico e nas suas requisições sócio-profissionais e ético-políticas que provém das demandas antagônicas geradas pelo capital e pelo trabalho. As novas e antigas configurações do mercado de trabalho, o perfil de profissional que corresponda às exigências desta fase do capitalismo e as formas pelas quais o Estado enfrenta a luta de classes e as sequelas da relação capital-trabalho, incidem mediata e imediatamente na profissão (GUERRA, 2020, p. 44).

As condições que abrangem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. Trata-se de um tempo caracterizado por mudanças aceleradas em diferentes dimensões da vida social, por uma nova sociabilidade e uma nova política. O assistente social, como trabalhador, sofre as consequências dessas mudanças e se vê, como aponta Raichelis (2013), a constrangimentos diante dos processos de intensificação e precarização do trabalho assalariado nos espaços institucionais onde desenvolve seu trabalho.

Conforme a autora:

a dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea [...] atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional (2013, p. 619-620).

Contudo, segundo a referida autora (idem), nas últimas três décadas foi possível notar um avanço significativo do Serviço Social brasileiro, de aprofundamento e renovação teórico-metodológica e ético-política, qualificação da sua produção científica, assim como o fortalecimento de entidades científicas e de representação política. Entretanto, de acordo com a autora essa dinâmica de flexibilização/precarização do trabalho atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que é exercido, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, desvalorização dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

O Serviço Social em tempos de crise econômica e política no país sofre com ampla investida contra o legado de direitos dos trabalhadores e avanço na privatização da coisa pública. Mas, o profissional busca distintas formas de resistência contra as desigualdades e disparidades sociais. O trabalho profissional enfrenta a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país.

Diante desta realidade social, criam-se novas demandas e desafios ao Serviço Social. Os profissionais Assistentes Sociais devem se manter atualizados e atentos para não acabar se institucionalizando e reproduzindo atitudes conservadoras, acríticas e imediatistas e, para isso, devem se ancorar no Projeto Ético-Político para nortear suas intervenções.

Para isso o/a Assistente Social deve:

Re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2004, p. 75).

Segundo Raichelis (2011), o assistente social deve ser capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam na construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que

possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs, etc), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública.

O profissional deve ter o domínio e a dimensão da sua relativa autonomia e de seu fazer profissional, por meio das “[...] triagens, das elegibilidades, das governabilidades, das concessões dos laudos, das visitas controladoras, das definições de quem fica e quem não fica, de quem pode participar de um programa etc.” (YAZBEK, 2014, p. 687). Para isso o/a Assistente Social precisa ter domínio do Código de Ética, dos seus princípios e diretrizes, para pautar sua intervenção, buscando a emancipação dos sujeitos, para que assim, consiga de fato, garantir direitos.

Entende-se que a inserção da profissão nas lutas sociais, em um âmbito mais amplo e coletivo de luta e resistência, tem o seu protagonismo, conquistas e desafios. Na medida em que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão deve buscar atualizar-se, redirecionando seus procedimentos e estratégias de ação, adaptando-se às novas demandas e redefinições do mercado de trabalho e da conjuntura social.

Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o "tempo presente, os homens presentes, a vida presente" e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (Iamamoto, 2000, p. 48).

Os tempos de mundialização do capital reafirmam o mercado como órgão regulador das relações sociais que impulsionam a competição e o individualismo de maneira que desarticula as formas de luta e negociação coletiva. E são essas mudanças que alocam os espaços ocupacionais do assistente social que possui raízes nos processos sociais que expressam a dinâmica da acumulação e disputas de interesses.

Nesta historicidade que é atribuído novos contornos ao mercado de trabalho que faz emergir novos espaços que requer respostas as demandas apresentadas e um conjunto de habilidades diversificadas. Para Yamamoto (2004) o espaço de atuação profissional é um produto histórico.

A profissão registra, ao longo da sua conformação, uma progressiva ampliação do mercado de trabalho, condicionada pelos determinantes sócio-históricos inerentes a cada período. A partir dos anos de 1980, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, os espaços ocupacionais do Serviço Social também são reformulados e outros são inaugurados, a partir das novas roupagens de antigas demandas ou mesmo

de novas expressões do objeto de ação do assistente social, a questão social (BRAVO e MATOS, 2010, p. 110).

Conforme Almeida e Alencar (2011), o enfrentamento da questão social pelo Estado burguês na esfera do capitalismo monopolista articula um leque de estratégias, dentre as quais estão situadas as políticas públicas. De acordo com os autores, foi no plano da implantação das políticas sociais, que se articulou o mercado de trabalho para os assistentes sociais. A efetivação de um espaço sócio-ocupacional ao Serviço Social só se constituiu a partir de processos econômicos, políticos e sociais, os quais estavam vinculados à ordem do capitalismo monopolista.

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras (Iamamoto, 2000, p. 79).

Além das discussões apresentadas, ao qual se fez necessário para compreender o trabalho e os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, a sua expansão e transformação que derivam da mundialização do capital e nas buscas de superação de crises, as quais correspondem a ampliação do trabalho e apropriação dos excedentes que são derivadas do sistema capitalista, torna-se importante discutirmos o trabalho e atuação do assistente social no nos diferentes espaços ocupacionais, inclusive o da Consultoria e Assessoria, que vem ganhando destaque e pode ser utilizada como mais uma das formas de inserção do Serviço Social no mercado de trabalho contemporâneo.

2.1.1 Serviço Social e seus espaços sócio-ocupacionais.

Na atualidade, a discussão da categoria do Serviço Social sobre os novos espaços de trabalho e as novas competências profissionais, tem-se tornado pauta de reflexão sobre as questões que envolvem a qualidade do fazer profissional. Não se pode negar que as mudanças no mundo do trabalho, bem como o surgimento das novas expressões da questão social nos levam a fazer uma análise a partir das exigências do mercado de trabalho, sobre o surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

O serviço social é uma profissão que tem sua gênese atrelada às múltiplas determinações de enfrentamento da questão social, marcado pela relação de forças advindas da exploração entre capital e o trabalho. Devido à extrema exploração existente nesta relação, o proletariado passa a incomodar o capital, na sua luta por melhores condições de vida, sendo necessária a

intervenção do Estado para mediar esta situação de conflito, por meio da imposição de dispositivos legais, para regular a relação capital-trabalho. Verifica-se que à medida que o capitalismo se aprofunda, fica mais latente e gritante a questão social, na condição de vida da classe trabalhadora, o que exige um posicionamento do Estado.

A crise do capital trouxe rebatimentos para a classe trabalhadora, cada vez mais heterogênea na atualidade e as mudanças no mundo do trabalho dificultam a organização da classe trabalhadora, que nos últimos anos tem sido atingida não só na materialidade do trabalho, com a introdução de novas tecnologias por parte do capital, mas na subjetividade do trabalhador, que afetou sua forma de ser, principalmente com o recuo da organização sindical (ANTUNES, 2006).

A conjuntura atual é caracterizada pelo crescimento desenfreado do capitalismo globalizado, amparado pelo sistema neoliberal, que tem provocado diversas mudanças no mundo do trabalho, como já foi mencionado. Alteração estas, que atinge todas as categorias profissionais, inclusive vale destacar a categoria do(a) Assistente Social. Diante das mudanças que ocorre, o mercado de trabalho passa a exigir cada vez mais dos profissionais, o mesmo que no início na sua prática eram apenas executores terminais de políticas sociais, agora passam também a formular, programar a gestão dessas políticas, frente às “novas” demandas.

Estas mudanças repercutem no mercado de trabalho e no fazer profissional do assistente social. Nessa direção, novas expressões da questão social surgem como mais um desafio para o Serviço Social, que precisa dar respostas às novas demandas que são colocadas pela sociedade, pelo Estado e pelo capital. Nisto consiste o surgimento de novos espaços ocupacionais e competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais.

Para compreender a inserção do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais faz-se mister entender que o modo de produzir e reproduzir do sistema capitalista interfere diretamente no significado social da profissão e na sua necessidade nesse sistema. Trata-se de apreender o capital como uma relação social que se estabelece entre duas classes fundamentais, donde cabe aos trabalhadores a venda da sua força de trabalho e aos capitalistas a apropriação da riqueza produzida. Desta forma capital e trabalho, como apontam Iamamoto e Carvalho (2006, p. 31): “[...] são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro”.

Os tempos de mundialização do capital reafirmam o mercado como órgão regulador das relações sociais que impulsionam a competição e o individualismo de maneira que desarticula as formas de luta e negociação coletiva. E são essas mudanças que alocam os espaços ocupacionais do assistente social que possui raízes nos processos sociais que expressam a dinâmica da acumulação e disputas de interesses.

Dimensionar o novo no trabalho profissional significa captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social. Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras (IAMAMOTO, 2000, p. 80).

Na esfera sócio-ocupacional, a Constituição Cidadã de 1988, ao estabelecer o direito às políticas sociais, muito contribuiu para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais em função do incremento à rede socioassistencial, através da criação de importantes programas de atendimento a diversos segmentos da população. O espaço ocupacional ampliou-se também com atividades voltadas para implantação, orientação e representação em Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos, organização e mobilização popular, elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, ampliação e interiorização dos cursos de Serviço Social; além de assessoria e consultoria e requisições no campo da pesquisa (DELGADO, 2013).

Em um contexto neoliberal, as políticas sociais estão cada vez mais focalistas e seletivas. O mercado de trabalho, por sua vez, exige aos assistentes sociais capacidade crítica, reflexiva e criativa, um profissional com um perfil cada vez mais qualificado que, se alimentado com uma atitude investigativa, estimula no seu exercício cotidiano “as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 49).

Observa-se que novos desafios são colocados para assistentes sociais, tanto no planejamento quanto na execução das políticas, uma vez que se trata de lócus privilegiado de atuação profissional. As crises cíclicas do capital afetam diretamente a classe trabalhadora com desemprego crescente, flexibilização das relações de trabalho e desmobilização das lutas coletivas, o que permite surgir diferentes demandas e requisições que podem ser levadas ao assistente social, pois, como sinaliza Iamamoto (2009, p. 26), a classe trabalhadora “também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho”.

Os desafios são postos, exigem habilidades e competências para o profissional e, de acordo com Iamamoto (2009, p. 25), pressupõem superar as rotinas institucionais “para buscar

apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho”.

Segundo Delgado (2013), nas três últimas décadas a profissão passou por um processo de redimensionamento e renovação no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e ético-política, e melhor, qualificou-se, principalmente através da consolidação da pós graduação *stricto sensu* e da produção científica acumulada a partir da década de 1980, adequando-se às exigências da contemporaneidade.

Desta forma, compreender os espaços sócio-ocupacionais do assistente social exige a reflexão no movimento histórico da sociedade brasileira e mundial, considerando os processos sociopolíticos que condicionam o modo como o Serviço Social se insere na sociedade capitalista, como um tipo de especialização do trabalho inscrito na divisão social e técnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais, realizando ainda sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada.

Os diferentes espaços ocupacionais trazem para o assistente social a responsabilidade de responder com competência ética e técnica, na dinâmica da vida social, aspectos que compreendem as respostas estatais às lutas cotidianas pelos direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais, dentre outros, e as políticas sociais são um exemplo dessas respostas.

De acordo com Yamamoto (2009), as alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estados Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores.

Ao longo do processo sócio histórico de desenvolvimento do Serviço Social, em meio à realidade brasileira, a partir da década de 1930, o campo das atribuições profissionais constituiu-se do modo bastante amplo. A fragmentação das políticas sociais e a expansão setorializada de ações voltadas para os mais diversos campos da atuação profissional (como saúde, previdência, assistência, habitação, etc.), oferecem ao assistente social um mercado de trabalho multifacetado, que lhe apresenta uma variada gama de requisições. As requisições que se apresentam aos assistentes sociais podem estar direcionadas à prestação de um serviço, à execução de projetos e/ou programas sócio assistenciais, ou a própria realização do trabalho

profissional. Segundo Guerra et al (2016, p. 04), “na linguagem jurídica, requisitar é requerer com autoridade ou exigir”.

Nesse sentido, a requisição é a exigência legal, emanada de autoridade competente para que se cumpra, se preste ou se faça o que está sendo ordenado. Nessa direção, percebemos que a requisição é, geralmente, institucionalizada, pois ela emana da instituição que contrata o assistente social. Entretanto, essa requisição pode ser acolhida ou não, pelo profissional, a depender da sua natureza.

Nesta historicidade que é atribuído novos contornos ao mercado de trabalho que faz emergir novos espaços que requer respostas as demandas apresentadas e um conjunto de habilidades diversificadas. Para Iamamoto (2004) o espaço de atuação profissional é um produto histórico.

A profissão registra, ao longo da sua conformação, uma progressiva ampliação do mercado de trabalho, condicionada pelos determinantes sócio-históricos inerentes a cada período. A partir dos anos de 1980, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, os espaços ocupacionais do Serviço Social também são reformulados e outros são inaugurados, a partir das novas roupagens de antigas demandas ou mesmo de novas expressões do objeto de ação do assistente social, a questão social (BRAVO e MATOS, 2010, p. 110).

Assim, o profissional do Serviço Social possui autonomia (embora essa sempre seja relativa), para identificar se as requisições apresentadas pela instituição são compatíveis ou não com o seu exercício profissional, ou seja, com aquilo que compõe o conjunto de competências e atribuições dos assistentes sociais.

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam (IAMAMOTO, 2009).

Os profissionais do serviço social atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais, como: Instituições públicas estatais; Empresas capitalistas e Terceiro Setor. A atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa

no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

De acordo com Yamamoto (2009), tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como: o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim como os recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização.

2.2 Atribuições e Competências do profissional de Serviço Social na Assessoria/Consultoria: uma reflexão urgente.

Discutir a atuação dos Assistentes Sociais em novos espaços de trabalho e competências profissionais exige que se leve em consideração a qualidade do fazer profissional. As mudanças no mercado de trabalho, bem como a criação de novas expressões sociais, obrigam-nos a fazer uma análise baseada nas necessidades do mercado de trabalho, na formação de novos espaços sociais preenchidos pelos assistentes sociais, a exemplo da consultoria e da assessoria.

O caráter histórico e mutável da ação profissional do assistente social, na trama das relações sociais vigentes na sociedade enfrenta a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho (YAZBEK, 2009, p. 135).

Os espaços ocupacionais retratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potencializam a produtividade e a intensificação do trabalho, atribuindo novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional: novas habilidades, competências e atribuições (IAMAMOTO, 2009).

Na discussão sobre novos espaços sócio-ocupacionais e competências do Assistente Social, a consultoria e assessoria ganham destaque. Segundo Matos (2010), consultoria e assessoria são definidas como qualquer ação desenvolvida por um profissional com conhecimento na área estudada que utiliza a realidade como objeto de estudo e com a intenção de mudar a realidade.

Como resultado, o Projeto Profissional-Ético-Político sugere uma prática de assessoria e consultoria condizente com os padrões éticos da profissão. Além disso, segundo Souza (2016), cabe ao profissional, como consultor ou assessor, apropriar-se das teorias que embasam a profissão, do Projeto Ético-Político, das ferramentas metodológicas e, principalmente, investir em si mesmo por meio do desenvolvimento profissional contínuo, reforçando a competência técnica do assistente social. Segundo a autora, o trabalho do Assistente Social no âmbito da consultoria e assessoria pode ser encarado como uma espécie de acompanhamento e investido da competência técnica necessária, para atuar respaldado pelo direito que lhe assiste, implementando pequenas mudanças sociais em seu cotidiano.

Nesses espaços profissionais os (as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população (IAMAMOTO, 2009).

No que se refere à uniformização da assessoria e da consultoria no Serviço Social, importa referir que estes processos de trabalho são considerados uma atribuição privada do(a) assistente social, bem como uma competência prevista na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/ 93), que afirma:

Art. 4º - Constituem **competência** do Assistente Social:

VII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao inciso II deste artigo;

IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Art. 5º - Constituem **atribuições privativas** do Assistente Social:

III- assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

Conforme Oliveira (2019), a lei nº 8662/1993 reforça a importância da Assessoria e Consultoria na contemporaneidade e consolida a expansão dessas atividades na profissão. O Assistente Social então transita de um caráter meramente executor terminal das políticas públicas para ocupar posições de análise e intervenção no procedimento integral da elaboração

das políticas sociais junto aos órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

No que tange às atribuições privativas do assistente social, podemos verificar que temos a assessoria e a consultoria como uma das funções específicas do assistente social, a qual reforça ainda mais a sua competência técnica especializada nos assuntos pertinentes às áreas do Serviço Social no âmbito do território brasileiro.

Ter essas competências e entender que uma profissão, independentemente de fazer parte de um conglomerado de profissões liberais, não representa um problema significativo em termos de autonomia que confere aos profissionais, visto que seus fundamentos (expressos na produção de conhecimento no campo) ainda estão em sua infância.

Essa afirmação se baseia, em parte, na constatação de que a realidade do trabalho profissional no Brasil esteve tradicionalmente vinculada à mediação de organizações, minando a dimensão liberal da profissão, o que o Conselho Federal de Serviço Social (2005) confirma ao indicar que a incorporação no mercado de trabalho está principalmente ligada ao vínculo de emprego.

De acordo com a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL, 2021), existe uma distinção entre uma profissão liberal e uma profissão autônoma, pois o termo autônomo refere-se a alguém que trabalha por conta própria sem estar empregado. O termo liberal se refere a alguém que tem total liberdade para exercer sua profissão (pode abrir um negócio ou trabalhar para outra pessoa), mas é sempre formado em universidade ou escola técnica, em que está inscrito em uma ordem ou conselho profissional e é a única pessoa que pode fazer determinada tarefa, o que lhe confere maior responsabilidade pelo resultado de seu trabalho.

No caso do exercício liberal da profissão Serviço Social, historicamente predomina o papel de assessor/consultor. É importante notar que identificamos, em nosso discurso profissional, uma tendência ao "rotulá-la" como componente dos processos de terceirização e/ou precarização dos contratos profissionais, em sua relação com os empregados, como dimensão liberal, com a qual discordamos, pois entendemos que esta é fruto de uma opção profissional em que a liberdade de oferta de seus serviços supera os processos mencionados.

As origens dos processos de assessoria/consultoria remontam às origens das relações humanas, pois os indivíduos sempre buscaram orientação de outros para tomar decisões sobre uma variedade de questões, mas foi somente no início do século XX que a atividade ganhou os moldes que tem hoje. Particularmente nas décadas de 1940 e 1950, ocorreram avanços

significativos na sistematização do trabalho de consultoria, com forte embasamento técnico-científico aliado à experiência e fundamentado em teorias, mas sempre com foco em soluções práticas.

Segundo Vasconcelos (1998), a assessoria e consultoria em serviço social não são novas; é praticado desde a década de 1970, embora a bibliografia sobre o assunto seja um tanto limitada. Autores como Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos se destacaram no conhecimento produzido sobre o assunto e apresentaram questões pertinentes sobre a prática de assessoria e consultoria para a Administração da Previdência Social. Segundo esses autores, há dificuldades de compreensão da assessoria/consultoria que são evidentes na produção teórica do Serviço Social brasileiro.

[...] sobre a recente inclusão do termo assessoria no Serviço Social, se dá pela imprecisão da forma como este termo tem sido usado no meio profissional. Tal imprecisão se expressa de duas formas: a primeira se dá na identificação de trabalhos que se apresentam sobre assessoria, mas que são registros de supervisão profissional ou realização de cursos; e a segunda imprecisão pode ser identificada no trabalho realizado pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais, pois, se atentarmos para o passado recente – notadamente os anos 1980 - observaremos experiências de assessoria, mas misturadas com ação política dos assistentes sociais, junto aos movimentos sociais (BRAVO & MATOS, 2010, p. 36).

Para Souza (2016), ao realizar uma assessoria ou consultoria, o profissional deve ter clareza sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua posição como trabalhador contratado pela organização para auxiliar ou julgar a realidade institucional, mantendo em mente a leitura crítica do atual projeto social.

Segundo Voss (2019, p. 18), algumas das responsabilidades gerais de um assessor incluem: sugerir ações que enriqueçam o conteúdo teórico, técnico e político; proporcionar uma profunda reflexão sobre a realidade do trabalho; e construção colaborativa de condições para projetar e realizar tarefas, apontando possibilidades, restrições, alternativas e viabilidade do projeto.

Vasconcelos (1998, p. 17) esclarece que entre as atividades de consultorias estão: “indicar bibliografia sobre temas específicos; dar parecer sobre projetos de pesquisa e/ou avaliar o encaminhamento de levantamentos e pesquisas em andamento; indicar ou realizar cursos sobre temas específicos da área de atuação profissional etc”.

Conforme Vasconcelos (1998, apud VOSS, 2019, p. 29):

A principal função do assessor ou do consultor consiste em instrumentalizar a equipe, apresentando características para ampliar as possibilidades de ação profissional, ultrapassando discussões superficiais e externas às atividades da organização. Essa atuação pode permitir que a equipe construa uma prática mais articulada com seus

objetivos, priorizando demandas, atividades e ações essenciais, encarando as falhas reais, de modo a mitigar e superar dificuldades.

Destacamos que o assistente social possui inúmeras competências profissionais, e dentre elas está a questão da prestação de serviços técnicos altamente especializados de assessoria e de consultoria na área do Serviço Social. Na assessoria e consultoria, o assistente social poderá desenvolver trabalhos conjuntamente com as equipes técnicas das instituições públicas, privadas e do terceiro setor, tanto na elaboração, como na coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos sociais. Sempre no sentido de apontar os melhores caminhos que possam possibilitar melhoria da qualidade de vida dos usuários destes planos, programas e projetos sociais (PIERITZ, 2016).

Relativamente aos atributos e qualidades de um profissional Assessor ou Consultor, Matos (2009) defende que este respeita, o domínio dos conteúdos que detêm sobre a área em que trabalha, bem como a sua vontade de atualizar e estudar constantemente os seus conhecimentos. Além disso, trabalhar como assessor ou consultor envolve outras características, segundo Voss (2019), tais como: Comportamentais (organização, confiança, independência, automotivação e compromisso); Capacidades (os profissionais devem estar familiarizados com uma ampla gama de técnicas, métodos e ferramentas para o seu trabalho e ser capazes de usá-los de forma criativa); Conhecimento específico (refere-se à necessidade do profissional conhecer diversas técnicas e suas aplicações). Experiência (é demonstrada através de habilidades e conhecimentos práticos de trabalho); Ética (respeito a princípios e valores que demonstrem verdade, honestidade nas ações e transparência intelectual).

Já a consultoria é um tipo de prestação de serviços ou outras abordagens de curto prazo, especializadas em termos de conhecimentos e habilidades, a organizações e/ou profissionais em geral. Caracterize-se como interno (um profissional dentro da organização que tem amplo conhecimento da situação interna da organização) ou externo (um profissional fora da organização que é conhecido por seu conhecimento, nível de imparcialidade e/ou confidencialidade que a situação exige) (OZELAME; MACIEL, 2017).

Como em qualquer processo democrático, não há unanimidade na categoria de Assistentes Sociais nas disputas por percursos profissionais; ainda assim, é possível acreditar que a profissão se entende como classe trabalhadora e coloca seus serviços e ideias profissionais à disposição dessa classe, atuando em defesa da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social, tendo em vista a emancipação humana e a abolição da sociabilidade capitalista (OLIVEIRA, 2019, p. 32).

A lei nº 8662/93 especifica as principais responsabilidades do Assistente Social no desempenho das suas funções, que incluem: desenvolver, implementar e avaliar as políticas, planos, programas e projetos sociais em colaboração com agências governamentais, empresas e organizações sem fins lucrativos; prestar assistência e aconselhamento a indivíduos, famílias, grupos e público em geral na defesa dos seus direitos; planejamento, execução e avaliação de projetos (BRASIL, 2012).

Assim, o Serviço Social é definido como uma profissão interventiva que utiliza os conhecimentos adquiridos não apenas para compreender e explicar a realidade, mas também para intervir e transformar a realidade por meio de ações deliberadas e planejadas. O Assistente Social adentra espaços permeados de tradições, impedindo o desenvolvimento da sociedade capitalista, ao se inserir como assalariado (OLIVEIRA, 2019).

Segundo Gomes (2012, apud Oliveira, 2019, p. 67), três grandes grupos de assessores e consultores estão vinculados ao Serviço Social, não apenas pela competência profissional, mas pela presença nos ambientes de trabalho profissional da categoria:

- 1) Consultorias prestadas pelos órgãos de formação acadêmica e institutos de pesquisa, divididos em quatro subtipos: Consultoria acadêmica/profissional; Acadêmica/órgão de gestão governamental; Acadêmica/conselhos e Movimentos Sociais e Acadêmica/Acadêmica.
- 2) Consultorias prestadas por ONGs e fundações a instituições de caráter público ou privado.
- 3) Empresas de consultorias/empresas diversas e Assessorias e Consultorias prestadas à gestão das políticas sociais.

Ser assessor e/ou consultor do Serviço Social não implica abandonar as suas ações e funções. É fundamental que os profissionais atentem para a importância da orientação social aos usuários das instituições em que atuam. “Assim, uma frente de trabalho não substitui outra” (MATOS, 2009, p. 7), mas se complementam.

O tema da Assessoria e Consultoria no Serviço Social não é novo. Em contrapartida, há lacunas na compreensão da categoria e na compreensão do significado do processo. Como resultado, destaca-se aqui a importância e necessidade de aprofundamento da temática pela categoria de Assistentes Sociais, para que o espaço de atuação existente se torne um ponto focal para a realização e implementação do Projeto Ético-Político da Profissão, com a objetivo de fortalecer e desenvolver o Serviço Social.

Assim, o Serviço Social passa a se ver como uma profissão que necessita de permanente atualização, não só técnica, mas teórica, e passa também a ser identificado como uma profissão que, mesmo não sendo ciência, produz conhecimentos e detém respeitável domínio no campo das políticas sociais. É somente de posse desta auto identificação e deste reconhecimento que o Serviço Social pode valorizar os processos de assessoria aos setores da profissão e também ser identificado como aquele que

tenha capacidade para prestar assessoria em outras áreas de intervenção ou do conhecimento (MATOS, 2010, p. 35).

De acordo com Trindade (2017, p. 78 apud OLIVEIRA, 2019, p. 77) considera-se como ações profissionais “as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais”. Todavia, essas atividades cotidianas só se classificam como profissionais do Assistente Social a partir do momento em que existe a relação com o Serviço Social, os sujeitos sociais (individuais ou coletivos); as políticas sociais; os direitos sociais e os movimentos sociais. Tudo direcionado pelos princípios teóricos, metodológicos, éticos e políticos da categoria.

Muitas vezes, soluções visíveis são atraídas pelo desenvolvimento de programas e projetos sociais que são utilizados para reafirmar a lógica da produção e reprodução do capital, bem como a alienação do trabalhador, ou para difundir uma cultura de curto prazo de bem-estar social e qualidade de vida. Como resultado, existe a opção de subcontratar o assistente social como “assessor” ou “consultor” por meio de contratos temporários que duram apenas o tempo de execução dos projetos sociais.

Assessoria e consultoria empresarial são prestadas por pessoa jurídica, contratada pela empresa através do recrutamento. As empresas de consultoria contratam a prestação de serviços autônomos por assistentes sociais que acabam prestando serviços temporários a organizações privadas, resultando em um subcontrato terceirizado (PONTES, 1977).

No âmbito estadual, os assistentes sociais contribuíram significativamente para o desenvolvimento e gestão das políticas sociais, bem como para a formulação e implementação de programas, atuando como assessores dos órgãos responsáveis por esses processos. As competências adquiridas durante a formação profissional e a experiência no desenvolvimento de políticas sociais fazem do assistente social um profissional obrigatório no campo da gestão de políticas sociais (BRAVO; MATOS, 2009).

A realidade da desregulamentação estatal das atividades de sua administração direta em benefício da sociedade, a descentralização das ações de política social no Brasil e a gestão da assistência social por servidores públicos que pouco conhecem tais políticas, principalmente nos municípios periféricos, abriu oportunidades para consultores e assessores sociais (BRAVO; MATOS, 2009).

Estes têm a responsabilidade de fazer uma leitura crítica da realidade, evitando os mecanismos que fragilizam os direitos sociais dos trabalhadores e reforçam a alienação dos usuários das políticas sociais.

CAPÍTULO III – CONSULTORIA E ASSESSORIA NO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PROFISSIONAL.

Abordar a consultoria e assessoria no serviço social, identificando os desafios e possibilidades para inserção neste espaço profissional quer compreender que está vinculado as atribuições privativas do assistente social e que possui legitimação deste espaço de atuação. Dito isto está subdividido em três tópicos em que abordarás dimensões teóricas metodológicas e éticas políticas na atuação da assistente social que trabalha na consultoria e assessoria e a formação profissional para a execução do exercício profissional.

Além de abordar a consultoria e assessoria no trabalho do assistente social a partir da compreensão das teias constitutivas desse espaço sócio ocupacional e das atribuições deste trabalho. Contudo, o segundo tópico reafirma a legitimidade do espaço profissional e o protagonismo da assistente social no projeto de trabalho social desenvolvido no Residencial Cidadão Manauara I, na cidade de Manaus-AM.

Ao ser tratado o protagonismo do assistente social, evidencia o papel deste profissional como consultor e/ou assessor. E por fim, possibilita que as vozes dos assistentes sociais que realizam o trabalho na consultoria e assessoria possam ter espaço de reflexão sobre este espaço sócio-ocupacional.

3.1 Dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da atuação do assistente social que trabalha nas áreas da consultoria/assessoria: os pressupostos da formação profissional.

Neste capítulo, apresentam-se reflexões sobre os pressupostos da formação profissional em Serviço Social que embasam o exercício profissional e as concepções sobre consultoria e assessoria, fundamentais para a atuação competente dos assistentes sociais neste âmbito profissional.

Serão ainda analisadas teoricamente as manifestações das diferentes participantes da pesquisa acerca de um conjunto de questões inquiridas as mesmas, as quais estão diretamente relacionadas aos objetivos desta dissertação, bem como imbricadas ao referencial teórico-metodológico discutido ao longo dos capítulos anteriores.

Para tanto, iniciaremos a discussão ressaltando algumas características comuns sobre o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa: as 07 profissionais entrevistadas são do sexo

feminino, todas assistentes sociais, graduadas por instituição de ensino superior particular, especialistas, amazonenses (com exceção de apenas uma), atuação profissional na mesma área e modalidade de consultoria e/ou assessoria e carga horária similar de trabalho – 30 horas.

Tratam-se de informações comuns importantes que contribuem para a análise a ser empreendida, ao lado de outras informações, cujas características entre os sujeitos são diferenciadas, as quais serão sinalizadas sempre ao final das manifestações das participantes da pesquisa apresentadas neste capítulo para melhor contextualização e enriquecimento da análise supramencionada, a saber: identificação numérica do assistente social (AS), ano de graduação (AG), tipo de vínculo empregatício (TVE) e tempo de atuação na instituição (TAI).

Inicialmente, considera-se relevante fazermos uma breve reflexão sobre a importância da formação profissional do Assistente Social ante às novas exigências da contemporaneidade brasileira, decorrentes das profundas alterações que vêm se verificando no mundo do trabalho, com amplas repercussões e novas configurações, trazendo inflexões no ordenamento das relações sociais e nos espaços profissionais, especialmente quando se discute a assessoria e a consultoria como parte constitutiva da formação em Serviço Social e as respectivas dimensões teórico-metodológica e ético-políticas, suportes da formação acadêmica, as quais embasam os processos de trabalho neste âmbito de atuação profissional.

Iamamoto e Carvalho (2006, p. 21) afirmam que “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. Dessa forma, sua institucionalização e secularização como profissão de nível superior foi, em grande parte, influenciada pelos progressos das ciências sociais, especialmente do pensamento conservador que, em conjunto com os ranços doutrinários, acabou por reforçar o caráter eclético da profissão que consiste, segundo Netto (1997), em manipular variáveis e teorias contrapostas a fim de iluminar seu exercício.

É preciso pensar o Serviço Social na história, assim como os processos sociais e econômicos que demandaram a profissão, compreendendo o significado de se estudar os fundamentos do Serviço Social, uma vez que teve em sua criação a influência católica e técnicas importadas e, desde então, sua história foi permeada de mudanças no perfil da formação e atuação dos profissionais.

De acordo com Iamamoto (2004), a formação profissional prepara cientificamente profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Dessa forma, verifica-se tratar-se de um projeto

profissional que traz em seu bojo a caracterização do exercício profissional do assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, que:

Seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam a profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico (IAMAMOTO, 2004, p. 163).

Acerca desse tema, uma das entrevistadas da pesquisa expressou sua compreensão referente à formação profissional no Serviço Social e ao reconhecimento do objeto de trabalho do assistente social:

Em nossa formação acadêmica sabemos que o Serviço Social teve que por várias vezes se reinventar, rompendo com os fundamentos tradicionais, assistencialista e caritativo. Deste modo, houve a necessidade da profissão de fato reconhecer a questão social como objeto de trabalho do assistente social, para isso, o serviço social precisou construir e reproduzir fundamentos críticos da realidade social. Então, somente a partir disto, o assistente social, passa a reconhecer o seu objeto de trabalho e começa a intervir diretamente desde a raiz do problema (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

A profissional verbaliza nesse relato que a formação em serviço social foi permeada por mudanças significativas, com a intenção de preparar os profissionais para terem uma visão crítica da realidade social, reconhecendo o objeto de seu trabalho profissional, assim como qualificá-los para atuar e construir com precisão as bases e fundamentos em sua prática profissional. Nesse contexto, Iamamoto (2004) ressalta a formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre sua prática no campo de atuação, assim como reconhecer o seu espaço ocupacional em um contexto mais amplo da realidade socioeconômica e política do país, formando esses profissionais teórica e metodologicamente para compreenderem as implicações de sua prática, com objetivo de reconstruir, transformar e recriar-se no jogo das forças sociais que se apresentam.

Pensar a profissão não exige apenas detectar as determinações de sua inserção na sociedade. Implica, ainda, identificar as raízes teóricas de que é caudatária, que vem informando certas óticas de leitura da sociedade e do exercício profissional. Implica, pois, recuperar algumas características da herança cultural e intelectual que vem plasmando o discurso profissional e a compreensão da prática do Serviço Social (IAMAMOTO, 2004, p. 195).

Iamamoto (2000) argumenta que uma das condições fundantes para se garantir a adequação da formação profissional à dinâmica de nosso tempo, é implodir uma visão endógena do Serviço Social, ou seja, é preciso romper com essa visão interiorizada da profissão, para não se tornar prisioneiro em seus muros internos. Segundo a autora, é necessário:

Alargar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico. Este "salto para fora" dos limites profissionais e da vida universitária não significa a diluição das condições e relações específicas nas quais se molda a formação profissional; ao contrário, é mediação necessária para que ela possa adquirir inteligibilidade nos quadros do processo da vida social contemporânea, como totalidade social (IAMAMOTO, 2000, p. 170).

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social apoia-se majoritariamente na teoria crítica, fundamentando-se na teoria social de Marx (BENEVIDES, 2018), que tem como base a análise crítica sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade burguesa, bem como das bases materiais de produção e reprodução do capitalismo, responsáveis historicamente pela produção das desigualdades sociais características do modo capitalista de organização e regulação das relações sociais.

Com os avanços teóricos, metodológicos e políticos acumulados desde a década de 1980 e a compreensão dos fundamentos de uma ética de ruptura alcançada na década de 1990, foram reunidas as condições para a materialização do Projeto Ético-Político profissional, marcado pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.

Nesse processo, a aproximação inicial com a tradição marxista e o aprofundamento da interlocução com o pensamento marxiano forneceram o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade e, desde então, vem sendo construído um processo de hegemonia contra o pragmatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade defendida pelo Serviço Social tradicional.

Essa abordagem é considerada no relato da profissional AS3, ao expor que:

[...] o principal embasamento teórico-metodológico seja a base Marxista que aprendemos na academia, a qual nos orienta acerca das contradições do Capitalismo que traz a desigualdade social e atinge a classe trabalhadora. Esse embasamento estimulou o meu pensamento crítico. Quanto ao embasamento ético-político, afirmo que não podemos desenvolver um bom trabalho se não colocarmos na prática os fundamentos de nosso projeto ético-político representado no nosso código de ética, na lei que regulamenta a profissão e as diretrizes curriculares (AS3; AG: 2012; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 07 anos).

O posicionamento da profissional é relevante, frente ao amadurecimento do projeto profissional do Serviço Social, a partir do aprofundamento de estudos e pesquisas na perspectiva marxiana, que compõe a história de afirmação intelectual da profissão e estrutura uma direção hegemônica no que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos, que orientam a formação profissional, a prática profissional e a organização política do conjunto da

categoria e dos estudantes, estimulando o pensamento crítico e desencadeando o processo de construção do Projeto Ético-Político profissional.

Esse projeto se configura nos documentos estruturantes do Serviço Social, que vão além da materialidade de instrumentais de formulação no âmbito regulatório constituídos pela Lei de Regulamentação da Profissão — Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 —, pelo Código de Ética Profissional de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1997).

No que se refere ao projeto ético-político no Serviço Social, Santana (2000, p. 90) afirma que a relevância do processo formativo, torna-se um determinante para a consecução do projeto ético-político da profissão:

À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação.

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica que se torna hegemônica no Serviço Social, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações (IAMAMOTO, 1982). Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país, permeando segundo Yazbek (2009, p. 151):

[...] as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética.

De acordo com Benevides (2018), ao longo dos seus 80 anos de profissão no Brasil, o Serviço Social buscou construir e consolidar um projeto de formação profissional que apreendesse as exigências e requisições profissionais, especialmente, a partir da compreensão do Serviço Social no contexto de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, isto é, com base no movimento da realidade concreta e contraditória. Fundamenta-se, assim, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, exigências curriculares para o processo de formação profissional, capazes de subsidiar aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que possibilitem a construção de um perfil profissional dotado de capacidade e habilidade crítica, política e propositiva, que sejam capazes de estabelecerem estratégias de

enfrentamento consistentes e em consonância com os princípios e valores fixados no projeto ético-político, de forma a estabelecer os objetivos do Serviço Social nos espaços socioprofissionais.

Assim, o conhecimento e domínio sobre as dimensões do trabalho do assistente social é determinante para o reconhecimento e a apropriação da gestão. Tal constatação parte do entendimento de que as três dimensões que fundamentam a formação e o trabalho profissional são essenciais e não podem ser aprendidas de forma separadas, para não acarretar a despolitização e a fragmentação da formação e do trabalho profissional (BENEVIDES, 2018, p. 04).

Neste sentido, a década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (IAMAMOTO, 2000, p. 49).

Tem-se hoje um projeto profissional ético-político, construído coletivamente em décadas anteriores, que selou o compromisso da categoria com a universalização dos valores igualitários e democráticos. A partir desse momento de discussão e de construção coletiva, destacam-se na profissão a relevância e o reconhecimento da ética como componente fundamental do projeto profissional que, nos últimos vinte anos, tem construído uma hegemonia na profissão (PIANA, 2009).

A reforma curricular aprovada em 1979 pela assembleia da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, implementada a partir de 1982, desmontou a estrutura tradicional dos chamados processos de intervenção em caso, em grupo e em comunidade pela orientação teórico-metodológica da prática profissional pautada nas principais tendências que, até então, embasavam teoricamente o Serviço Social: o funcionalismo, a fenomenologia e o marxismo. Defendeu a profissão na busca de uma visão crítica e comprometida com a transformação social e a formação dos futuros assistentes sociais a partir de análises críticas da realidade capitalista (PIANA, 2009, p. 113).

Com compromisso acadêmico de rigor teórico, direção ético-política e prática organizativa, os pressupostos do currículo/82 foram reafirmados e acrescido, expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidades de aproximação ao real, para nele intervir e transformá-lo (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Segundo Guerra (2011), foi no leito da vertente “intenção de ruptura” que se consolidou a atual direção social da profissão, pois esta colocou em xeque tanto os supostos teóricos quanto

o conteúdo ideológico do sistema de saber do Serviço Social. Do marco do processo de renovação até os dias atuais, os principais intelectuais do Serviço Social afirmam que essa direção social da profissão prossegue hegemônica, sustentada na defesa do projeto ético-político do Serviço Social, cujo arcabouço legal são: o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tais instrumentos legais normatizam tanto o exercício quanto a formação profissional.

Nesse contexto a profissional AS6, proferiu que:

Durante o processo de formação, meus embasamentos teóricos foram: Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto, Ricardo Antunes, Alba Tereza Barroso de Castro e Karl Marx. O mais importante foi o Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei 8662/93, que inclui as modificações na Lei de Regulamentação da Profissão, essas alterações são de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político e incorporam avanços nas discussões acerca dos direitos da população. Então, esses embasamentos foram de extrema importância em minha formação, pois contribuíram para a construção do pensamento crítico em minha profissão quanto à questão social e os processos de modificações realizadas pelo capitalismo no mundo do trabalho (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

A profissional ressalta os referenciais teóricos que foram fundamentais em sua formação profissional, contribuindo na construção do pensamento crítico, consolidando dessa maneira sua direção social, comprometida com o projeto ético-político da profissão, a qual visa a construção de outra sociabilidade, que supere a ordem do capital. Nesse seguimento, as argumentações quanto à importância dos fundamentos teóricos durante a formação profissional e as legislações norteadoras do Serviço Social, foram expostas por outras profissionais, como veremos nos próximos extratos de falas:

Os referenciais teóricos eu costumo dizer assim, que é o que nos orienta como nós Assistentes Sociais vamos construir a nossa formação. Aquilo que nós aprendemos sobre como que nós vamos atuar. Quando falamos sobre o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão, dos Conselhos, a gente consegue falar sobre a nossa prática. Como que nós, como assistentes sociais vamos agir, como atuar diante de nossos usuários mediante a realidade do campo de atuação. Então, esses embasamentos são tão importantes porque eles nos norteiam em como a gente vai atuar dentro dos diversos campos de trabalho (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Os principais embasamentos colaboraram para o conhecimento acerca da atuação profissional na viabilização dos direitos da população e seu acesso às Políticas Sociais como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e outros e também da atuação profissional na assessoria e consultoria a órgãos públicos, privados, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Foram bastante relevantes no que se refere ao conhecimento do código de ética profissional, impactando diretamente na minha postura profissional nos atendimentos aos usuários, na execução das atividades propostas, no conhecimento da realidade

quanto aos benefícios e entraves no exercício da profissão e da população a ser atendida (AS7; AG: 2011; TVE: MEI; TAI: 04 anos).

Estes relatos reforçam a importância dos aportes teóricos metodológicos na formação acadêmica, pois embasam e direcionam a construção de conteúdos interventivos da prática profissional, alinhados aos princípios legais, éticos e políticos que asseguram a qualidade na formação e práxis do Assistente Social. Dessa forma, aprendemos sobre princípios organizativos, os quais se traduzem desde o processo de formação em compromisso com direitos humanos, sociais e políticos da classe trabalhadora, com a autonomia e emancipação dos sujeitos, com equidade e justiça social, com a liberdade e com uma nova ordem societária, como apontam os princípios do Código de Ética do Serviço Social.

Por sua vez, a formação profissional conta com as Diretrizes Curriculares, as quais preconizam a formação fundamentada em uma teoria crítica que possibilite o desvelamento do movimento histórico da sociedade, da natureza e do significado social da profissão e das possibilidades interventivas no trato à questão social. Conforme Yamamoto (2000), com elas objetivou-se superar os traços teóricos, além do politicismo e do tecnicismo presentes na formação e no exercício profissional do Serviço Social.

Yamamoto (2014, p. 617), argumenta que as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pela Abess/Cedepss, reconhecem o Serviço Social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais.

O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das “sequelas” da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. (Abess/Cedepss, 1996, p. 154)

Esse documento inovador rompe com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem e traz a formação profissional na compreensão da dinâmica social, que determina os parâmetros para a inserção do profissional na realidade social das instituições.

As constantes mudanças presentes na atual conjuntura exigem dos assistentes sociais não só o compromisso com a classe trabalhadora, mas uma atuação crítica e planejada. Esta deve estar sempre alicerçada em princípios ético-políticos explícitos e conscientes, por meio da articulação consistente das habilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que para a manutenção da hegemonia do projeto ético-político profissional contemporâneo é preciso fortalecer a formação acadêmica e investir

na capacitação permanente da categoria atuante nos diversos processos de trabalho que a requisita, com respaldo de um aguçado referencial teórico-metodológico crítico.

O desenvolvimento teórico-metodológico apoiado na abordagem crítico-analítica possibilita ao assistente social a compreensão dos processos e elementos da realidade social que constituem o cotidiano de trabalho do profissional.

Iamamoto (2000, p. 63) aponta:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos a ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo é parte do seu acervo e de seus meios de trabalho.

A profissional AS1 corrobora com a fala da autora (idem) ao abordar: “Você tem a realidade, aquilo que você está mediando e conforme aquela realidade você tem novos pensamentos, você tem embasamento para trabalhar outras questões em cima daquilo que você está trabalhando e atuando” (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Iamamoto (2000) nos diz que para que o projeto de formação esteja sempre atualizado, é necessário vinculá-lo à história da sociedade brasileira, seu desenvolvimento, e as situações contraditórias que dela surgem, como a realidade econômica, política, cultural, para que o profissional saiba se posicionar e idealizar propostas de acordo com a realidade. Além disto, quando conhecedor da realidade brasileira em suas várias faces, o profissional, ao analisar o desenvolvimento das situações, poderá antecipar propostas de intervenção que atinjam os problemas sociais que estejam surgindo.

A formação teórica-metodológica possibilita ao profissional de Serviço Social, o aprendizado dos conhecimentos necessários para que sua atuação seja norteada pelo projeto ético-político da profissão, assimilando que as dimensões teórico-práticas do Serviço Social são fundamentais e materializam no trabalho profissional os princípios e as diretrizes da profissão, conforme expresso no projeto ético-político profissional.

Dessa forma, é preciso refletir sobre as dimensões do trabalho profissional como eixos fundantes que norteiam a formação e o trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, pois, atualmente, as requisições historicamente postas aos profissionais e, juntamente, com as exigências apresentadas por meio das expressões da questão social no contexto do capital financeiro e globalizado, requerem apreensão, compreensão e domínio dos fundamentos constitutivos da profissão, porque alicerçam as estruturas necessárias para a

construção da competência crítico-reflexiva e as habilidades teórico-práticas para apreender o movimento da realidade contraditória.

Neste contexto, as profissionais participantes da pesquisa também expressaram sobre como os embasamentos teóricos-metodológicos em sua formação acadêmica impactaram na atuação profissional, enfatizando a importância da relação entre teoria e a prática profissional do assistente social, conforme abordagem a seguir.

Em todas as profissões, cuja razão de ser e finalidade principal reporta-se à dimensão interventiva, a relação entre teoria e prática é sempre objeto de preocupações e debates, pois, embora tais dimensões resguardem especificidades, compõem uma totalidade e, por isso, relacionam-se dialeticamente. Dessa forma, segundo Ferreira (2015) o desenvolvimento, a legitimidade e o reconhecimento das profissões interventivas estão intimamente relacionados à forma como estas articulam essas dimensões no trato às requisições e demandas postas pelo mundo do trabalho.

Tomando por base o pressuposto apresentado, e sendo o Serviço Social uma profissão historicamente interventiva, não está ileso a tais questões, sobretudo porque, atuando na mediação entre as requisições do capital e da classe trabalhadora, sofre rebatimentos das mudanças da sociedade do capital. O Serviço Social como profissão emergiu com bases mais doutrinárias que científicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006), e sua institucionalização no Brasil foi marcada por um forte caráter eclético e conservador, assim como pela busca de referenciais que lhe proporcionasse um caráter científico, distanciando-a da associação à caridade e benemerência típica da ação social católica. Assim, fazem parte de sua trajetória no Brasil a inicial aproximação aos referenciais positivistas, seguidos de aproximação à fenomenologia e, por fim, à tradição marxista.

A formação e a intervenção profissional do Assistente Social estão marcadas pelos inúmeros dilemas da contemporaneidade, evidenciando o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a consequente necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la.

A profissional AS2 apresenta a seguinte compreensão sobre a produção do conhecimento, através da construção teórica-metodológica, ético-político:

É através desses embasamentos que hoje nós podemos fazer uma leitura da realidade acerca da questão social, acerca do capitalismo mesmo, que hoje ele está tão acirrado, a questão econômica, então foi fundamental para que hoje nós enquanto profissionais possamos fazer uma leitura acerca de qualquer demanda que nos procuram. [...] durante a minha formação acadêmica, foram primordiais para relacionar teoria e

prática, para construção da minha prática em atuação (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Pressupõe-se na fala da profissional que tais diretrizes possibilitaram em sua formação profissional, o aprendizado dos conhecimentos necessários para que o assistente social, norteado pelo projeto ético-político, tivesse as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa suficientes para apreender criticamente: o processo histórico como totalidade, o significado social da profissão e as possibilidades de ações contidas na realidade, bem como as demandas tradicionais e emergentes, formulando respostas profissionais na perspectiva do enfrentamento da questão social.

De acordo com Silva e Vallina (2005), é necessário que o profissional possa redimensionar sua prática para acompanhar as mudanças em curso, bem como é imprescindível que se qualifique para responder às requisições demandadas e, assim, garantir legitimidade ao seu fazer profissional.

Benevides (2018) argumenta que a articulação entre a teoria e a prática funda-se em uma relação dialética entre conhecimento teórico e experiência prática, entre o concreto e o pensado. Por conseguinte, a aproximação do Serviço Social com o marxismo conferiu uma nova dimensão ao debate sobre a articulação entre teoria e prática da profissão, pois, na perspectiva crítica não é possível separar a teoria da prática, considerando que a teoria e a prática são processos distintos, porém, contínuos e indissociáveis para a compreensão da realidade e a produção do conhecimento.

O desenvolvimento teórico-metodológico apoiado na abordagem crítico-analítica possibilita ao assistente social a compreensão dos processos e elementos da realidade social que constituem o cotidiano de trabalho do profissional:

A teoria e prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-la em concreto pensado, efetivando a abstração (LEWGOY, 2010, p. 166).

Para a autora, a não conexão entre prática profissional e realidade social, provém do distanciamento entre as matrizes teórico-metodológicas, que decorre da vulnerabilidade teórico-metodológica. Torna-se imprescindível nos dias atuais estar cada vez mais atualizado e conectado com os fundamentos teórico-metodológico, pois além de norteadores da formação profissional, nos orientam na solução e respostas para as velhas e novas expressões da questão social.

Neste sentido, a profissional AS1 expressou sua opinião no que concerne a relação entre a teoria e a prática:

Existe muito aquele discurso que na prática não se utiliza a teoria, porém, precisamos entender que os fundamentos da profissão servem para construir o caráter profissional do assistente social, ou seja, como que este executará a viabilização dos direitos, como ele será um agente de transformação dentro do seu campo de atuação. [...] então você precisa saber as legislações e o serviço social em si na academia, ele nos dá referenciais teóricos, ele ensina e nos norteia em como o profissional no campo, ele vai agir dentro de suas atribuições (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Para a profissional, teoria e prática são processos distintos, porém complementares, não podem ser pensadas como polos interdependentes, sobretudo considerando-se a necessidade de o saber sedimentar o fazer. Essa abordagem também é evidenciada no relato de outras profissionais, quando expõem suas opiniões sobre a importância dos fundamentos teóricos na atuação profissional:

Se eu não tivesse pesquisado e estudado mais esses embasamentos, não teria capacidade teórica para direcionar um usuário na prática, pois foi através deles que tenho comprometimento com os atendimentos, sendo ética, proativa no olhar, na escuta e no planejamento de ações da necessidade de cada realidade (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

[...] esses fundamentos fizeram agregar a teoria com a minha prática, o que eles pontuam em relação a determinado tema, a atuação do profissional ou visita domiciliar, algo do tipo, quando é a prática em si, coincidi com o que eles estão colocando (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

[...] eu precisei de alguns embasamentos teóricos para me ajudarem em minha prática, em realizar um planejamento para uma ação ou desenvolvimento de um projeto. Então eu vejo que alguns embasamentos teóricos que eu tive contribuíram muito em minha prática (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Com base nas manifestações das assistentes sociais entrevistadas, os embasamentos teóricos foram imprescindíveis na atuação do exercício profissional. Para essas profissionais teoria e a prática são constituídas como unidades inseparáveis, portanto, articulam-se como unidade indissolúvel, conforme destaca Santos:

[...] se a reflexão teórica, por si só, não “constrói” um objeto, e esse objeto já existe, ela permite ao sujeito conhecer os elementos que compõem as determinações do objeto, para modificá-lo [...] *na prática a teoria só pode ser a mesma*, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim não há como *na prática a teoria ser outra* (SANTOS, 2006, p. 134, grifo do autor).

Para fortalecer as conexões (teoria e prática), torna-se necessário que o profissional de Serviço Social tenha o domínio das três dimensões da formação e do trabalho profissional (ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa), de forma mais clara, trata-se da

compreensão da relação dialética entre teoria e prática, para fundamentar a construção de mediações teórico-práticas para o trabalho profissional. A compreensão e o domínio sobre as dimensões do trabalho profissional tornam-se indispensáveis para evitar-se a dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social.

Referente à discussão das três dimensões da formação e do trabalho profissional, a especialista AS1 expôs sua compreensão:

Ético-Político: o profissional não pode ser neutro, o mesmo precisa ter posicionamento político, principalmente quando a questão for garantir os direitos sociais das pessoas.

Teórico-metodológico: o profissional que busca ampliar a sua forma de atuar em seu campo de trabalho, abrindo novos caminhos do exercício profissional, a partir do momento em que ele conhece de fato a realidade social, sendo capaz de intervir muito além do senso comum.

Técnico-operativo: o profissional deve ser qualificado, se apropriando das habilidades e técnicas necessárias para efetivação do seu trabalho (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

De acordo com a profissional, as três dimensões precisam estar interligadas para que o Assistente Social em seu exercício profissional possa intervir na realidade por meio dos processos de trabalho dos quais participa. Essa intervenção deve fazer o movimento de visualizar as particularidades e ao mesmo tempo a totalidade de determinada demanda. O profissional não pode ser neutro e nem ter um direcionamento pontual em suas ações, mas realiza-las de modo articulado, incluindo-as na totalidade social. Esta capacidade de captar tendências e de se preparar técnica e intelectualmente para respondê-las é o diferencial que se estabelece entre os profissionais na conjuntura atual. Dessa forma, os assistentes sociais precisam conhecer a realidade, a totalidade da vida social, “fundamentar-se em saberes explicativos e em saberes interventivos” (GUERRA, 2007, p. 19), para que sua intervenção ultrapasse a imediaticidade.

Lewgoy (2010, p. 151) também reforça a importância da articulação entre as três dimensões:

Fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, têm como parâmetros e princípios os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. Esse processo exige que se rompa com a atividade burocrática e rotineira, a fim de assumir a ação de um exercício profissional que exige competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Neste seguimento, a dimensão ético-política do serviço Social é reconhecidamente pilar balizador do trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, pois efetiva-se no

âmbito teórico e prático por meio do exercício profissional fundado em uma ação propositiva, comprometida com os objetivos da profissão e com a defesa dos direitos dos usuários.

Para Barroco e Terra (2012, p. 53), o Código de Ética:

Se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história.

As mudanças ocorrentes no âmbito ético-político da categoria, também implicaram em mudanças nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Sob essa perspectiva, os princípios e as diretrizes que nortearam a construção do projeto profissional de ruptura também fundamentaram a construção de um novo horizonte teórico-metodológico para o Serviço Social.

Na medida em que o assistente social tem um entendimento equivocado sobre os fundamentos teórico-práticos do trabalho profissional no Serviço Social, não conseguirá construir mediações, as quais lhe possibilitem entender os objetivos da intervenção profissão e sua aplicabilidade na dimensão técnico-operativa do trabalho profissional.

Já no tocante à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, esta direciona para uma reflexão e análise da dimensão interventiva da profissão, ou seja, leva a uma reflexão direta sobre as competências e habilidades profissionais, realizadas no âmbito da intervenção profissional, por meio do domínio dos instrumentais técnico-operativos, responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção do assistente social. É constituída pela instrumentalidade da profissão, isto é, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Portanto, destaca-se que a formação profissional em Serviço Social não se reduz a mera formação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas sim a formação de profissionais críticos, capazes de atuar e desenvolver o projeto profissional da profissão, com a capacidade teórica e prática de intervir na realidade, em articulação com a classe trabalhadora, reconhecendo novas alternativas de atuação e de espaços em que podem tensionar as relações com as forças dominantes.

Nesse contexto, a fala da profissional AS6, destaca, ao desempenhar seu trabalho no espaço de atuação profissional da consultoria e assessoria, a importância da teoria:

[...] Eu tive um impacto quando vim para área de consultoria e assessoria, pois eu tinha que saber alguns métodos para lidar com as pessoas em situações de vulnerabilidade, eu precisei de alguns embasamentos teóricos para me ajudarem em minha prática, em realizar um planejamento para uma ação ou desenvolvimento de um projeto. Então eu vejo que alguns embasamentos teóricos que eu tive contribuíram muito em minha prática (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Dessa forma as discussões apresentadas sobre os embasamentos teórico-metodológicos e ético-políticos na formação profissional do Serviço Social, e a relação entre teoria e prática no processo de produção do conhecimento, torna-se de suma importância para melhor compreender o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, a sua expansão e transformação que derivam da mundialização do capital, trazendo novos espaços de atuação e grandes desafios aos profissionais na atualidade.

Em decorrência da expansão das expressões da questão social é que surgem os novos espaços sócios ocupacionais do serviço social, dentre esses espaços de atuação, identificamos em especial, a consultoria e assessoria, objetos de estudo deste trabalho.

3.1.1 Consultoria e Assessoria no trabalho do Assistente Social: teias constitutivas.

O Serviço Social é uma profissão interventiva, com formação generalista e está inserido em diversos espaços institucionais, em contato direto com a classe trabalhadora e fazendo parte desta. Um Serviço Social consciente dos seus objetivos e do seu projeto de profissão está determinado pela relação teoria/prática. Há, assim, que se restabelecer as bases daquilo que o Serviço Social tem condições de ser, das possibilidades objetivas contidas, e a serem captadas na realidade (VASCONCELOS, 1998).

Mediante esse panorama propomos uma reflexão mediante a possibilidade concreta no espaço profissional sobre os processos de Consultoria/Assessoria no Serviço Social, não sem antes tecer algumas considerações sobre o meio profissional e academia, uma vez que os profissionais inseridos no mercado de trabalho, têm demonstrado portar um potencial desenvolvido a partir da formação profissional e/ou do próprio contato contínuo com a realidade social trabalhada no que se refere aos processos de Consultoria/Assessoria, tornando-se importante a apreensão sobre seus fundamentos no Serviço Social, considerando a complexidade de investimentos e ações que esse processo envolve.

O tema assessoria/consultoria no Serviço Social não é tão recente, encontra-se nos textos de circulação restrita a partir dos anos de 1970⁸, sendo abordada na profissão sob a perspectiva

⁸ Não faremos aqui uma análise histórica e nem bibliográfica. Apenas contextualizaremos sobre os conceitos e a importância da temática assessoria/consultoria no Serviço Social, como mais um espaço legítimo de atuação profissional do Assistente Social. Para reflexões sobre o contexto histórico e produção na área, ver Vasconcelos (1998); Matos (2009); Bravo e Matos (2010), Fonseca (2010) e Ozelame (2018).

da Assessoria e Consultoria como novas possibilidades de atuação profissional desvinculadas das ações profissionais clássicas de “intervenção junto aos usuários dos serviços sociais e políticas sociais públicas e privadas” e “como uma estratégia de atuação que visa à superação da tricotomia de intervenção, à época, do Serviço Social: caso, grupo e comunidade” (MATOS, 2009, p. 515).

Neste interim, torna-se importante destacarmos a compreensão dos profissionais participantes da pesquisa sobre o trabalho da Consultoria/Assessoria no Serviço Social, buscando conceituar os termos envolvidos e os fundamentos que normatizam essa área de atuação profissional, além da relação entre teoria e prática nesse processo de trabalho, o qual julgamos relevante para reflexão, análise e ampliação de novos debates sobre o conhecimento crítico de tais práticas no contexto contemporâneo e sua efetivação consciente no espaço profissional do Serviço Social.

A profissional AS4 compreende que o trabalho da Consultoria e/ou Assessoria no Serviço Social é de suma importância para a profissão do serviço social:

Tendo em vista que é um espaço que está em ascensão, uma vez que são profissionais que possuem conhecimentos e preparo técnico para atuarem no âmbito da Assessoria e Consultoria. O profissional tem autonomia para construir estratégias de acordo com a realidade da população atendida, elaborando planos e projetos para serem executados, então é um ramo que está se ampliando, que cada vez mais profissionais possuem conhecimento técnico-operativo para executar as atividades (AS4, AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

De acordo com a profissional, com o atual debate sobre os novos espaços sócio-ocupacionais e competências do Assistente Social, a consultoria e assessoria vem ganhando destaque. Dessa forma, abordar a Consultoria e Assessoria como espaço de atuação profissional é um desafio e uma quebra de tabu na profissão e na academia, uma vez que o assistente social é um profissional detentor de conhecimento para assessorar outros segmentos, com possibilidades para vencer os desafios e exigências de trabalho que lhes são postas na prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Matos (2010) informa que apesar de não se tratar de tema totalmente novo, a produção teórica no serviço social adensou-se a partir da segunda metade da década de 1990 pelo amadurecimento profissional:

[...] este recente adensamento, e a entrada em cena do tema assessoria/consultoria no debate profissional, expressa a maturidade do atual projeto de profissão do Serviço Social brasileiro, conhecido como projeto-ético-político do Serviço Social. Pois é somente com o reconhecimento da relevância de uma leitura crítica da realidade (notadamente por meio da apropriação dos autores da tradição marxista) e do reconhecimento das dimensões da ética e da política que o Serviço Social passa a

considerar a importância de um trabalho profissional projetado e não empiricista e também identificado como um profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais (MATOS, 2010, p. 30).

Nos anos 2000, a temática assessoria/consultoria se fez mais presente em iniciativas profissionais, mas ainda existem poucas produções que problematizam sobre o que sejam esses processos. Segundo Matos (2009, p. 517):

A bibliografia do Serviço Social brasileiro sobre assessoria/consultoria é recente e marcada, na sua maioria, por reflexões sobre experiências de assessoria. Essas reflexões, geralmente ricas, são marcadas por uma imprecisão sobre o tema e pela ausência de referência teórica sobre o assunto. Percebemos, em geral, uma nebulosa compreensão de assessoria, ora entendida como a supervisão profissional, ora como trabalho interventivo junto a comunidades ou movimentos sociais, ora como militância política. Longe de isso ser uma mera questão epistemológica, entendemos como importante o desvelamento do que estamos, na categoria profissional, chamando de assessoria/consultoria.

O autor aborda que mesmo sendo uma temática em ascensão, ainda existem poucas produções que discutem os processos de assessoria e consultoria no Serviço Social, logo muitos profissionais acabam tendo melhor compreensão desses espaços de atuação em sua prática, como se manifesta a profissional AS3:

Minha compreensão referente ao trabalho da consultoria e assessoria no serviço social se deu através da prática, onde é realizado o planejamento estratégico de programas, projetos e ações, sendo desenvolvido por assistentes sociais e/ou em equipe multidisciplinar, tendo uma atuação crítica e direcionada pelos princípios ético-políticos (AS3; AG: 2012; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 07 anos).

A profissional discorre que teve mais conhecimento sobre consultoria e assessoria em sua atuação, tendo como norte o Projeto-Ético-Político profissional que aponta para uma prática de assessoria e consultoria coerente com os pressupostos éticos da profissão. Ademais, de acordo com Souza (2016), cabe ao profissional, ao ser consultor e/ou assessor, apropriar-se das teorias que embasam a profissão, do Projeto Ético-Político, das ferramentas metodológicas e, sobretudo, investir em si através de capacitação profissional continuada e reafirmar, assim, na coletividade a competência técnica do assistente social.

Dessa forma, é importante chamar atenção para o discurso da profissional AS3, ao relatar que sua compreensão sobre os processos da consultoria ou assessoria se deu através da prática, pois o profissional assessor ou consultor deve ser alguém permanentemente atualizado e com capacidades técnica e teórica de apresentar em suas proposições um processo de formação sólido e qualificado de maneira a contribuir com a capacidade crítica do assistente social e refletir diretamente em seu exercício profissional.

Assessoria e consultoria são vistos como possibilidades de articulação entre teoria e prática a fim de aperfeiçoar e qualificar o trabalho desenvolvido e possibilitar a sistematização da prática realizada (OLIVEIRA, 2019).

Neste seguimento, a compreensão apresentada pela profissional AS5 sobre a atuação exercida pelo Profissional de Serviço Social seja como Consultor/Assessor apresenta algumas nuances:

[...] na Consultoria o profissional atua na prestação de serviço voltado para realização de um aconselhamento ou parecer profissional na qual o consultor precisa deter de relevantes conhecimentos técnicos sobre um assunto pré-definido, quanto a Assessoria o profissional possui um arcabouço técnico, teórico-metodológico na qual aponta caminhos, estratégias para a equipe ou pessoas a qual assessora (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Com base no exposto pela profissional, torna-se importante compreender que as definições referentes a assessoria e consultoria associam-se às ideias de auxiliar, ajudar e orientar, porém, existem algumas diferenças em seus conceitos. A distinção entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir. Em termos das suas diferenças e semelhanças, quanto à forma de operacionalização do trabalho, indicamos que: na assessoria atua-se na esfera do conhecimento e na consultoria, na execução/coordenação de serviços ou abordagens. Quanto às semelhanças, destacamos: os conhecimentos, competências e habilidades inerentes ao campo de atuação do profissional (Matos, 2009; Gomes, 2015; Voss 2019).

De acordo com Voss (2019), o conceito de assessoria refere-se à ideia de assistir mais qualificadamente, está vinculado à assistência teórica e técnica de uma equipe para articular e preparar a construção de projetos institucionais.

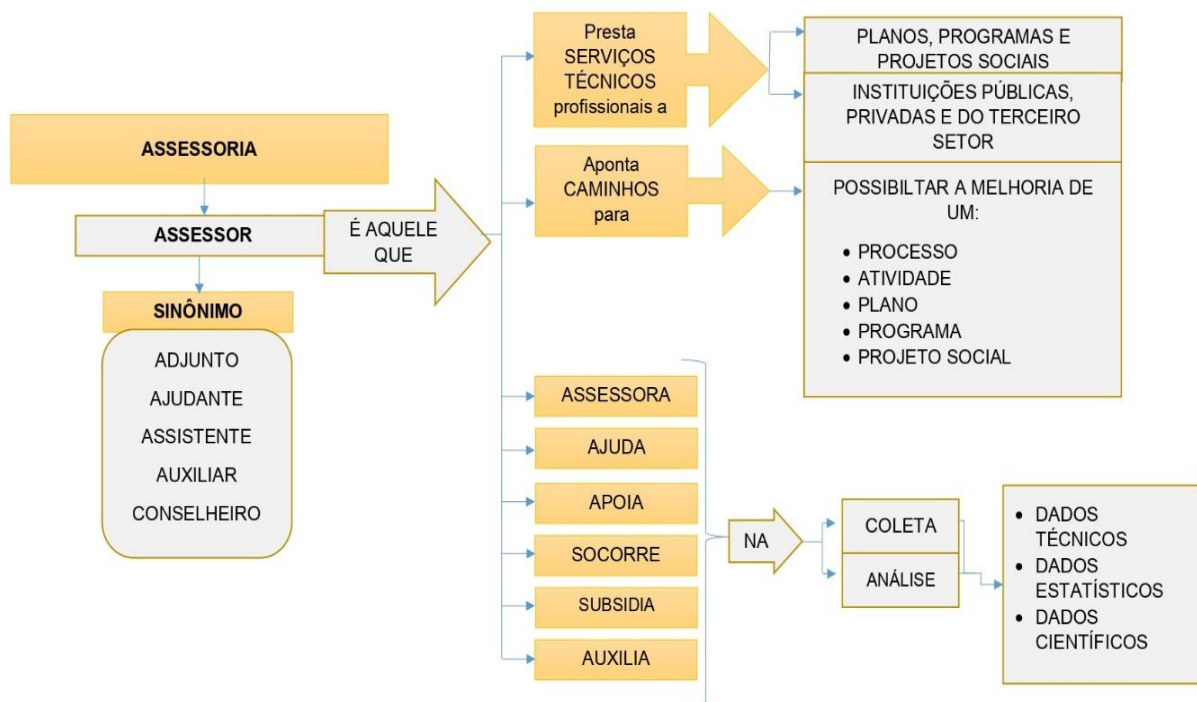
A assessoria pressupõe tempo de relacionamento entre o profissional contratado e a organização e é um processo mais complexo e demorado. As intervenções da assessoria objetivam que a equipe executora realize suas atividades com maior clareza e atenção às demandas do serviço que presta. Ao mesmo tempo, elas exigem conhecimento amplo sobre as atividades institucionais e os temas abrangidos (VOSS, 2019, p. 18).

Para Matos (2010), o ato de assessorar é identificado como uma ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora.

O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2010, p. 31).

A figura a seguir, sintetiza um resgate do conceito e das principais características de um profissional assessor.

Figura 2: Atribuição do assessor

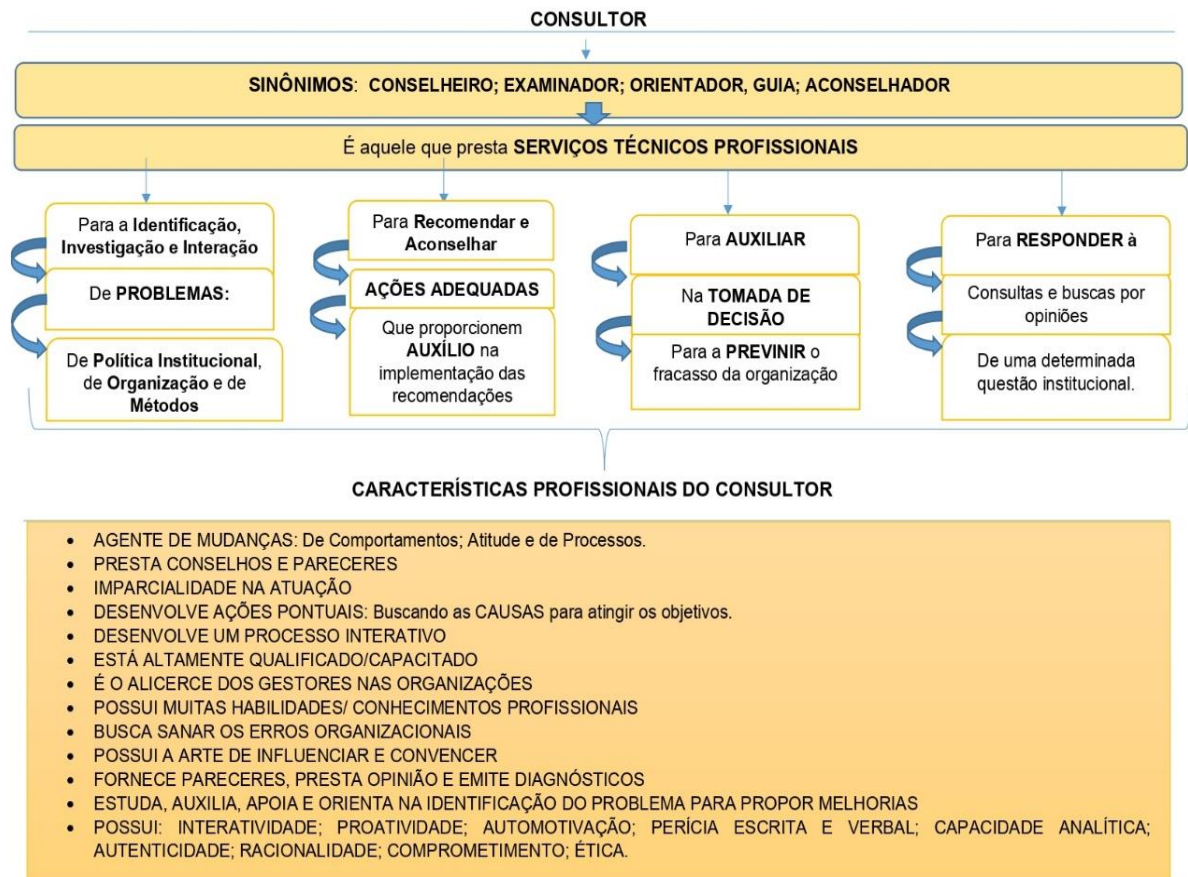


Fonte: Adaptado de Peritz (2016, p. 84)

Já o ato de consultar é tido como a ação de pedir conselho, instruções, opinião ou parecer. Significa também a ação de dar ou apresentar parecer sobre algum assunto, sendo entendido como consultor aquele que desenvolve essas ações, ou seja, que dá parecer sobre assunto de sua especialidade (MATOS, 2010). Desta forma, a consultoria pode ser definida como um serviço de aconselhamento contratado por organizações junto a pessoas qualificadas e especialmente treinadas para lhes dar, de uma forma objetiva e independente, a possibilidade de identificar problemas gerenciais e oportunidades de melhoria.

Na figura a seguir, apresentamos um resumo geral das principais características da consultoria, que permitirá ter uma visão integrada do processo.

Figura 3: Atribuições do consultor.



Fonte: Adaptado de Pieritz (2016, p. 124)

Neste sentido, a consultoria relaciona-se ao processo de aconselhamento e instrução sobre questões mais objetivas e diretas do processo de trabalho, sendo um serviço mais pontual para situações em que se necessita o parecer de um especialista em uma determinada temática.

As consultorias iluminam pontos obscuros no processo de trabalho institucional, oferecem vias alternativas, apontam tendências ou sistematizam aprendizados anteriores, para que a equipe executora tenha um panorama sintético no momento em que precisa tomar decisões (VOSS, 2019, p. 19).

Contribuindo com o pensamento da autora, Matos (2010) define os processos de consultoria e assessoria como uma ação:

que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessoria e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2006, p. 31).

Os assistentes sociais podem ser excelentes consultores/assessores, desde que garantam sua capacitação profissional continuada, esta, aliás, uma necessidade intrínseca para atuação competente em qualquer área de trabalho. De acordo com Voss (2019, p. 31):

O profissional deve saber variadas técnicas e suas aplicações. Esse requisito está diretamente relacionado com a sustentação de sua qualificação contínua e de seu conhecimento abrangente e direcionado. Deve ter capacidade para propor melhorias e projetos com base na realidade institucional, e não ser apenas um mero replicador de instrumentos. Assim, advoga-se para que se tenha sustentação conceitual e prática, o que significa que métodos, técnicas e procedimentos adotados na prática devem estar intimamente relacionados aos conceitos e às teorias que os qualificam.

A autora destaca que o profissional ao ser consultor e/ou assessor deve além de ter conhecimento abrangente de várias técnicas e métodos, sua capacidade prática deve estar em consonância com os conceitos e teorias que o qualificam. O assistente social precisa pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente.

Neste contexto, a profissional AS2, verbalizou sobre o conhecimento e compreensão dos processos de consultoria e assessoria em sua formação acadêmica, relacionando-o com sua prática de atuação:

Nossa, é uma longa carreira assim de aprendizado mediante aos estudos durante a minha formação acadêmica, que foram primordiais para relacionar a teoria com a prática. De lá até aqui, nós alcançamos uma bagagem teórica-metodológica que me fez compreender ainda mais na prática, que a consultoria e assessoria fazem parte das Competências e Atribuições privativas do profissional do Serviço Social. [...] dessa forma, vejo a atuação no campo da consultoria e assessoria, por meio da instrumentalidade técnico-operativo, capaz de aplicar técnicas em diversos seguimentos para execução, dentre outras coisas, do planejamento do trabalho (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

A profissional destaca seu conhecimento no que refere a prática dos processos de consultoria/assessoria como sendo parte constitutiva da competência e atribuição do Assistente Social, conforme a Lei que regulamenta a profissão, tendo como base o construto teórico-metodológico que ampara a atuação profissional nas mais diversas áreas e seguimentos. Suas atividades neste espaço profissional estão elencadas nas competências e atribuições do assistente social, conforme legislação brasileira, a qual surgiu para propiciar a legitimidade e reconhecimento de tal prática profissional no Serviço Social. Pois, só assim, com constantes atualizações e capacitações, o assistente social prestará os serviços de assessoria e de consultoria pautados em seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Tomando como referência a atual lei de regulamentação da profissão do Serviço Social no Brasil, podemos identificar o exercício da consultoria e da assessoria como uma atribuição privativa deste profissional, bem como uma competência que o mesmo dispõe. No que tange à normatização da assessoria e consultoria no Serviço Social observa-se que tais processos de trabalho são considerados como atribuição privativa da (o) assistente social e como competência apresentada na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/ 93).

Art. 4o Constituem competência do Assistente Social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

Art. 5o Constituem atribuições privativas do Assistente Social: III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/ 93 de 13 de março de 1993) expressa:

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

a) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão, e dos princípios firmados neste Código;

g) Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

Como pode ser constatado, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional apresentam dispositivos jurídicos e normativos que sustentam o caráter privativo da assessoria em matéria de serviço social e destaca a competência técnica de pronunciamento sobre tema que expresse o compromisso com os interesses da população, como um direito do assistente social:

“A assessoria/consultoria, também, é uma importante possibilidade que temos de aprofundar o trânsito entre conhecimento teórico acumulado pela profissão e renovação crítica das suas estratégias técnico-operativas, desafio urgente do atual projeto de profissão” (MATOS, 2009, p. 527).

Conforme Souza (2016), o Projeto Ético-Político-Profissional da(o) assistente social e o entendimento das assessorias como espaços públicos, enquanto canais de diálogo com a população ou público alvo, que permitem a participação social nas decisões, propiciando a efetiva transformação da realidade, pode ser um caminho possível à efetivação de um processo de trabalho de assessoramento crítico.

As transformações que acompanhamos nas últimas décadas, decorrentes de mudanças estruturais nas relações entre Estado e sociedade, incidem diretamente na formação e no exercício profissional dos assistentes sociais.

Segundo Raichelis (2013, p. 619-620),

A dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea [...] atinge a totalidade dos processos produtivos e também dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, que, como o Serviço Social, têm na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado, e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional por excelência.

As constantes mudanças presentes na atual conjuntura exigem dos Assistentes Sociais qualificação contínua de suas práticas operativas. O atual contexto histórico demanda um profissional versado no instrumental técnico-operativo e que seja capaz de desenvolver suas competências e atribuições nos níveis de assessoria, consultoria, planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas junto aos usuários do Serviço Social.

Neste seguimento, a profissional AS6 destaca em sua fala que:

A consultoria é um dos seguimentos de serviços que ganhou amplitude no mercado de trabalho hoje, visando a mudança de uma realidade, desta forma é necessário que o profissional esteja qualificado para atuar na área da consultoria e assessoria, a qual permita ter conhecimento da área e compreender as determinações de um problema, afim de tornar possível um planejamento, uma orientação interventiva que transforme o problema em estratégia de ação, o profissional deve ter uma capacidade de planejar, articular, catalisar resultados, pensar e agir de modo inovador, sendo flexível e ousado (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Para a profissional, a consultoria/assessoria são espaços de atuação que estão ganhando amplitude de trabalho no Serviço Social, logo, os profissionais precisam ter o conhecimento amplo de técnicas, métodos e ferramentas para desenvolver sua atividade de maneira criativa, analítica, qualificada e planejada, vislumbrando o alcance dos possíveis resultados ou apresentando alternativas a serem utilizadas. Cabe ao profissional que realizará a assessoria ou a consultoria conhecer seu objeto de estudo, as relações institucionais, a equipe, seus processos de execução e as informações relevantes sobre a implementação do projeto/programa (VOSS, 2019).

Deve-se destacar, sempre, a importância da teoria, para além da identificação e da compreensão das manifestações do objeto de intervenção e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho do assistente social, já que a dimensão técnico-operativa exige um conjunto de instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção orientados por pressupostos teóricos direcionados para a construção de instrumentais operativos embasados na compreensão da realidade social, na qual o profissional irá intervir.

Assim, trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública,

o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade (IAMAMOTO, 2000, p. 10).

O assistente social é um profissional detentor de conhecimento para assessorar outros segmentos, com possibilidades para vencer os desafios e exigências de trabalho que lhes são postas na prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. A prestação desses serviços compreende o estabelecimento de estratégias conjuntas entre os componentes, a fim de construir, a partir da participação dos integrantes da equipe, os processos mais relevantes, para tomada de decisões que apresentem resultados de seu trabalho.

Devido a esse processo de renovação profissional, o Serviço Social transita de uma profissão puramente executora na área das políticas sociais, para compor equipes de gestores e elaboradores destas. Assim, surgem as novas competências para o profissional de Serviço Social, que passa a ser cada vez mais requisitado para atuar como assessor e/ou consultor social nas organizações de naturezas diversas, principalmente no que concerne à formulação, elaboração e avaliação de programas, projetos e políticas públicas (OLIVEIRA, 2019).

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 2000, p. 143).

Voss (2019), destaca que na área social, a atuação da assessoria ou da consultoria volta-se às políticas de garantia de direitos sociais, ou seja, está relacionada a educação, saúde, habitação, segurança pública, assistência social, cultura, entre outros. A autora argumenta ainda que as razões para contratar esses profissionais, os atributos exigidos do assessoramento e da consultoria e suas possibilidades de atuação exigem uma reflexão sobre os pilares dessas áreas.

O Assistente Social está inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais, junto a organizações e instituições de diversas naturezas. Essa inserção está relacionada ao modo de organização do trabalho na sociedade capitalista e suas particularidades no âmbito das políticas sociais e como ele se organiza para responder às expressões da Questão Social.

3.2 A legitimidade do espaço profissional e o protagonismo do Assistente Social no Projeto de Trabalho Social – PTS desenvolvido no Residencial Cidadão Manauara I, na Cidade de Manaus/AM.

Neste subitem será dada continuidade às análises teóricas sobre a experiência e a legitimidade do espaço profissional na Consultoria e/ou Assessoria em Serviço Social, a partir da manifestação dos assistentes sociais em sua práxis no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social - PTS no Residencial Cidadão Manauara I, instrumentais operativos, suas atribuições, contribuições e possibilidades vislumbradas neste espaço de atuação profissional.

A Assessoria e Consultoria são processos de trabalho da profissão, por meio de serviços prestados de forma direta ou indireta a instituições e organizações de diferentes naturezas. O Assistente Social adentra instituições de diferentes áreas de atuação como: assistência social, saúde, justiça, educação, habitação, relações de trabalho, entre outras. Os campos de trabalho são administração pública, empresas privadas, organizações não governamentais, movimentos sociais. Essa inserção está relacionada ao modo de organização do trabalho na sociedade capitalista e suas particularidades no âmbito das políticas sociais e como ele se organiza para responder às expressões da Questão Social (OLIVEIRA, 2019).

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões cotidianas, tais como indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 2000, p. 14).

Isto posto, a Assessoria e Consultoria se configuram como um campo não exclusivo de atuação do Serviço Social, mas que se tornou demanda para os Assistentes Sociais na segunda metade da década de 1980, sendo intensificada com a descentralização das políticas sociais. Tudo isso tornando-se construto histórico profissional devido o amadurecimento intelectual da profissão, a ruptura com as práticas conservadoras e a aproximação com a teoria crítica marxista e a realidade conjuntural (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com Matos (2010, p. 44), tendo como referência o atual projeto de profissão:

podemos afirmar que o Serviço Social é uma profissão interventiva, com claro posicionamento de defesa dos direitos dos usuários de seus serviços, produtora de conhecimentos e que deve estabelecer permanente diálogo com as matrizes das ciências humanas e sociais. Toma as diferentes expressões da questão social como objeto de sua ação profissional, ao mesmo tempo que reconhece que o trato da questão social não é prerrogativa exclusiva de sua corporação.

As constantes mudanças presentes na atual conjuntura exigem dos assistentes sociais não só o compromisso com a classe trabalhadora, os usuários e beneficiários que são atendidos e/ou acompanhados por esses profissionais, mas uma atuação crítica e planejada. Esta deve estar sempre alicerçada em princípios ético-políticos explícitos e conscientes, por meio da articulação consistente das habilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Nessa perspectiva, a Assessoria e Consultoria no Serviço Social se definem como processos de trabalho, não exclusivos da profissão, nos quais o Serviço Social se insere dentro dos diversos espaços sócio-ocupacionais, dentre esses à habitação.

A atuação do Serviço Social na política habitacional vem se expandindo, porém pouco se tem problematizado, refletido ou produzido sobre o trabalho dos assistentes sociais inseridos no âmbito da consultoria e/ou assessoria em Projetos de Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), objeto de análise deste estudo.

Como já discutido no capítulo I desta dissertação, o Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, possibilitando às famílias beneficiadas pelo PMCMV dentre outras, a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas e melhorias implantadas, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias por meio de atividades de caráter sócio educativo, em articulação com as demais Políticas Públicas, fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial (BRASIL, 2014).

O Trabalho Social, inserido nesse contexto, proporciona estudos que problematizam as potencialidades no processo de organização política e comunitária das famílias, reconhecendo o direito e a capacidade da população em tomada de decisões. Nessa perspectiva, assinalam Paz e Arregui (2017):

Compreende-se que o trabalho social é um componente essencial das políticas habitacional e urbana e, portanto, deve estar articulado às suas diretrizes, de maneira sistemática, contínua e interdisciplinar. A sua natureza é essencialmente relacional e processual. Trabalhar com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir respeitando as características socioculturais (PAZ; ARREGUI, 2018, p. 10).

Nesse sentido, para reflexão sobre a legitimidade e protagonismo do assistente social envolvidos em atividades do trabalho social como assessores e/ou consultores, tem-se como base de análise o campo empírico, a partir dos discursos das profissionais do Serviço Social (participantes da pesquisa), particularmente, das ações do projeto social por elas desenvolvidas

e dos instrumentais de trabalho utilizados na atuação profissional; são elementos que permitem fazer a pretendida análise teórica, à luz dos pressupostos trabalhados nos capítulos anteriores.

A experiência em atuar na área habitacional, por meio da consultoria ou assessoria no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social, torna-se diversificada e desafiadora para os profissionais do Serviço Social inseridos nesse segmento, pois exige que os mesmos tenham conhecimentos específicos na área de atuação, requerendo estudos, planejamento e articulação que envolvam a qualidade do fazer profissional e comprometimento com as famílias atendidas e/ou acompanhadas. Tais fatos foram expostos nos relatos das profissionais, quando questionadas sobre a prática de atuação profissional nesse espaço ocupacional:

Nós que estamos nesse campo de atuação, temos que saber articular, planejar e desenvolver o trabalho, de forma que possa dar resultado, pois trabalhar dentro dos empreendimentos do PMCMV, é saber que você vai mediar, intervir, acompanhar e atender muitas demandas diretamente ligadas às expressões da questão social (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Através da consultoria e fazendo assessoramento às famílias e pelos empreendimentos que eu já passei, tem sido de grande relevância, de fundamental importância para trabalhar essas famílias, pois cada um traz uma experiência diferente, um novo desafio, porque as demandas são diferentes, as questões sociais são diferentes (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

É uma experiência desafiadora como profissional, uma vez, que o Assistente Social na Assessoria e Consultoria nos projetos sociais do Programa Minha Casa Minha Vida, realiza o desenvolvimento das Ações do Projeto do Trabalho Social - PTS. É um projeto onde o profissional precisa estar de olho na realidade, pois a qualquer momento o que foi planejado pode ser que precise passar por algumas mudanças, porque é um projeto onde o trabalho é dinâmico (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Trabalhar no âmbito da Consultoria e/ou Assessoria na execução de Projetos do Trabalho Social – PTS no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, tem propiciado relevantes experiências profissional, no decorrer de prestação de serviço tanto na Consultoria, como também em Assessoria na política social de habitação nos Programas Municipais e Estaduais junto ao Governo Federal, tem contribuído para toda uma experiência técnica sobre a política habitacional de interesse social voltado para as famílias de baixa renda e de vulnerabilidades sociais (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Conforme relatos das assistentes sociais, as experiências nessa área de atuação profissional ampliaram seus conhecimentos e capacidade de intervir frente às várias demandas surgidas e acompanhadas pelo Trabalho Social no âmbito da consultoria e assessoria. Nessa perspectiva, a Assessoria e Consultoria no Serviço Social se definem como um processo de trabalho constituído por uma diversidade de técnicas e instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais para dar respostas e buscar soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas a partir da institucionalização da profissão (OLIVEIRA, 2019).

Mediante as informações concedidas, identificamos que o assistente social é um profissional detentor de conhecimento para assessorar outros segmentos, com possibilidades para vencer os desafios e exigências de trabalho que lhes são postas na prestação de assessoria e/ou consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Nesse contexto, a pesquisa está identificada nos processos de Consultoria e Assessoria no Serviço Social ligados, direta ou indiretamente, ao âmbito das políticas públicas. Nesse tipo, os processos de Assessoria e Consultoria são prestados nos órgãos de gestão das políticas sociais, especificamente na política habitacional, junto aos representantes do setor público do executivo Municipal.

De acordo com Ozelame (2018), os profissionais de Serviço Social que atuam com assessoria e/ou consultoria precisam realizar uma ampla análise de realidade institucional e de conjuntura, analisando o exercício profissional e as contradições presentes no espaço que estão ocupando, justamente para identificarem as demandas e criarem estratégias de trabalho. No caso da pesquisa em questão, os profissionais apresentaram expertise no desenvolvimento do trabalho social junto às famílias residentes no Residencial Cidadão Manauara I, demonstrando capacidade técnica em intervir frente a várias demandas e pluralidade de questões surgidas no cotidiano do exercício profissional, demonstrando conhecimento na área de atuação e comprometimento ético na busca de soluções e viabilização de direitos. Os desafios segundo as profissionais foram muitos, porém, as mesmas apresentaram proatividade, ética, planejamento e conhecimento na condução das ações efetivadas junto às famílias do Residencial Cidadão Manauara I.

Iamamoto (2015) destaca como um dos maiores desafios para o profissional do Serviço Social na contemporaneidade, a capacidade de leitura da realidade de forma a decifrá-la e desenvolver proposições de trabalho criativas e capazes de defender e, ao mesmo tempo, efetivar direitos a partir das demandas que surgem no cotidiano. “Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Nessa perspectiva, os profissionais assessores e consultores em Serviço Social devem ser profissionais que tenham leitura crítica da conjuntura que se apresenta, buscando capacitação permanente para planejar e elaborar estratégias de ação que estabeleçam o enfrentamento aos desafios e às expressões da questão social tão presente na realidade das famílias beneficiadas, e que tenham competência para trabalhar em equipe, sendo criativos, dinâmicos, com atuação voltada para os princípios ético-políticos da profissão.

Mediante esse contexto, as especialistas corroboram expondo:

Sendo assim existiram vários entraves durante o desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social. Mas com os fundamentos do nosso projeto ético-político e com uma equipe de profissionais comprometidos e atuantes, conseguimos desenvolver nosso trabalho com sucesso, pois sempre procurávamos elaborar o planejamento estratégico das ações e realizar o assessoramento com as famílias que demandavam maiores cuidados (AS3; AG: 2012; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 07 anos).

Dessa forma criamos vários mecanismos de atuação para levar conhecimentos, informações, orientações para esses moradores, assessorando as famílias da melhor forma possível, com planejamento, articulação, encaminhamentos, de forma que seja possível chegar aos objetivos traçados pela equipe técnica social (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Os assistentes sociais que atuam na área habitacional, através da consultoria e/ou assessoria, possuem, dentre outros conhecimentos, o compromisso de estabelecer enfrentamentos das desigualdades sociais no exercício de formulação, planejamento e implementação de propostas em nível de organizações das forças da sociedade civil e políticas sociais para o combate das necessidades de sua demanda, por meio de políticas públicas de desenvolvimento urbano facilitando o acesso à moradia, acompanhamento de programas e projetos sociais como viabilizadores do exercício dos direitos de cidadania, contribuindo para efetividade e sustentabilidade das políticas voltadas para área de atuação, desvinculando o conceito do benefício como um favor ou caridade prestado ao usuário, mas situando-o como um direito constitucional do cidadão.

Esses processos de trabalho, como todos os outros no Serviço Social, precisam ser compostos de ações com ausência de neutralidade e ter sua direção social na perspectiva da garantia de direitos dos usuários e efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS). É importante que os profissionais sejam capazes, num contexto de extremas adversidades, “de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil” (SILVA; SILVA, 2006).

Ozelame (2018) afirma a legitimidade nos processos de assessoria e consultoria como espaços possíveis de intervenção dos assistentes sociais,

compreendendo que não há prejuízo ao projeto ético político da profissão devido à intervenção nestes espaços que são sim, repletos de contradição, mas que fortalecem o compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, pois, a partir do trabalho dos assistentes sociais em assessorias e/ou consultorias os trabalhadores vinculados a instituições e empresas diversas podem contar com os profissionais de Serviço Social para auxiliar na luta por seus direitos e por melhores condições de trabalho (OZELAME, 2018, p. 48).

A qualidade da formação profissional – e sua continuidade durante o exercício profissional – também é elemento relevante que precisa ser considerado na constituição do assessor e/ou consultor. Para, além disso, reafirma o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 1993, p. 24).

No início da institucionalização da profissão o Assistente Social atuava apenas como executor terminal das políticas sociais, mas a partir do amadurecimento intelectual, passa a integrar equipes de gestão, formulação, análises, implementação e aperfeiçoamento dessas políticas.

Assim, o serviço social passa a se ver como uma profissão que necessita de permanente atualização, não só técnica, mas teórica, e passa também a ser identificado como uma profissão que, mesmo não sendo ciência, produz conhecimentos e detém respeitável domínio no campo das políticas sociais. É somente de posse desta autoidentificação e deste reconhecimento que o Serviço Social pode valorizar os processos de assessoria aos setores da profissão e também ser identificado como aquele que tenha capacidade para prestar assessoria em outras áreas de intervenção ou do conhecimento (MATOS, 2010, p. 35).

Tais espaços são mediados pelas contradições da sociabilidade capitalista as quais balizam o exercício profissional emergindo, nesse contexto, constantes desafios que o profissional do Serviço Social enfrenta para responder às complexas demandas apresentadas pela sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 2019). Por isso, faz-se necessário enfatizar a importância de o Assistente Social ocupar esses espaços preciosos de atuação profissional.

Tal percepção só se torna possível com a maturidade intelectual da profissão que, entre outras coisas, desenvolveu as capacidades teóricas, metodológicas, éticas e políticas dos Assistentes Sociais, acionadas no exercício de seu trabalho, para fazer a leitura da realidade, planejar e direcionar a ação. Essas capacidades são adquiridas em seu processo formativo e compõem seus meios de trabalho, colocando a Consultoria e Assessoria como importantes competências dos(as) profissionais de Serviço Social, dando continuidade à prática histórica da profissão de absorver, diante das necessidades sociais impostas, os procedimentos, ações, instrumentais e técnicas presentes em seus espaços de atuação profissional e na sociedade.

Nesse contexto os assistentes sociais consultores ou assessores, para operacionalizar o projeto de trabalho social que envolve várias ações que iniciam antes da entrega dos imóveis e continuam após a mudança dos beneficiários, precisam desenvolver um conjunto de competências e habilidades que lhes permitam obter: uma visão global e estratégica da demanda apresentada; capacidade de leitura crítica e propositiva da realidade; capacidade argumentativa, comunicativa, relacional e negocial, bem como de articular pessoas e instituições em torno do

trabalho em comum; estimular resultados; pensar e agir inovadoramente, ser flexível, criativo, imparcial, dinâmico e ousado. Suas ações devem ser planejadas mediante as pluralidades de questões e desafios que lhes serão impostas no percurso do exercício profissional.

Os assessores e os consultores devem possuir uma expertise sobre o problema social que será trabalhado no projeto, para que assim o projeto social possa surtir o efeito desejado (PIERITZ, 2016). E é este olhar que os assessores e consultores possuem, pois para que um projeto social possa surtir os efeitos almejados, ele deverá estar realmente pautado na realidade social abordada, e não em subjeções imaginárias.

Sendo conhecedor da realidade da população a ser atendida e/ou acompanhada, os profissionais constroem respostas aos desafios e demandas atuais, com instrumentos efetivos nas ações de trabalho, os quais ultrapassam a noção estrita de um conjunto de técnicas e passa a abarcar “o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho” (IAMAMOTO, 2015).

Neste sentido, as profissionais corroboram com o pensamento da autora quando consideram que:

Um dos principais instrumentais de trabalho utilizados por todos os profissionais seja o conhecimento da realidade das famílias e o planejamento, pois é através do planejamento que realizamos uma visita domiciliar ou institucional, um atendimento social, um acompanhamento social (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

O conhecimento é, sem dúvida, o principal instrumento de trabalho em qualquer área, pois permite que o profissional tenha uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção, assim como as mediações que se constituem a partir da singularidade, universalidade e particularidade, a instrumentalidade deve se pautar sobre a realidade social (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Cabe aos profissionais consultores e assessores produzir conhecimentos, a partir da sistematização e da socialização de sua prática profissional, consistindo em ações planejadas, organizadas, projetadas com a finalidade e perspectiva de mudanças em determinados contextos e realidades (NASCIMENTO; MONTEFUSCO, 2015).

Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas, é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (IAMAMOTO, 2000, p. 61-62).

Dito isso, as ações referem-se às atribuições e competências constantes na legislação profissional, por isso teriam uma abrangência maior; os instrumentos seriam as ferramentas, às quais os profissionais lançam mão para desenvolver as ações, enquanto que os procedimentos seriam o conjunto de atividades os quais desenvolvem para atingir essas ações. Os profissionais

de posse do conhecimento da realidade das famílias, constroem instrumentos operacionais e técnicos que irão nortear e efetivar as ações implementadas no trabalho social junto a população contemplada. A importância dos instrumentais técnico-operativos é exposta nas falas das profissionais, que consideram fundamental no dimensionamento, planejamento e execução de suas atividades cotidianas.

Os instrumentais na **dimensão operacional** acontecem por meio de acompanhamento social das famílias beneficiárias, planejamento, visitas técnicas domiciliar e/ou visitas institucionais (para viabilizar serviços e encaminhamentos), atendimento social, articulação, trabalho em grupo, planejando e convidando as famílias para: reuniões, palestras, oficinas, workshop, mutirões, entre outros. Na **dimensão técnica**, precisamos nos atentar para a comprovação e o registro do trabalho que é desenvolvido, e isso exige do técnico social (como nós assistentes sociais somos chamados no trabalho habitacional) muito preparo e atenção com os instrumentais de atendimento social e de avaliação, assim como a criação de: listas de assinaturas, registro fotográfico, mobilizações, além da criação de materiais informativos, como: folder, cartilhas, slides, banner, tudo isso para construir o nosso principal instrumento, o relatório social (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos, grifos nosso).

Os principais instrumentais de trabalho do Assistente Social utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social: Atendimento Social; Visita Domiciliar; Visita Institucional; Atas das Reuniões; Protocolo de entrega de convite aos moradores; Lista de presença; Formulário de ocorrência; Instrumento de avaliação da atividade; Relatório de acompanhamento do Trabalho Social; Folder; Cartilha; Panfleto; Banner; Faixa; Slides; Mural informativo, Convites individual e outros conforme o planejamento estratégico das ações informativas, orientativas e educativas (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

A instrumentalidade acontece por meio de planejamento, a visita é um instrumento de suma importância e pode ser domiciliar ou institucional, realização de encaminhamentos, reuniões, mobilizações e articulação, lista de presença e registro fotográficos, cartilhas informativas, banners, trabalhar as questões dos relatórios, as atas elaboradas conforme as reuniões e palestras, as dinâmicas, os folders, slides tudo são elaborados por nós profissionais (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Percebe-se nos relatos das assistentes sociais que os instrumentais são constitutivos dos processos de trabalhos, sendo elementos técnicos para o desenvolvimento da intervenção profissional. O Assistente Social, por meio de uma leitura de cada realidade posta, irá escolher, e até mesmo elaborar, o melhor conjunto de instrumentais, necessários para atingir o objetivo de sua intencionalidade. O que define quais instrumentos e técnicas serão utilizados na intervenção são os objetivos profissionais, ou seja, o ato de agir que requer planejamento para a execução da ação profissional. É no momento da execução que a metodologia a ser aplicada é construída, onde o profissional deve se questionar do “porquê”, “para quê” e “como” determinado instrumento deve ser utilizado (MEDEIROS, 2020).

Os instrumentos devem ser vistos como potencializadores do trabalho, que devem ter a sua utilização constantemente aprimorada de forma a que se tornem úteis ao objeto e aos objetivos do trabalho, como aponta Trindade (1999, apud COSTA, 2008, p. 58):

[considera-se] instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento - qualitativamente diferenciado - ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho.

É a técnica que vai viabilizar esse aprimorar dos instrumentos. Contudo, que não seja isolada em uma concepção tecnicista, mas imbuída e implicada nos referenciais teóricos e metodológicos. A compreensão acerca da dimensão técnico-operativa está relacionada a um campo do fazer profissional, especialmente relacionado com a prática, mas que vai além de instrumentos aplicáveis puramente.

Entende-se que o Serviço Social não dispõe de um conjunto específico e exclusivo de instrumentos e técnicas, mas faz um uso diferencial do instrumental técnico criado pela ciência (sociologia, psicologia, direito, antropologia, por exemplo), priorizando aqueles instrumentos, recursos e técnicas que conduzem às suas finalidades e iluminando, permanentemente, o uso da técnica com sua intencionalidade (COSTA, 2008, p. 59).

O objetivo ao se forjar a instrumentalidade do assistente social é torná-lo mais do que um agente técnico, um profissional atento às finalidades e objetivos, assim como às consequências do seu trabalho. Um profissional técnico, mas também intelectual, capaz de realizar leituras críticas da realidade social, num processo investigativo por meio de sucessivas aproximações, identificando os nexos que constituem os fenômenos, ou seja, apreendendo as mediações.

Guerra (2011) destaca que a instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam. Neste sentido, a instrumentalidade do Serviço Social, é entendida como a capacidade de mobilização e articulação dos instrumentos necessários à consecução das respostas às demandas postas pela sociedade, composta por um conjunto de referências teóricas e metodológicas, valores e princípios, instrumentos, técnicas e estratégias que dêem conta da totalidade da profissão e da realidade social, mesmo de forma parcial, mas com sucessivas aproximações.

Segundo Guerra (2011, p. 54):

a instrumentalidade para o Serviço Social não é somente um conjunto de técnicas, mas sim, o uso constante de instrumentos que se faz necessário ao cotidiano de profissional, sendo assim, é por meio desses instrumentos que os assistentes sociais modificam, alteram e até mesmo transformam a realidade social.

De acordo com Oliveira (2019), a instrumentalidade é justamente essa capacidade (adquirida pelo profissional a partir de sua formação e perpetuada pela reflexão constante sobre o seu próprio fazer profissional), de articular os saberes teóricos e práticos, como forma de mediação nas suas intervenções no cotidiano profissional, com o objetivo de alcançar o estabelecido e planejado.

Portanto, a instrumentalidade enquanto capacidade garante ao profissional o poder de utilizar os meios necessários já existentes para objetivação de suas intencionalidades, de criação ou adequação destes meios, possibilitando assim, a destreza de inserir em seu cotidiano, instrumentais que sejam capazes de dar conta da dinâmica muitas vezes, fugaz e desafiadora à competência profissional.

O instrumental técnico-operativo deve ser apreendido na concepção de Trindade (2001, p. 21) “como parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada”. O assistente social utiliza diversos instrumentos e técnicas que contribuem para a efetivação de sua ação interferindo tanto na reprodução das forças produtivas e das formas de relação entre os homens. Atuando nas diversas faces da questão social, o assistente social lança mão de instrumentais técnico-operativos cujo sentido sofre interferências contextuais e são balizados pela direção teórico-política da prática profissional.

O Serviço Social como profissão interventiva e investigativa apropria-se de instrumentos que compõem a prática do cotidiano de trabalho do assistente social, que foram utilizados no processo de trabalho, sendo estes o instrumental utilizado: as entrevistas com os usuários utilizando formulários e entrevistas dirigidas individuais e/ou grupais para conhecer as demandas enfrentadas criando alternativas de enfrentamento, visita domiciliar, avaliações do agir profissional praticada pelos usuários do trabalho e pelos elaboradores dos projetos (CUNHA, 2010, p. 141).

O profissional necessita conhecer, apreender e também criar um conjunto de técnicas e instrumentais que o possibilite desenvolver as ações dentro das instituições e junto à população usuária. Isso garante uma inserção qualificada nos espaços de trabalho, ao mesmo tempo em que possibilita responder às demandas colocadas pelas instituições, pelos usuários e pela realidade social, mesmo diante das imposições do contexto objetivo no qual o Assistente Social atua.

Os instrumentos utilizados pelas profissionais no âmbito do trabalho social na habitação estão divididos em: Instrumentos Direto (face a face) e Instrumentos Indireto (por escrito), demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 3: Instrumentos Direto e Instrumentos Indireto

INSTRUMENTOS DIRETO (FACE A FACE)	INSTRUMENTOS INDIRETOS (POR ESCRITO)
Visita Domiciliar e Institucional	Atas de Reuniões
Atendimento Social	Relatório Social
Acolhimento Social	Protocolo de Entrega de Convite aos moradores
Entrevista	Registro de presença nas ações
Trabalho em grupo	Formulário de Ocorrência
Mobilização Social	Formulário de Avaliação
Reunião/Palestras/ Oficinas/Workshop/Cursos	Folder; Cartilha; Panfleto; Banner; Faixa; Slides; Mural informativo; Convites individual

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações repassadas pelas Assistentes Sociais.

O Assistente Social não é um profissional neutro e sua prática se realiza no cenário contraditório das relações sociais da sociedade capitalista, o que implica em um imprescindível posicionamento político frente às questões da realidade social e clareza no direcionamento social da sua prática.

Instrumentais se adequam com a realidade da população de acordo com a possibilidade da flexibilização mediante as atribuições do assistente social. Em que os instrumentais direto e indireto apresentado na tabela 3 caracterizam as mudanças como descreve a assistente social “o profissional tem autonomia para construir estratégias de acordo com a realidade da população atendida, elaborando planos e projetos para serem executados” (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Diante da realidade histórica, os Assistentes Sociais detêm o desafio de criar e/ou adaptar um determinado instrumental às demandas a serem respondidas no exercício profissional. Para isso, precisam apreender uma concepção teórico-metodológica capaz de reconstruir dialeticamente o movimento do objeto da ação profissional em sua totalidade que origine condições para uma prática profissional consciente, crítica e criativa, desempenhada na indivisibilidade entre teoria e prática (VASCONCELOS, 1998).

Destarte apresenta-se a Assessoria e Consultoria no Serviço Social como processos de trabalho que se utilizam dos instrumentos da profissão, balizados pelos aspectos éticos, teóricos

e políticos profissionais. Uma prática pensada e planejada, que objetiva analisar uma dada realidade a ser alterada, por meio de estratégias e ações que serão realizadas. No âmbito do Serviço Social uma ação profissional consciente com ausência de neutralidade.

Destacamos que um profissional com olhar crítico e analítico tem maiores possibilidades de conseguir realizar uma leitura dos instrumentais que vão além do aparente. Com isso, consegue apreender elementos essenciais para um direcionamento adequado, que atenda às insuficiências reais da população usuária por meio do alcance dos objetivos de suas ações. Dependendo do direcionamento que é dado à sua intervenção, é capaz de romper com a imediatividade do cotidiano ou reforçar a dinâmica de reprodução do instituído.

3.2.1 O Assistente Social como consultor e/ou assessor no Projeto de Trabalho Social: de que papel estamos falando?.

O profissional do Serviço Social como consultor ou assessor, é um dos profissionais altamente qualificado para ser contratado pelas organizações e instituições, pois possui esta prerrogativa legitimada na Lei nº 8.662/93, como competências e atribuições do assistente social.

No que tange às atribuições privativas do assistente social, podemos verificar que também temos a assessoria e a consultoria como uma das funções específicas do assistente social, a qual reforça ainda mais a sua competência técnica especializada nos assuntos pertinentes às áreas do Serviço Social no âmbito do território brasileiro (PIERITZ, 2016).

Na assessoria e consultoria, o assistente social poderá desenvolver trabalhos conjuntamente com as equipes técnicas das instituições públicas, privadas e do terceiro setor, tanto na elaboração, como na coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos sociais, sempre no sentido de apontar os melhores caminhos que possam possibilitar melhoria da qualidade de vida da população atendida.

De acordo com Bravo e Matos (2006, p. 30),

Os processos de assessoria, além de contribuírem para a reafirmação profissional no projeto ético-político, reforçando a viabilização na garantia dos direitos dos usuários e no acesso aos bens e serviços e às políticas públicas, apontam também para a importância da cientificidade no Serviço Social e do assistente social como profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais.

Conforme Pieritz (2016), o assistente social possui a prerrogativa profissional pautada em seu Código de Ética, regrando sua postura e agir profissional perante o público usuário,

além de que sua práxis está embasada na garantia do acesso aos direitos fundamentais, no respeito à individualidade e à liberdade, na justiça e igualdade social. O foco do trabalho do assistente social está na busca de mecanismos que propiciem a garantia e manutenção dos direitos fundamentais e sociais do cidadão.

Neste segmento, o Trabalho Social ganha importância, porque os profissionais assistentes sociais que compõem a equipe estão próximos às pessoas que vivem no cotidiano as inúmeras carências provocadas pela ordem do capital, esta que, no seu avançado processo de crise, precisa ser urgentemente superada. Os profissionais assistentes sociais ao desenvolverem o projeto social junto às famílias beneficiadas, acompanham as demandas e problemáticas emergentes que vão surgindo desde o início das atividades, apontam caminhos e soluções, viabilizando, planejando, criando estratégias para enfrentamento das dificuldades, assim como estimulam a participação dos moradores nas ações do projeto social, para que os mesmos obtenham conhecimentos e tenham acesso aos direitos fundamentais e constitucionais garantidos como cidadãos. Essas informações são evidenciadas nas exposições das profissionais quando falam do desenvolvimento do projeto social com as famílias contempladas, assinalando as demandas que receberam no âmbito da Assessoria e Consultoria durante a execução do PTS:

O trabalho social é dividido em duas etapas: Pré-contratual e Pós-ocupação. Dessa forma, quando inicia os trabalhos na etapa pós-ocupação, que é quando as famílias contempladas se mudam para o empreendimento, já nos deparamos com as principais demandas e os profissionais do serviço social precisam estar bem articulados para saberem lidar com essas demandas. As primeiras demandas acompanhadas pelo Trabalho Social são com relação a falta de transporte, deficiência de serviços de saúde, ineficiência nas matrículas escolares, assim como, a inexistência de escolas com educação inclusiva nas proximidades do empreendimento, falta de segurança, violência, abandono de incapaz (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

O projeto prevê desde o início até o final, o desenvolvimento de várias temáticas e essas temáticas precisam ser trabalhadas mensalmente com as famílias beneficiadas, porém, conforme vamos desenvolvendo o projeto, você tem atividades a qual aparece demandas mais específicas, como por exemplo, trabalhamos a parte da tarifa social, as pessoas a qual residiam em outro local e não estavam habituadas a pagar água e energia (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

As principais demandas concernem a questão dos beneficiários que chegam até nós através dos atendimentos no plantão social ou nas visitas domiciliares⁹, muitos estão relacionados a conflitos familiares, vulnerabilidade social, regras de convivência, vícios construtivos, entre outros. Então toda a equipe técnica dá orientações, presta

⁹ A visita domiciliar consiste em conhecer a realidade social, de uma determinada família, ou seja, analisar o contexto familiar e o modo de vida, suas vulnerabilidades e potencialidades, permitindo ao assistente social observar o indivíduo em seu meio social, além de realizar o acompanhamento e os encaminhamentos necessários para a rede de atendimento (MEDEIROS, 2020).

essa consultoria e assessoria mediante essas demandas (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Essas famílias que são oriundas de vários contextos e vulnerabilidades sociais, são acompanhadas desde o começo do processo habitacional por nós técnicos sociais e dessa forma conhecemos a realidade socioeconômica de cada família e podemos dessa forma planejar e criar mecanismos de como atuar com cada morador ou com as famílias em geral (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

Verificamos nos relatos das profissionais que existem diversidades das demandas apresentadas aos assistentes sociais no desenvolvimento do Projeto Social, atrelados à multiplicidade de questões e desdobramentos que podem emergir no exercício da assessoria / consultoria, ao qual impõe ao profissional a flexibilidade nas ações, o cuidado nas análises, o conhecimento crítico e informativo conectado com as diversas expressões da realidade. Assim, o Serviço Social se constitui como profissão interventiva que utiliza o conhecimento adquirido para não só compreender e explicar o real, mas para intervir e alterar a realidade, por meio de uma ação pensada e planejada (OLIVEIRA, 2019).

É necessário conhecer a realidade, para que se possam apontar estratégias no processo de assessoria, pois o assessor é um sujeito importante para desvelar — em conjunto com quem assessora — as demandas realmente fundantes a serem encaradas no processo de assessoria. Automaticamente, isso requer uma profunda auto capacitação do assessor. Não que esse sujeito tenha que saber tudo, pois isso é impossível, mas na assessoria a sua legitimidade vem da capacidade intelectual e, imprescindivelmente, de desdobrá-la em proposições que possam efetivamente ser executadas (MATOS, 2006, p. 53).

No processo de assessoria, o assessor contribui por ser um agente externo e ter um olhar diferenciado e especializado sobre a questão problemática, enquanto o assessorado contribui com o mapeamento das demandas e a facilitação das informações mais íntimas a ele em suas rotinas, necessárias à desconstrução do problema (FONSECA, 2010, p. 64).

Dessa forma, todo e qualquer serviço como assessor ou consultor está permeado pelo caráter ético-político, pois não tem como desvincular da práxis profissional esta dimensão do fazer profissional, sendo que todo profissional do Serviço Social deverá ter uma postura ética e intencionalidade social perante as relações e demandas sociais a serem trabalhadas.

Assim, analisamos que o Trabalho Social desenvolvido pelas assistentes sociais no Residencial Cidadão Manauara I representa um grande avanço no sentido de que, muito mais do que oferecer uma moradia aos indivíduos é preciso assegurar a eles o direito de participar ativamente de decisões que lhes dizem respeito, e ainda promover os meios para o

desenvolvimento de outras liberdades, garantindo a oferta de serviços públicos de qualidade e fortalecendo sua participação na vida social, política e econômica da comunidade.

Dessa forma, as profissionais desempenham um papel importantíssimo junto as famílias, pois além de interagirem e atenderem diretamente as demandas, apresentam estrategicamente um espaço para que esses moradores sejam acolhidos e direcionados de acordo com a problemática apresentada. Esse fato é apresentado na fala da profissional AS1:

Sou responsável pelo Plantão Social, um espaço esse, que atende de forma direta as demandas existentes, colher as informações e fazer o acolhimento social, porque o plantão social faz o atendimento social. E dentro desse atendimento social surge os instrumentais que são as fichas de atendimento, então quando eu falo sobre as demandas, eu posso falar assim com propriedade porque eu sou uma das técnicas que organiza isso dentro desse plantão social. Desenvolvo junto com a coordenadora de campo as visitas técnicas, de mediação de conflitos, visitas de orientação e acompanhamentos de fortalecimento de vínculos, acompanhamento pós atividades (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Foi possível identificar que a profissional desenvolve as atividades realizando principalmente o acompanhamento das famílias por meio plantão social, reuniões e visitas; monitoramento das atividades executadas no empreendimento: palestras e oficinas, visando conhecer a realidade das famílias, dar orientações e viabilizar serviços e direitos, tudo com responsabilidade, articulação e qualificação profissional.

No que tange à qualificação profissional, vale ressaltar que neste cenário de desenvolvimento, aplicação e monitoramento de um projeto social, os profissionais que estarão vinculados aos projetos deverão estar altamente qualificados e antenados com a realidade social, pois, conforme Santos (2012, p. 235) “é somente apreendendo os determinantes sócio-históricos da ‘questão social’ que são dadas as condições para formular, na condição de categoria profissional, estratégias para o seu enfrentamento que evitem as armadilhas – tanto na esfera pública quanto na esfera privada [...]”, ou seja, no desenvolvimento dos projetos sociais os profissionais deverão levar em conta a realidade sócio-histórica, política e econômica da população beneficiada pelo referido projeto, para que assim possibilite a melhoria da realidade trabalhada.

Esta identificação da realidade ou da demanda social só será possível por intermédio de um profissional que esteja qualificado para tal procedimento, pois nem todos os profissionais conseguem desvelar o principal problema, ou seja, a fonte da demanda social, o que gerou a demanda e não apenas a sua expressão.

[...] somente os assistentes sociais com perfil qualificado, capacitado e atualizado apresentarão a vantagem de apreender a realidade, no seu cotidiano de trabalho, sem descartar os limites institucionais, e muitas vezes os limites históricos, e contribuirão para constituir novos sujeitos políticos diante da classe trabalhadora. (GIAMPAOLI, 2013, p. 273).

Sendo o espaço ocupacional um produto histórico, está condicionado, às metamorfoses constantes da sociedade, às influências diretas da luta de classes e as respostas técnicas e operativas permeadas de caráter político dos profissionais. Então, assim como Iamamoto (2009), acredita-se que o trabalho profissional é um construto tanto histórico quanto dos agentes que a ele se dedicam. Por isso se

[...] a correlação de forças entre as classes e grupos sociais cria, nas várias conjunturas, limites e possibilidades em que o profissional pode se mover, suas respostas se forjam a partir das marcas que perfilam a profissão na sua trajetória, da capacidade de análise da realidade acumulada, de sua capacitação técnica e política em sintonia com os novos tempos. Assim o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

Constatou-se durante a pesquisa, que ao desenvolver o projeto e as ações no âmbito da Assessoria e Consultoria no Serviço Social, as Assistentes Sociais sempre se deparam com demandas que ultrapassam os objetivos principais estabelecidos no projeto e ações. Ao identificarem essas situações, sejam elas individuais ou coletivas, não deixam de promover os esclarecimentos, as orientações, os encaminhamentos ou de fazer as articulações necessárias para viabilizar aos seus usuários o acesso aos serviços e direitos sociais.

Matos (2010) argumenta que a assessoria e consultoria no Serviço Social exige um profissional que seja crítico (capaz de realizar uma permanente e arejada análise das condições em que atua), criativo (que desenvolva estratégias de enfrentamento das dificuldades) e comprometido (com os princípios democráticos acima sumariados).

Dito isso, torna-se importante conhecer as atribuições das profissionais no desenvolvimento das ações do trabalho social, conforme as declarações das assistentes sociais, durante seu fazer profissional:

No Trabalho Social, uma de minhas atribuições fundamentais consistia no planejamento mensal das atividades, criando estratégias de alcance aos objetivos do projeto, além de ser responsável pela criação de informativos, slides, visitas domiciliares para atender as famílias que eram demandadas pelo plantão social, realizava palestras sobre os temas que estavam no plano de trabalho - PTS, assim como orientações aos beneficiários sobre benefícios sociais, registros fotográficos, laudas de fotos, e construção do relatório social a cada mês (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Minhas atribuições consistiam em realizar o Planejamento das atividades; Visitas domiciliares e institucionais; Atendimento social as famílias beneficiárias através do Plantão Social; Assessoramento ao grupo gestor do Condomínio; Realização de palestras e reuniões; Confecção dos informativos; Orientações e esclarecimentos sobre benefícios sociais; Realização e viabilização de parceria para Ações e serviços; Elaboração de Relatório Social e Aplicação de avaliação de pesquisa de satisfação (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

A importância de se planejar no fazer profissional do Assistente Social é evidenciada nas falas das profissionais, que enfatizam o planejamento constante na atuação profissional. Mediante isso, o planejamento, que é um dos pilares da Assessoria/Consultoria, “deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos isso de eficiência), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamaremos isso de eficácia)”. Por isso, torna-se significativa, sempre que possível, a atualização dos saberes sobre a temática do planejamento, dos instrumentos e das novas formas de planejar, que possibilitem lidar melhor com as adversidades dos espaços de trabalho.

Um profissional com olhar crítico e analítico tem maiores possibilidades de conseguir realizar uma leitura dos instrumentais que vão além do aparente. Com isso, consegue apreender elementos essenciais para um direcionamento adequado, que atenda às insuficiências reais da população usuária por meio do alcance dos objetivos de suas ações. Dependendo do direcionamento que é dado à sua intervenção, é capaz de romper com a imediatividade do cotidiano ou reforçar a dinâmica de reprodução do instituído.

A condição de trabalhador assalariado, subordinado às normas institucionais, sempre faz aparecer o antagonismo entre o projeto profissional do Serviço Social e o projeto institucional. Este segundo engendra o Assistente Social em uma lógica de produtividade e subalternidade aos procedimentos e normas institucionais, fazendo com que o profissional necessite, em alguns casos, de dar respostas rápidas, imediatistas, irrefletidas e meramente técnicas, sem a devida articulação com os demais serviços (OLIVEIRA, 2019, p. 41).

O profissional cria e recria sua prática no cotidiano à medida que reflete e ressignifica sua intervenção com os usuários e a instituição a quem presta serviço. Cada instituição possui suas regras, configurações e realidades organizacionais, além do mais também possui objetivos de trabalho diferentes, portanto, o agir profissional de um assessor e de um consultor, deverá primeiramente se apropriar desta realidade institucional, para que possa posteriormente desenvolver suas estratégias de melhoria, em outros termos, que o assistente social possa buscar “respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento [de suas demandas]” (VASCONCELOS, 1998, p. 128).

As assessorias podem ser instrumentos de socialização de informações e conhecimentos, espaço de viabilização de direitos e de vivência das contradições sociais presentes no campo de correlações de forças. A assessoria e/ou consultoria podem tornar-se preciosos espaços de negociação e o Serviço Social pode atuar no campo das tensões enquanto mediador desse conflito social (SOUZA, 2016).

Segundo Silva e Merigo (2010, p. 10), é por este motivo que “a contratação de profissionais de Serviço Social para assessoria/consultoria é referenciada principalmente pela capacidade técnica e de conhecimentos adquiridos”, especialmente sobre as políticas públicas e sociais, assim como na área da habitação.

Logo, ao desenvolverem suas atividades, podem imprimir em suas ações uma dupla possibilidade: a de contribuir para a reprodução da cultura social vigente, como uma extensão dos interesses das instituições, ou expandir suas ações para a transformação daquela realidade com o propósito de superação dessa sociabilidade (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

Nesse contexto, as profissionais verbalizaram sobre as contribuições ao desempenharem suas atividades através da consultoria e assessoria no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social, relacionado os resultados às suas habilidades e ao seu conhecimento na área de trabalho, conforme apresentado em suas falas:

Os assistentes sociais são reponsáveis por nortear as famílias, fornecendo todo um suporte e mecanismos de incentivo a criação de organização comunitária e/ou organismos representativos, despertar interesse pela organização e planejamento financeiro e familiar, assim como, incentivá-los a desenvolverem hábitos saudáveis, de bem estar, saúde preventiva e higiene. Fomentar a responsabilidade com o meio ambiente, estimulando o reaproveitamento de materiais recicláveis e o uso racional dos recursos naturais, além de proporcionar espaços de formação/capacitação profissional e inclusão produtiva (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

As contribuições que o assistente social tem dentro da consultoria e assessoria no Programa Minha Casa Minha Vida, está realmente em orientar essas famílias a viverem e conviverem em um novo espaço de moradia, respeitando as regras de convivência, assim como de informar sobre os direitos e deveres estabelecidos no regimento interno e convenção do condomínio, levar ações e serviços aos moradores, pois o trabalho social envolve diversas políticas também (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

É um profissional que tem o conhecimento técnico operativo para desenvolver o trabalho necessário no âmbito da habitação promovendo articulação com os órgãos públicos e privados em prol da comunidade, fazendo com que esses beneficiários se sintam pertencentes ao seu novo morar. Então uma das grandes contribuições é direcionar esse morador para que ele passe a viver naquele ambiente de forma coletiva (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Nossa contribuição com o projeto social em si, era o conhecimento que nós tínhamos também, seja desde a parte do planejamento, da elaboração, até a execução e acompanhamento de cada ação que fosse desenvolvida com as famílias. Cada profissional contribuía com seus conhecimentos e habilidades, porque cada um tinha

algo em que se destacava mais, alguns profissionais eram muito bons em palestrar, nessa parte eu contribuía bastante no projeto, na parte de dar as ideias de como seria possível executar aquela atividade de forma mais dinâmica, utilizando um linguajar acessível aquelas famílias, de fácil compreensão (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Nós não ficamos amarradas ao PTS, pois ele é muito enxuto, buscamos amplitude no desenvolvimento de nosso trabalho como consultores e/ou assessores, pois entendemos que somos profissionais capacitados para planejar e levar retorno ou respostas para as famílias que estamos acompanhando (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

A atuação do Assistente Social, com experiência de sua prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, na efetivação do Projeto de Trabalho Social, compreende-se por ações socioeducativas, orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população na atuação do profissional na área habitacional. Neste sentido as profissionais destacam que foi de fundamental importância a realização do exercício profissional no atendimento às famílias, onde realizou-se a viabilização de possíveis soluções através de encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e do planejamento estratégico das ações, ampliando as possibilidades de ação profissional, ultrapassando discussões superficiais e externas às atividades estabelecidas no PTS, pois suas ações estavam pautadas para a realidade das famílias e no conhecimento das demandas trabalhadas.

De acordo com Bravo e Matos (2006, p. 30)

Os processos de assessoria, além de contribuírem para a reafirmação profissional no projeto ético-político, reforçando a viabilização na garantia dos direitos dos usuários e no acesso aos bens e serviços e às políticas públicas, apontam também para a importância da cientificidade no Serviço Social e do assistente social como profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais.

Assim, podemos afirmar que o assistente social é um profissional que possui todo um aparato ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, demonstrando que é um profissional altamente qualificado e que possui relevantes conhecimentos sobre a área social e as políticas públicas, portanto, um profissional que possui cientificidade e técnica, e que pode colaborar muito nos trabalhos colaborativos das equipes interdisciplinares das instituições e organizações.

É portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidade, a da profissão e a nossa em um movimento contínuo (Martinelli, 2006).

Os assistentes sociais têm muito a contribuir, se reconhecerem a potencialidade da sua atuação liberal, tendo nos processos de assessoria/ consultoria uma possibilidade profícua para o exercício profissional. Nele, reconhecemos a possibilidade de ampliar o projeto profissional, posto que a ampliação da autonomia e liberdade de atuação se amplificam; ao mesmo tempo em que é possível lutar e participar da implementação de políticas sociais públicas/privadas, buscando fortalecer o projeto ético- político e o caráter público das ações e serviços oferecidos pelas organizações do aparelho do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil, garantindo o acesso aos direitos, lutando pela democracia e potencializando o interesse dos trabalhadores (MACIEL; OZELAME, 2017).

Assim, os assessores e os consultores possuem um papel muito importante neste estabelecimento das metas junto às instituições contratantes de seus serviços, pois são profissionais altamente qualificados e capacitados, com conhecimentos aprofundados no assunto, os quais proporcionarão um aporte técnico profissional sobre as questões sociais trabalhadas nos projetos (PIERITZ, 2016).

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2000, p. 12).

Por conseguinte, podemos afirmar que o assistente social deve ser um profissional que possua autonomia em seu agir profissional, além de ser dinâmico, criativo e proporcionar às instituições inovações tecnológicas e instrumentais necessárias, para assim propiciar o aporte necessário na resolução do problema ou demanda social.

É possível compreender os processos de assessoria/consultoria como espaços de intervenção amplos, que possibilitam o trabalho com equipes e profissionais diversos, atendendo demandas de empresas e de trabalhadores, de técnicos e da população, buscando constituir relações democráticas, onde o trabalho dos profissionais de Serviço Social deve ser direcionado de acordo com o projeto ético-político da profissão, visando contribuir com a afirmação e o fortalecimento dos direitos humanos e sociais (MACIEL; OZELAME, 2017).

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (Iamamoto, 2000, p. 20).

Nesta perspectiva, devemos salientar que no que tange às prestações de serviços de assessoria e consultoria no âmbito social, devemos compreender que a realidade social está em constante transformação e os projetos sociais deverão estar antenados e em consonância com estas mudanças sociais. Conforme Nascimento e Montefusco (2015, p. 3), “as mudanças macrossocietárias repercutiram transformações no mundo do trabalho processadas a nível global, reproduzindo novas formas de gestão da força de trabalho, e requisições para inserção profissional no mercado de trabalho”. Mas, o assistente social deve ter também uma postura ética profissional, mantendo o sigilo das informações e dados coletados no desenvolvimento de suas atribuições, sem falar da importante necessidade de estar altamente qualificado para a função a ser desempenhada.

3.3 As vozes dos Assistentes Sociais: o trabalho profissional no âmbito da consultoria e assessoria.

As reflexões apontadas neste item dizem respeito ao exercício profissional dos assistentes sociais nos processos de assessoria e consultoria na atual conjuntura, compreendendo estes processos no âmbito das dimensões interventiva e propositiva, por meio das quais os assistentes sociais que se inserem neste espaço de atuação apresentam um conjunto de conhecimentos acerca das questões apontadas, destacando-se tratar de um grande desafio, o que gera reflexões e discussões sobre o tema, como sinalizado a seguir:

Esta discussão sobre os processos de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do Assistente Social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, e lhe atribuem características particulares. Parece ser um caminho fértil para o enriquecimento do debate sobre o exercício profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 70).

Nesse marco analítico, impregnado de componentes da luta de classes e de contradições, o Serviço Social se vê diante de demandas para um redimensionamento de funções e atribuições profissionais, com novas exigências de qualificação para o exercício profissional, em aparatos institucionais novos e também diversos. As assistentes sociais que desenvolveram o Trabalho Social com as famílias do Residencial Cidadão Manauara I exerceram sua função como

assessoras e/ou consultoras de forma a não somente orientar, mas também apresentar caminhos, alternativas, possibilidades ou mesmo propor e viabilizar soluções para as demandas existentes.

O trabalho consistiu no planejamento, acompanhamento, assessoramento e desenvolvimento dos eixos e atividades estabelecidas no Projeto de Trabalho Social - PTS com as referidas famílias, onde essas profissionais interagiram com os moradores, de forma a conhecer a realidade das demandas e assim atuarem com a capacidade técnica e operacional, demonstrando clareza nas orientações e conhecimento nas ações executadas, como expõem as profissionais:

Trabalhar com o morador fazendo com que ele entenda, qual é a importância de conservar e preservar o meio ambiente, como que eles podem se planejar e organizar referente ao orçamento familiar e principalmente um dos principais eixos do trabalho social que é referente a questão do Trabalho e Renda. Então, o profissional do serviço social fomenta essa questão, contribuindo para que eles tenham acesso a uma formação, uma capacitação profissional, quem sabe ser incluídos no âmbito produtivo, econômico e social (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

No projeto social existe um grupo a ser trabalhado, chamado “grupo de governança local”, constituído pelos próprios moradores do empreendimento. Esse grupo, desenvolve ações que vão contribuir para a manutenção e conservação do empreendimento, então toda a equipe técnica dá orientações, presta consultoria e assessoria mediante essa demanda que é referente a esse grupo e dentre outros também, tem a parte da gestão condominial, eles sempre estão nos procurando para que possamos assessorá-los no planejamento, dando as orientações de como eles poderiam estar realizando suas atividades ou ações (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

O trabalho deu-se no desenvolvimento das atividades previstas no PTS com ações como: Organização Comunitária; Educação Ambiental; Educação Patrimonial; no Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar, como também na Geração de Trabalho e Renda, promovendo a capacitação para o trabalho e geração de renda, através de oficinas e cursos profissionalizantes. Entra nosso papel como profissionais de mostrar através de várias ações e orientações, a importância deles cuidarem e preservarem a moradia que lhes foi entregue, o qual é um direito constitucional e que essas famílias são os protagonistas de suas próprias histórias (AS7; AG: 2011; TVE: MEI; TAI: 04 anos).

Através dos relatos das profissionais é possível destacar o conhecimento aprofundado dos eixos e atividades constantes do Projeto Social, como também das demandas apresentadas. As ações socioeducativas intentam o diálogo problematizador e a coleta de demandas individuais. Seus principais objetivos são a mobilização, organização e a participação social. A ênfase conferida às ações socioeducativas é identificada como um marco na intervenção dos assistentes sociais, considerando sua importância no processo de produção/reprodução social.

Quanto a dinâmica do trabalho, as profissionais apresentam competência para interagir com a população beneficiária, para orientar, assessorar, encaminhar e apresentar alternativas

para que as famílias compreendam a vivência e convivência nesse contexto de moradia verticalizada, possam conservar e preservar o imóvel adquirido, assim como os equipamentos de uso comum e o meio ambiente, participem da organização comunitária e das ações do projeto, avaliando se as estratégias utilizadas conseguiram alcançar os objetivos do projeto e do planejamento da equipe técnica em consonância com as necessidades dos moradores.

Cabe registrar também que os profissionais seguem um cronograma de atividades estabelecidas no PTS (formulado pelo ente público municipal e aprovado pela instituição Caixa Econômica Federal), porém o projeto é dinâmico e conforme as necessidades apresentadas pelas famílias durante o desenvolvimento do trabalho, esse plano e/ou atividades nele inseridas sofrem alterações, pois a capacitação técnico-operacional dos profissionais possibilita o conhecimento do público participante e a realidade do território, de maneira a construir mecanismos, estratégias e metodologias de trabalho que contribuam para a viabilização de direitos, fortalecimento das relações de identidade e pertencimento das famílias no espaço de moradia. Esses fatos foram proferidos nas colocações das assistentes sociais, destacando-se a dinamicidade das atividades do projeto social:

Então é o cotidiano que vai criando novas estratégias, porque a gente tem uma demanda, tem um projeto, mas ele pode ser dinâmico com a realidade daquela área. O plano de trabalho, ele existe, ele direciona, mas aprendemos que é importante conhecer a realidade de cada família que são diferentes para poder planejar as ações (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Quando se observa as demandas, as necessidades daquela população, daquela comunidade, a gente identifica o que precisa fazer, viabilizar outras coisas que não estão no plano, então era nessa parte que nós mais contribuimos com o projeto em si, tendo essa percepção, esse olhar, que o plano estava ali, mas que não era só aquilo, porque o público que nós estávamos executando o projeto demandava de outras ações. Ou seja, existia um plano de trabalho, um projeto, mas nós íamos além do que estava previsto, pois o trabalho social ele é dinâmico, e através do nosso conhecimento, do olhar diferenciado dos assistentes sociais, buscávamos soluções ou orientações para várias situações que chegavam até nós (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Nos expostos pelas Assistentes Sociais observa-se o comprometimento com o público alvo inseridos em projetos habitacionais, os quais são acompanhados e assessorados na perspectiva de abrangência da totalidade das famílias, de forma a conhecer a realidade das mesmas e modificar o que for necessário, criando estratégias que venham incentivá-las em sua autonomia, mobilização e participação, tendo em vista a possibilidade de construção de instituições democráticas na defesa do acesso aos direitos, no incentivo à atuação das lideranças, contribuindo para a sua legitimidade junto aos sujeitos sociais.

Essa atuação ocorre sob dois grandes eixos: uma perspectiva coletiva, junto aos movimentos sociais, nos processos de participação e organização popular, e uma perspectiva individual e/ou grupal, com vistas a construir respostas às necessidades básicas dos sujeitos usuários da política habitacional, no acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Portanto, segundo Iamamoto (2012, p. 54),

Seu trabalho referenda-se nas reflexões construídas sobre as funções privativas profissionais, para construção de “estratégias para fazer frente à questão social [que] tem sido tensionada por projetos sociais distintos, que convivem em luta no seu interior, os quais presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e dos serviços sociais atinentes aos direitos legais inerentes aos poderes do Estado – legislativo, executivo e judiciário”.

É na dinâmica da vida social, dadas as condições históricas e conjunturais, que devem estar referenciados os elementos do trabalho social, tendo em vista sua relação com determinado projeto profissional e a conexão com um projeto societário, “cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 189).

A moradia é o cenário do cotidiano de seu habitante, carregado de história, de subjetividade, de afetividade, de desejos, de possibilidades objetivas e subjetivas, de formas de ser e viver a moradia como elemento mais presente na vida das pessoas e sentido de seu pertencimento a um determinado território. Nesse contexto, a diversidade das demandas apresentadas ao assessor/consultor atrelada à multiplicidade de questões e desdobramentos que podem emergir no exercício da assessoria/consultoria impõe ao profissional a flexibilidade nas ações, o cuidado nas análises, o conhecimento crítico e informativo conectado com as diversas expressões da realidade (SOUZA, 2016).

Conforme Guerra (2012), não há neutralidade na intervenção profissional e a direção política do trabalho social respalda-se no compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão, que é qualificado por Netto (1999, p. 95) como um conjunto de valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais.

Cabe aqui ressaltar as manifestações das Assistentes Sociais quanto às estratégias profissionais em relação à viabilização das famílias beneficiárias aos seus direitos e as políticas públicas e o compromisso com o projeto ético-político-profissional, na atuação da consultoria ou assessoria:

As estratégias elaboradas pela equipe técnica é pensando da melhor forma como serão viabilizadas as mediações do acesso das famílias aos seus direitos, além de nortear a população beneficiária aos princípios de organização comunitária, no sentido de promover a autonomia dessas famílias e garantindo a sustentabilidade do empreendimento. Diante do exposto, eu posso afirmar que o nosso Projeto Ético-Político-Profissional dentro da assessoria e consultoria no Programa de Habitação, estabelece canais de diálogo com a população ou público alvo, que permitem a participação social nas decisões, propiciando a efetiva transformação da realidade (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Podemos dizer que cada projeto tem suas particularidades em relação às famílias que são contempladas, as demandas são diferenciadas, portanto se faz necessário buscar estratégias e articulações profissional com outras instituições que viabilizem as Políticas Públicas, que venham responder as demandas da comunidade (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Na minha opinião, a consultoria e a assessoria fundamentam-se plenamente ao projeto ético-político da nossa categoria, regulamentada pela Lei de Regulamentação da Profissão. Dessa forma, posso afirmar que utilizei as estratégias disponíveis, tais como: orientações individuais e coletiva, reuniões, visita domiciliar, entre outras. Por meios desses instrumentos de trabalho foi possível levar aos beneficiários o conhecimento e viabilização de seus direitos e as orientações necessárias para que os mesmos alcançassem sua emancipação social. Portanto é verdade que tais estratégias contribuíram para afirmar meu compromisso com o projeto ético-político da categoria profissional (AS3; AG: 2012; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 07 anos).

O Trabalho Social voltado para à área habitacional apresenta diferentes dimensões (política, ética, técnica e educativa) que se combinam na prática profissional, configurando-se como contribuição fundamental para a efetividade da política habitacional. No entanto, em relação à autonomia e ao protagonismo dos moradores/beneficiários, objetivos pretendidos pelos profissionais de Serviço Social, não é tarefa corriqueira ou rápida, pois, segundo Freire, “[...] ninguém é sujeito da autonomia de outrem”. Para tal fim, “exige tempo e investimento, tanto humano quanto material, além de confiança e empatia em todo o processo interventivo” (FREIRE, 1983, p. 17).

Os profissionais assessores ou consultores tendo esse conhecimento e comprometidos com o projeto ético profissional do Serviço Social, realizam o planejamento estratégicos de suas ações para o atendimento das demandas em suas mais variadas expressões sociais, com orientação e informação sobre os direitos sociais e a viabilização a esses direitos. Com isso, sobressaem dois elementos chaves no trabalho social: o socioeducativo e o fortalecimento da cidadania através da construção de sujeitos coletivos. Miotto destaca a importância da informação no trabalho social junto aos usuários:

[...] o direito à informação não está restrito ao conhecimento dos direitos do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo o conhecimento socialmente produzido, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar

determinados bens ou serviços em situações específicas. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas (MIOTO, 2006, p. 502-503).

Ser assessor e/ou consultor no Serviço Social não significa abandonar ações e funções do Serviço Social. É necessário que os profissionais se atentem para a importância de se garantir o trabalho de orientação social aos usuários das instituições em que atuam. “Assim uma frente de trabalho não substitui a outra” (MATOS, 2009, p. 7), mas se complementam.

Os/as assistentes sociais têm como desafio, diante da realidade brasileira, assumir o trabalho social como exercício de criação coletiva, alimentando as demandas populares por autonomia e controle social, na apropriação do espaço urbano, e adensando a luta pelo direito à moradia (CFESS, 2016).

Dentro da conjuntura habitacional o Assistente Social possui responsabilidades específicas e essencial importância para dar respaldo ao combate à desigualdade habitacional existente, lutar pela garantia da cidadania dos usuários e pela efetivação da política habitacional. E dentro da área da habitação também desenvolve trabalhos que visam o aumento do desenvolvimento pessoal dos usuários que passam a se reconhecer como sujeitos de direitos, exercendo a sua cidadania nas políticas habitacionais:

a discussão dos direitos e deveres dos cidadãos que adquiriam uma unidade habitacional, o acompanhamento da construção dos conjuntos habitacionais, a preparação para mudança, o apoio na organização da nova comunidade, a capacitação para viver em condomínio, no caso das construções verticalizadas, o apoio, a organização e acompanhamento de grupos de interesses específicos (crianças, jovens, mulheres), a constituição de associações de moradores, a discussão do uso e manutenção do equipamento comunitário e a integração da comunidade entre si e com o entorno (PAZ; TABOADA, 2010, p. 47).

Ao realizar uma assessoria ou consultoria, o profissional em sua conduta profissional precisa ter clareza do Projeto Ético-Político do Serviço Social e do seu posicionamento enquanto trabalhador contratado pela organização para auxiliar ou emitir juízo sobre a realidade institucional, sem perder de vistas a leitura crítica do atual projeto societário (SOUZA, 2016).

Ressalte-se que esse espaço sócio ocupacional não pode ser confundido ou considerado somente como de um “assessor/consultor intelectual” voltado a sanar dúvidas e indicar “caminhos ou possibilidades”. Deve-se entender enquanto uma profissão que presta assessoria/consultoria – trabalho que exige dos profissionais o aprimoramento teórico, técnico e político – ocupam diferentes espaços e lidam com as diferentes expressões da questão social

em consonância com as atribuições e competências do assistente social descritas na Lei de Regulamentação da Profissão.

Cabe registrar que os profissionais assessores ou consultores não possuem uma receita pronta para a resolução das problemáticas habitacionais ou das famílias; sua destreza encontra-se nos conhecimentos específicos na área de atuação e no apontamento de soluções, possibilidades e estratégias perante ao público usuário e instituição contratante, com responsabilidade e comprometimento. Em geral o que diferencia a prática do profissional consultor ou assessor são elementos ou características particulares no desenvolvimento do seu trabalho, que apresenta, dentre outras características: dinamicidade, inovação, criatividade, autonomia e conhecimento.

Ser assistente social é se apropriar de um mundo que trata com indiferença a opressão, a exploração e atualmente o desmonte das políticas públicas. É estar atento ao sujeito singular que chega, trazendo em sua história de vida marcas das expressões da questão social. É poder avançar, ainda em um cotidiano perverso e excludente, ir além do aparente, superar o objeto desvendado através de uma postura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa voltada à garantia de direitos.

Neste contexto, esse profissional atua com capacidade, comprometimento, autenticidade e ética no âmbito da consultoria ou assessoria, não apenas assessorando, como argumenta Freire (2010), apenas os dominantes (gestores, dirigentes, gerentes) e os pares (profissionais), mas também os sujeitos usuários dos programas. A autora justifica que tem utilizado a ação de assessorar para todos os sujeitos atendidos pelo Serviço Social:

Tenho utilizado a ação de assessorar [para] todos os sujeitos atendidos pelo Serviço Social, em razão desta expressar, de forma mais contundente, a perspectiva democrática de respeito à capacidade desses sujeitos de pensar sobre a sua realidade e elaborar seus planos de ação; nesta perspectiva, o verbo assessorar substitui os verbos assistir, atender, apoiar, encaminhar e a maioria dos compreendidos na ação profissional, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo (FREIRE, 2010, p. 171).

É evidente, entretanto, a existência de interesses contraditórios que perpassam a demanda de consultoria e de assessoria ao Serviço Social. Reconhecemos que esse espaço de atuação que na atualidade se encontra em ascensão, ainda precisa vencer muitos entraves, retrocessos e desafios postos aos assistentes sociais, os quais necessitam ser enfrentados pelos profissionais que atuam no âmbito da consultoria e da assessoria no Serviço Social, propondo reflexão a classe profissional. Esses entraves e retrocessos foram sinalizados e expostos nas falas das profissionais, conforme apresentado a seguir:

Embora seja um campo de trabalho do serviço social, a própria categoria dos profissionais desconhece os profissionais como assessor e/ou consultor. Neste âmbito de atuação verifica-se também como um retrocesso, a falta de reconhecimento do trabalho dos assistentes sociais de forma eficiente e eficaz e ser melhor compreendido pela categoria profissional. Um desafio encontrado está na busca pela ampliação deste espaço profissional, buscar que este campo seja reconhecido pela própria categoria, um espaço ocupacional que precisa ser mais debatido (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Um dos principais entraves enfrentados dá-se mediante ainda a pouca atuação de profissionais assistentes sociais executando os serviços de Consultoria e Assessoria nas empresas privadas ou instituições públicas, e eu acho que isso é um desafio até mesmo porque, na própria classe profissional, muitos desconhecem sobre esse trabalho, sobre a importância desse profissional (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Verificamos durante a pesquisa que não é recente a presença da temática de Assessoria e Consultoria no Serviço Social, assim como em contrapartida, ainda se verificam lacunas no aprofundamento e entendimento real do sentido desse processo pela categoria (Oliveira, 2019), fazendo com que de fato ocorra a necessidade do aprofundamento da temática pela categoria dos profissionais Assistentes Sociais e reflexão na compreensão desse espaço de atuação que se constitui em competência técnica, se traduz em atribuição privativa, enquanto espaço de apropriação do conhecimento científico, de revisitação das teorias que embasam a profissão, de utilização dos referenciais jurídicos e normativos e, sobremaneira, como espaço de aproximação e intervenção na realidade.

Assim, torna-se necessário à profissão a ampliação do debate sobre o tema de assessoria e consultoria, o conhecimento crítico de tais práticas e sua efetivação consciente no âmbito do Serviço Social, para que possamos enfrentar esses entraves postos à profissão.

Nesse segmento, torna-se relevante o exposto pela assistente social AS6, quando relata que: “nesse campo de assessoria e consultoria, eu vejo que essa área de atuação necessita ser mais discutida, principalmente pela nossa classe profissional, pois o espaço de atuação da Consultoria e Assessoria é algo legítimo, mas pouco discutido e valorizado” (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos). Complementando o exposto, a profissional AS7 discorre sobre a falta de discussão com a classe profissional referente a esse espaço de atuação, “pois precisamos avançar e eu acredito que a nossa classe profissional precisa discutir mais sobre o âmbito da assessoria e consultoria no Serviço Social, pois é um espaço legítimo e que apresenta muitos resultados positivos” (AS7; AG: 2011; TVE: MEI; TAI: 04 anos).

Corroborando na discussão, Ozelame (2018, p. 80-81) aponta que:

É existente a compreensão de que os processos de assessoria e consultoria precisam ser mais discutidos e estudados pela categoria profissional, para que aconteça a compreensão destes processos enquanto espaços de intervenção, para que sejam problematizados e compreendidos metodologicamente, problematizando os espaços contraditórios que os profissionais de Serviço Social podem encontrar durante esta atuação e para que se criem estratégias de trabalho coletivo, acontecendo a ampliação dos espaços de trabalho e de luta da profissão.

Esses debates devem ser mais ampliados também pelos conselhos profissionais, com reflexões e espaços de discussões no qual apresente este âmbito profissional com concretude e efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, na perspectiva de fortalecer e desenvolver o Serviço Social. Esta necessidade foi abordada pelas profissionais como entrave e desafios à profissão, também como espaço de discussão que requer reflexão:

Eu considero que um entrave que precisa ser pontuado é também a parte do CRESS e CFESS, eu acho que há uma necessidade de haver uma discussão mais apurada por esses órgãos acerca da atuação dos assistentes sociais no âmbito da assessoria e consultoria, pois é necessário que haja uma discussão ampla por parte da categoria profissional referente a esse campo de atuação (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Um dos desafios é ganhar notoriedade de crescimento profissional nesse segmento de Assessoria e Consultoria, através de debates, assembleias, congressos com a própria categoria da profissão, tendo maior acompanhamento dos órgãos CFESS e CRESS (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

É sabido que as entidades representativas do Serviço Social têm procurado fomentar esse debate concernente aos processos de assessoria e consultoria no espaço de atuação profissional, considerando essa prática como mais uma possibilidade de trabalho posta aos assistentes sociais para a efetivação do atual projeto de profissão, de acordo com Matos (2010, p. 30):

Esse projeto de profissão é hegemônico no debate profissional. Tal hegemonia se expressa pela direção política das entidades representativas da categoria (CFESS/Cress, Abepss e Enesso), nos fóruns profissionais (congressos brasileiros de assistentes sociais e encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social) e no material publicado (em livros e na mais importante revista da área Serviço Social & Sociedade). Todavia, acreditamos que o mesmo não o é no conjunto da categoria profissional, que se expressa pelo trabalho desenvolvido, no cotidiano, pelos assistentes sociais.

Dito isto, torna-se necessário uma discussão mais ampliada no conjunto da categoria profissional, considerando que os profissionais de Serviço Social que buscam a assessoria/consultoria, identificam esse espaço como propício para a efetivação do atual projeto de formação profissional do assistente social ou como uma alternativa de trabalho (MATOS, 2009), porém é perceptível a resistência por parte de muitos profissionais do Serviço Social em

buscar conhecimento sobre a consultoria e assessoria e a reconhecer esse espaço profissional como legítimo.

De acordo com Ozelame (2018), devemos ser unidos enquanto categoria profissional para utilizar esse espaço da consultoria e assessoria para trabalhar em defesa do trabalhador, pois as instituições e empresas onde o assistente social pode prestar esses serviços podem tanto potencializar a ação dos assistentes sociais como limitar a mesma e isso depende muito de como a profissão se posiciona, de como os conselhos se posicionam, dos debates fomentados, realizados e, claro, do profissional que está atuando.

Considera-se que em uma investigação realizada junto ao Conselho Regional de Serviço Social do AM (CRESS/AM), não foi possível identificar nenhum registro de assistentes sociais neste âmbito de atuação, pois nas fichas cadastrais não consta a especificidade da Assessoria e Consultoria no Serviço Social, o que dificulta encontrar dados concretos dos profissionais atuando neste âmbito profissional.

Como todo processo dialético, não há unanimidade na categoria dos(as) Assistentes Sociais sobre os debates em torno dos caminhos profissionais, porém é possível pensar que hegemonicamente a profissão se compreende como classe trabalhadora e coloca seus serviços e ideais profissionais a proveito dessa mesma classe, na perspectiva de defesa da democracia, da liberdade, da igualdade e justiça social, com vistas à emancipação humana e a superação da sociabilidade capitalista (OLIVEIRA, 2019, p. 32).

É esta nova configuração que possibilita que o assistente social seja identificado como um profissional detentor de conhecimentos para assessorar outros segmentos, bem como é vista a necessidade de assessoria para o aperfeiçoamento do trabalho profissional desenvolvido.

[...] desenvolvemos reflexões sobre os contraditórios interesses que expressam a demanda de assessoria ao Serviço Social, ao mesmo tempo que defendemos a inclusão deste tema no debate profissional e a sua extensão ao trabalho realizado no cotidiano pelos assistentes sociais. A assessoria/consultoria é aqui tratada como mais uma possibilidade de trabalho posta aos assistentes sociais para a efetivação do atual projeto de profissão, que necessita ser fortalecido, visando a sua efetivação por meio de sua prática concreta (MATOS, 2010, p. 30).

Neste sentido, concorda-se com (OZELAME, 2018, p. 80) quando sugere proposição sobre a criação de grupo de trabalho no CRESS, sobre os processos de assessoria e consultoria ou, amplamente, sobre a atuação do Serviço Social como profissão liberal e incentivo à publicação, por parte daqueles que possuem vivências nestes processos, a fim de fomentar também as discussões em eventos e congressos da categoria. A visão da assessoria e consultoria

como espaço a ser construído na coletividade, com a participação de todos os segmentos envolvidos, pode ser vista como uma possibilidade estratégica ao Serviço Social.

Diante da complexidade das situações vivenciadas pela categoria, consideramos a Assessoria/Consultoria necessárias, possíveis e viáveis, ainda que reconheçamos que não sejam suficientes, nem possamos assegurar as reais consequências de um processo que envolve unidades formadoras e meio profissional, nas suas respectivas complexidades e diferenças, mas antes de tudo na sua unidade (VASCONCELOS, 1998).

Outros aspectos levantados pelas Assistentes Sociais entrevistadas são as temáticas referentes ao valor da mão de obra do profissional e contratação neste âmbito de atuação do Serviço Social pelas instituições empregadoras:

[...] dentro desta perspectiva, a falta de valorização da mão de obra dos profissionais subcontratados, não sendo contratados diretamente, e sim, por meio de instituições não governamentais ou empresas privadas mediante salários inviáveis para o trabalho que se é prestado, é um retrocesso e desafio para nós (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Ainda é um entrave o assistente social não ter um piso salarial, isso dificulta até no ramo mesmo da consultoria e assessoria, na hora de um contrato, mesmo porque há um exército de reserva de profissionais sem emprego, então o Assistente Social acaba aceitando ganhar o valor que o empresário ou a instituição está lhe propondo (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

O assistente social é um profissional assalariado e sua inserção no mercado de trabalho perpassa por condições econômicas e sociais previamente determinadas. Considerando as mudanças ocorridas na forma de inserção de profissional, por meio da consultoria e assessoria, apreende-se que muitos dos profissionais de Serviço Social já estão no processo de terceirização (AS6; AG: 2008; TVE: MEI; TAI: 06 anos).

O Serviço Social se configura na divisão social do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, pertencente, nos termos de Antunes (2018), ao “mundo capitalista dos serviços” como trabalho improdutivo. É inegável que o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos que fogem ao seu controle, impondo-lhe certos limites, nisto consiste o que as profissionais entrevistadas relataram: baixa remuneração salarial da profissão, contratos temporários ou terceirizados. O assistente social é um profissional assalariado e sua inserção no mercado de trabalho perpassa por condições econômicas e sociais previamente determinadas (GIAMPAOLI, 2013). Dessa forma,

[...] o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados - empresariais ou não - os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

O desemprego e a precarização aumentaram demasiadamente, o que fez expandir ainda mais práticas precárias de trabalho. Além disso, a terceirização fez com que os salários se tornassem mais baixos, da mesma maneira que os direitos sociais se tornaram cada vez mais focalizados (ANTUNES, 2001).

O mercado de trabalho para os assistentes sociais vem sendo modificado não apenas em relação às demandas e às requisições profissionais; está revestido de uma intensa precarização das condições e relações de trabalho, e na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho. De acordo com Camargo (2021, p. 495), as implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor na sociedade capitalista implicam:

Uma especialização que vem sofrendo as injunções em curso, vivenciando assim com o conjunto da classe trabalhadora a precarização do trabalho nas distintas instituições empregadoras, manifestadas em graus e níveis diferenciados. O que pode ser demarcado por indicadores diversos, como salário, jornada de trabalho, quantidade de vínculos de trabalho, formas de contratação e infraestrutura de realização do trabalho (equipamentos, instalações físicas, etc).

Apesar de ser um profissional liberal e possuir características que lhe possibilita este estatuto, o “[...] assistente social afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p. 96).

Cabe registrar que a reivindicação por um piso salarial para a categoria de assistentes sociais é histórica. Afinal, representa não só a possibilidade de ter um salário digno para melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas também significa, em tese, que nenhuma instituição empregadora poderia pagar um salário menor que o estabelecido em lei (CFESS, 2022). Dito isso, entendemos que a luta é intensa, principalmente nos tempos atuais em que vivenciamos retirada de direitos e ataque às políticas sociais.

O Assistente Social intervém em espaços permeados de contradições, inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, inserindo-se como trabalhador assalariado. Apesar de fazer parte do grupo de assalariados intelectuais, que atuam como colaboradores no processo de reprodução das relações sociais, o(a) Assistente Social também é classe trabalhadora. Por se encontrar nessa situação, não está isento dos rebatimentos e transformações nacionais e internacionais do mundo do trabalho. Ao contrário, está exposto às mesmas determinações e contradições na luta pela garantia de sua reprodução social (OLIVEIRA, 2019).

Boschetti (2011) também reconhece que os profissionais têm vivenciado, na atualidade, os percalços dos demais trabalhadores, como desemprego, terceirização, informalidade e prestação de serviços sem regulamentação.

As consequências da terceirização para o trabalho social são profundas, pois ela “desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais” (RAICHELIS, 2011, p. 432), assim como dificulta as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas, entre outras. Além do mais, a minimização do Estado através da terceirização, repercute no aumento das instituições privadas e das organizações não governamentais, e por consequência reflete nos serviços prestados e também nos salários.

Portanto, é preciso se posicionar e ter clareza de que o Assistente Social intervém em espaços permeados de contradições, inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, inserindo-se como trabalhador assalariado no mundo do trabalho regido pelo neoliberalismo, não podendo negar a existência da precarização do trabalho, pois se compreende que os assistentes sociais, enquanto sujeitos trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, são também acometidos pelo processo de reestruturação produtiva. Este interfere em suas condições de trabalho, assim como nos processos de trabalho em que se encontram inseridos.

A extensão e as peculiaridades das dificuldades diante da mundialização do capital com seus impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social e, dadas as formas particulares da crise do capitalismo, assumidas no contexto brasileiro, um dos mais importantes desafios de assistentes sociais é analisar e buscar compreender a realidade social, numa perspectiva de totalidade, identificando suas múltiplas determinações e reconhecendo as contradições em tempos de concentração da riqueza e de intensa desigualdade social, para um agir profissional com ética, comprometido com as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras (CFESS, 2016).

Reforça-se que os processos de assessoria e consultoria não devem ser relacionados, exclusivamente, a terceirização e/ou a precarização do trabalho, pois, são claramente compreendidos como espaços de intervenção da profissão e que, infelizmente, os assistentes sociais estão expostos a esses processos, tal qual os demais trabalhadores diante da conjuntura atual (OZELAME, 2018, p. 80-85).

Dito isto, devemos continuar buscando condições mais favoráveis de enfrentamento, direcionamento e posicionamento perante as contradições existentes dentro das instituições nos

quais os assistentes sociais estão inseridos.

O desafio é para o profissional que, sem negar sua condição de trabalhador assalariado, deve reconhecer que “há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir” (COUTO, 2009, p. 652 apud GIAMPAOLI, 2013, p. 287).

Outro desafio apresentado nos relatos das assistentes sociais durante a pesquisa se refere ao assessor ou consultor como profissional autônomo e a dificuldade em constituir formalmente sua própria empresa para prestar serviços de consultoria e/ou assessoria, como discorrido abaixo:

Também dentro desta perspectiva, outro desafio está relacionado aos profissionais autônomos, na ocupação de profissional assessor e consultor, é que para criar uma empresa voltada para planejamentos de ações, programas e projetos, o mesmo precisa ter capital de giro (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

[...] os profissionais para abrirem um escritório de Consultoria e Assessoria para atuarem como autônomos, é um desafio porque precisa de um recurso para isso, é preciso de um capital para montar sua própria empresa e para o assistente social é um grande desafio, porque ele se esbarra nas questões financeiras e burocráticas também (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Mediante as declarações das profissionais, torna-se importante esclarecer que o trabalho do assistente social enquadra-se, de acordo com a literatura da economia, no setor de serviços. Embora seja um profissional liberal, inserindo-se no conceito de profissões regulamentadas, são trabalhadores, que na grande maioria não dispõem dos meios próprios e instrumentos de trabalho. Podem exercer seu trabalho na qualidade de empregado ou prestador de serviço de forma autônoma (GIAMPAOLI, 2013).

A consultoria e assessoria, por sua vez, é um tipo de prestação, por tempo determinado, de serviços ou outras abordagens, de forma especializada em termos dos conhecimentos e competências, para organizações e/ou profissionais em geral (OZELAME; MACIEL, 2017).

Na condição de profissional autônomo, sem vínculo trabalhista, o assistente social é obrigado a ter inscrição profissional no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Também necessita inscrever-se e atualizar seus dados no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), na prefeitura do município em que exercerá suas atividades, pois esse tipo de contratação implica o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ao município.

Ainda sobre o assunto, o CRESS posiciona-se, para a categoria profissional, como não sendo o órgão competente para ditar exigências de âmbito contratual, e orienta os profissionais

a negociarem seus honorários com base na Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social (TRHSS).

A Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS foi instituída em 2001. Entre outras atribuições, ela determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do/a Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada.

O valor dessa hora técnica é corrigido anualmente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA-IBGE (CFESS, 2022). Para prestar consultoria ou assessoria, o profissional deve se basear na tabela de honorários do assistente social.

Considerando o § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS Nº 418/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS Nº 467, de 17 de março de 2005, especificamos, abaixo, os valores da hora técnica corrigida pelo IPCA-IBGE:

Tabela 04: Honorários de Assistentes Sociais, por titulação, 2022.

FORMAÇÃO	VALOR
Graduados	171,02
Especialistas	192,08
Mestres	241,82
Doutores	273,66

Fonte: Site CFESS (<https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/tabela-de-honorarios>), acesso em: 03 de outubro de 2022.

Tratam-se de valores a serem cobrados a partir de setembro de 2022. A tabela é corrigida anualmente pelo IPCA-IBGE em setembro de cada ano, cujo índice definido de setembro/2021 a agosto/2022 foi de 8,7271%.

Quanto à inscrição de pessoa jurídica, visando prestar serviços em assessoria, consultoria, planejamento, capacitação e outros da mesma natureza em Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece a obrigatoriedade de registro da pessoa jurídica, assim como o pagamento de anuidade ao CRESS.

Verificamos os processos de trabalho dos profissionais do Serviço Social são permeados por contradições, dificuldades e lutas e nos espaços que envolvem a consultoria e assessoria

não teria como ser diferente, porém um aspecto considerável que a pesquisa nos revela consiste nos relatos das assistentes sociais que, apesar dos desafios posto ao profissional assessor ou consultor, apresenta os avanços existentes neste âmbito de atuação profissional, no desenvolvimento do projeto social, conforme exposto pelas profissionais:

Neste campo de atuação, o profissional tem todo um preparo técnico e operativo para desenvolver suas atribuições como consultor e/ou assessor. E os avanços que posso expor é justamente mostrar, seja para os entes públicos ou privados as experiências, planejamentos e monitoramento, assim, dando respostas e viabilizando as demandas existentes, pois os profissionais nessa área de atuação têm o conhecimento técnico sobre a realidade de trabalho (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

Acredito que um dos avanços esteja primeiro na compreensão melhor de qual é o papel do profissional dentro da consultoria e assessoria. Eu acredito que nesse âmbito em si, o profissional não dispõe somente do conhecimento teórico de como poderia ser esse trabalho, mas também tem a prática em si, dessa forma é possível trazer enorme contribuição na execução do seu trabalho com conhecimento da realidade, propondo planejamentos estratégicos em sua atuação profissional, visando o alcance das metas e objetivos estabelecidos (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

É possível afirmar que houve um grande avanço na atuação do profissional da área do serviço social, para desenvolver, coordenar, elaborar e executar as atividades, juntamente com uma equipe de trabalho e em parceria com outros setores, sendo eles públicos ou privados. Vale destacar que essas atividades, o assistente social através da consultoria e assessoria esteve apto a executar no Projeto Social, visando o planejamento técnico para a viabilização de direitos e deveres da população atendida, pois como já mencionado, essa área de atuação faz parte das atribuições e competências dos profissionais do Serviço Social (AS7; AG: 2011; TVE: MEI; TAI: 04 anos).

Os relatos das profissionais chamam atenção para um espaço de atuação emergente que é permeado por contradições, mas que apresenta possibilidades de avanços, pois é um espaço legitimado dentro da categoria profissional pela Lei de Regulamentação da profissão e a sua importância está na possibilidade de esse espaço se concretizar como um potencial contribuinte na efetivação do atual projeto hegemônico de profissão da categoria, mesmo com tantos desafios postos aos assistentes sociais em sua atuação profissional.

A profissão de Serviço Social está em movimento, como tudo que tem e faz história. Nesse movimento – que é real e independente da vontade dos sujeitos envolvidos -, temos o desafio coletivo de empreendemos respostas às demandas que nos são solicitadas e que consideramos pertinentes, bem como também precisamos sempre apurar nosso discernimento sobre as requisições enviadas que são dirigidas à profissão (MATOS, 2015, p. 696).

O profissional assessor ou consultor é altamente capacitado e atualizado, sabe que a profissão do Serviço Social está em constante movimento e que é um profissional detentor de conhecimento para assessorar outros segmentos, com possibilidades para vencer os desafios e

exigências de trabalho que lhes são postas no exercício profissional cotidiano, com ações que procuram responder aos desafios e demandas do contexto, com a incorporação e/ou desenvolvimento do instrumental técnico-operativo efetivo nos processos de trabalho.

Entende-se, ainda, que a profissão é indissociável das transformações que ocorrem na sociedade capitalista e deve estar em constante atualização, com vistas a atender às demandas contemporâneas. Dessa forma, considera-se necessário compreender as configurações atuais dos processos de consultoria e assessoria em Serviço Social, como espaços de intervenção do assistente social. É necessário estar constantemente atualizado, atento às novas normas, novos instrumentos para acompanhar o desenvolvimento da profissão, articulando a relação ética e a operacionalização do trabalho, usando seus instrumentos de trabalho de forma correta, fortalecendo o agir profissional em base teórica social crítica com princípios das três dimensões da profissão que se estabelecem em teórica metodológica, ética política e técnica operativa.

Torna-se importante destacar a percepção das assistentes sociais durante a pesquisa, em relação ao seu protagonismo no espaço ocupacional da consultoria e assessoria, trazendo aspectos fundamentais que consolidaram seu fazer profissional no desenvolvimento do trabalho social presentes em suas falas:

Na área habitacional, nós seguimos um plano de trabalho, mas ele não é um plano que é amarrado, você em cima dele pode criar outras ações. Então, nesse sentido, o assistente social tem sim autonomia, de saber como que vai desenvolver da melhor forma seu trabalho, porque o âmbito da Consultoria e Assessoria, exige do profissional um conhecimento técnico não somente daquilo que está estipulado ali no projeto, no plano ou no cronograma, mas daquilo que vem surgindo através das demandas, você tem sim autonomia de fazer, de viabilizar parcerias, de intervir, de trabalhar da melhor forma a intersetorialidade, de trabalhar multidisciplinaridade dentro do serviço social, articular sua ação com os demais campos de atuação, então isso é autonomia, é o protagonismo que a gente aprende na nossa formação acadêmica que a gente coloca isso em prática (AS1; AG: 2017; TVE: contrato tempo determinado; TAI: 03 anos).

O Assistente Social é protagonista por ser executor de transformações no campo de consultoria e assessoria, assim como estamos em constante busca de conhecimentos para desenvolver as ações de melhoria da vida das famílias, que são demandas diferentes em cada Projeto Habitacional. O assistente social como consultor ou assessor, tem autonomia para desenvolver o seu trabalho, seja mediante a viabilização de direitos com instituições parceiras que trabalham com as Políticas Públicas, seja fazendo planejamento e tecendo estratégias para alcance das ações de cunho orientativo, que são objetivo do Projeto Social (AS2; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

O Assistente Social ele é protagonista por ser o criador das ferramentas necessárias para a execução das ações pertinente ao trabalho que está relacionado com a Consultoria e Assessoria no seu espaço ocupacional. O protagonismo está justamente no planejamento de estratégias, que podem ser alteradas de acordo com as demandas apresentadas pelas famílias, pois o projeto social é dinâmico e flexível. Quando estamos desenvolvendo nosso trabalho, temos autonomia para que este seja efetivado

da melhor forma possível junto às famílias beneficiárias (AS4; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Mediante as vozes dos assistentes sociais que desenvolveram o projeto social com as famílias do Residencial Cidadão Manauara I, torna-se pertinente analisarmos que a autonomia das profissionais se baseia na relação que o assistente social estabeleceu com os moradores, uma vez que o modo como construiu essa relação pôde proporcionar momentos de reflexão sobre o próprio fazer profissional e o significado social da profissão.

Diante do legado histórico da profissão, pode-se ressaltar o protagonismo crescente dos assistentes sociais na prestação de serviços sociais, no campo do planejamento, da gestão e execução das políticas, dos programas, dos projetos e serviços socioassistenciais, no avanço da área acadêmica, na avaliação do processo de formação profissional, na área da pesquisa, na área de produção de conhecimento e na própria organização política da categoria (PIANA, 2009, p. 101).

Entendo que autonomia é a capacidade e a competência do profissional de tomar decisões, determinar seu exercício profissional, dar direção ao que faz em função de sua qualificação profissional, porém, essa autonomia é relativa na medida em que é mediada pelos objetivos e determinantes presentes na organização.

O assistente social é um profissional dinâmico que atua diretamente no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, formulando e executando propostas interventivas, voltadas em sua maioria para as camadas populares, nas quais vale ressaltar as demandas habitacionais presentes na atual conjuntura política, econômica e social. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia, sempre relativa, do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho (IAMAMOTO, 2000).

A especialista AS5 corrobora com sua percepção sobre a autonomia profissional, destacando que no projeto social, esse profissional que presta assessoria e consultoria:

ele é um profissional que tem autonomia para desenvolver tanto o que já vem no plano de trabalho ou para modificar aquilo que ele identificou conforme a realidade das famílias em si, precisando ser acrescentado algo a mais para trazer para a população, porque os resultados que são apresentados com a atuação do profissional no Programa Minha Casa Minha Vida, concerne à nova moradia deles, seja uma mudança até mesmo de pensamento, de mentalidade, de hábito, de entender que ele é parte fundamental para a melhoria da qualidade de vida, na questão do foi viabilizado, então eu entendo que o assistente social tem sim autonomia nas suas atribuições que envolve a questão de assessoria e consultoria, tornando-se protagonista no que compete o desenvolvimento do seu trabalho nesse espaço de atuação profissional (AS5; AG: 2014; TVE: MEI; TAI: 07 anos).

Como já salientado, o assistente social, em função de sua qualificação profissional, dispõe de uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na condução de suas atividades. Dito isso, consideramos muito importante ter feito conhecer o exercício profissional dos Assistentes Sociais no âmbito da consultoria/assessoria, em Projetos de Trabalho Social (PTS) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de forma a permitir uma aproximação com a realidade social das famílias atendidas e acompanhadas pelas profissionais. As consultorias/assessorias podem ser instrumentos de socialização de informações e conhecimentos, espaço de viabilização de direitos e de vivência das contradições sociais presentes no campo de correlações de forças.

A partir do conhecimento adquirido sobre a temática, percebe-se nos processos de assessoria e consultoria uma forma estratégica de se inserir no mercado de trabalho, de se aproximar da classe trabalhadora e de trabalhar em prol do projeto ético-político da profissão. Nisso implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2000).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental que o profissional consultor ou assessor tenha conhecimento da realidade da demanda a ser trabalhada e que utilize das ferramentas e estratégias necessárias para efetivar a realização do seu trabalho profissional, buscando mecanismos que viabilizem direitos e buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas mediante suas habilidades técnico-profissionais, nisso consiste o protagonismo do assistente social, conforme exposto pela profissional AS7.

O Assistente Social está diretamente responsável pela elaboração e execução das atividades, utilizando-se de todas as ferramentas, instrumentais e estratégias necessárias para a realização do trabalho, visando alcançar todos os objetivos propostos nas áreas de intervenção. Quando inicia o trabalho social, nós fazemos uma pesquisa, procuramos conhecer a realidade de cada família, quais seus anseios, seus objetivos, o que elas estão buscando, pois sabemos que não se limita somente a moradia. É o profissional que está ali e percebe que existem pessoas que precisam viabilizar seus direitos, outras que precisam ser inseridas no mercado de trabalho, outras que buscam capacitação e dessa forma procuramos planejar e tecer estratégias para que possamos de todos os meios possíveis alcançar êxito em nossas ações com essas famílias, não ficando limitado ao que está previsto fazer no Projeto Social. Sabemos que podemos fazer muito mais e dessa forma contribuir bem mais, nisso consiste nosso protagonismo (AS7; AG: 2011; TVE: MEI; TAI: 04 anos).

Neste sentido, o assistente social apresenta maturidade profissional para trabalhar com os processos de assessoria e consultoria, tendo clareza do projeto ético político da profissão, reconhecendo as expressões da questão social em seus espaços de intervenção, efetivando este

espaço sócio-ocupacional como competências e atribuições privativas que são do Serviço Social, com capacidade de criar novas estratégias e possibilidades de trabalho.

Sendo assim, retoma-se a importância das competências e habilidades do profissional, pois se facilita o acesso no ambiente de trabalho no momento em que o profissional demonstra ser articulado, com bom relacionamento interpessoal e facilidade de comunicação, a fim de inserir-se no ambiente de forma positiva, favorecendo a própria execução do trabalho e, quando necessário, participação dos envolvidos (OZELAME, 2018, p. 68).

Embora tenha suas condições objetivas de trabalho determinadas pelos empregadores, o Assistente Social possui certa autonomia relativa na realização do seu trabalho. Logo, ao desenvolvê-lo, segundo Oliveira (2019, p. 36),

pode imprimir em suas ações uma dupla possibilidade: a de contribuir para a reprodução da cultura social vigente, como uma extensão dos interesses das instituições, ou expandir suas ações para a transformação daquela realidade com o propósito de superação dessa sociabilidade.

Os espaços de atuação profissional na Assessoria e Consultoria são entendidos como intervenções planejadas, presentes nas organizações de natureza diversas, como atividades de mudança planejada a partir da identificação de situações e necessidades a serem alteradas ou aperfeiçoadas pela intervenção de um assessor ou consultor. Este, facilitador de processos e aprendizagem mútua que utiliza as melhores ferramentas para alcançar os objetivos de determinada ação ou projeto (OLIVEIRA, 2019).

Segundo Azevedo (2013, p. 88):

Com esse panorama histórico e considerando que é pela conformação da ordem societária que são criadas as condições pelas quais a profissão e o espaço das consultorias serão demandadas e legitimadas, podemos apontar que esses não são tempos fáceis, devido à ampliação e aumento de dificuldade do leque das situações e expressões da Questão Social em que o profissional Assistente Social atua. Nova roupagem para antigas demandas, demandas mais complexas.

Além desses elementos, cabe aos profissionais que prestam serviços de consultoria e assessoria produzir conhecimentos e sistematizar sua prática profissional de forma a auxiliar outros profissionais que anseiam ocupar esse espaço. A assessoria e consultoria protagonizam um processo de troca.

A partir da análise dos dados, ampliam-se as competências e atribuições dos assistentes sociais, tanto para atuação profissional em esfera pública, como para atuação profissional, considerando que estes profissionais podem prestar assessoria e/ou consultoria. Concordamos com Ozelame (2018, p. 65), quando cita:

Elaboração de diagnóstico social a partir da análise de realidade, visando a criação de estratégias de trabalho e auxílio na tomada de decisão;
Elaborar relatórios e avaliações para implementação/implantação de políticas sociais, programas e serviços;
Contribuir para um exercício profissional mais qualificado de sujeitos e/ou equipes, no sentido de luta por direitos das classes trabalhadoras ou de incentivo à busca desses direitos por parte dos trabalhadores;
Incentivar a participação, a autogestão, a emancipação, o igualitarismo, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social, entre outros.

Amplia-se, de acordo com a autora, o exercício profissional nos processos de assessoria e consultoria, desenvolvendo inúmeras competências e habilidades, dentre quais se destaca:

Desenvolvimento de estratégias para a efetivação do projeto ético-político da profissão;
Capacidade e habilidade de inserir-se em equipes interdisciplinares, de introduzir mudanças, de implantar projetos e programas;
Desenvolvimento da capacidade de iniciativa e de criatividade;
Utilizar instrumentos que possibilitem o desvelamento do movimento da realidade social;
Realizar estudos, levantamento de dados, análises de realidade, de historicidade, de vivências do cotidiano;
Propor planejamento, organização, execução e avaliação de ações desenvolvidas (OZELAME, 2018, p. 66).

Portanto, diante das reflexões sobre as configurações do trabalho do Assistente Social no âmbito da Assessoria e Consultoria no Serviço Social, infere-se que esses são processos de trabalho no qual se inserem o Assistente Social presente nos espaços ocupacionais pesquisados do Serviço Social na política habitacional, especialmente no planejamento e desenvolvimento das ações e serviços que fazem parte do Projeto de Trabalho Social. Igualmente, compreender as dinâmicas e contradições dessa realidade é importante para a ampliação do entendimento sobre esse campo profissional, assim como dos espaços de trabalho a serem ocupados e dos instrumentais a serem desenvolvidos pelos Assistentes Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo pretendem contribuir para o debate acerca do trabalho profissional do Assistente Social no âmbito da Assessoria e Consultoria, indicando possibilidades para consolidação e ampliação desse espaço ocupacional para o profissional de Serviço Social, de modo particular, na política habitacional, tomando-se como referência o desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM.

Destaca-se que os processos contraditórios da sociedade contemporânea exigem dos Assistentes Sociais, além do compromisso com as famílias contempladas, uma atuação crítica, propositiva e planejada, sendo direcionada pelos princípios ético-políticos, explícitos e conscientes, por meio da articulação permanente das capacidades teórico-metodológicas, técnica-operativas, e ético-políticas do Serviço Social.

Dessa forma, analisamos, com base na manifestação dos sujeitos entrevistados, que os fundamentos teórico-metodológicos foram fundamentais na formação profissional, contribuindo na construção do pensamento crítico e consolidando sua direção social, comprometida com o projeto ético-político da profissão, porém verificamos que é necessário que haja maior ampliação na formação ensino/pesquisa/extensão sobre o processo de consultoria/assessoria, principalmente na organização da grade curricular.

Vimos que o Trabalho Social nas intervenções habitacionais, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações integradas e interligadas às dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária desses programas e que ainda prezam pela participação ativa desses indivíduos, ou seja, dando-lhes oportunidades para que eles sejam agentes de sua própria vida.

A atuação dos assistentes sociais na área habitacional na condição de consultores e assessores sinaliza para a instrumentalização de pessoas e comunidades no conhecimento de seus direitos e deveres, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma prática de autonomia e de potencial de sua defesa, uma vez que identificamos a busca de estratégias para uma atuação crítica, no sentido de orientar a população nos aspectos relacionados aos direitos sociais e ao sentimento de pertencimento com a nova moradia.

Os processos de consultoria e assessoria, constitutivos da competência e atribuição do Assistente Social, conforme a Lei 8.662, de 1993, tem como base o construto teórico-metodológico que ampara a atuação profissional nas mais diversas áreas e seguimentos. Suas

atividades neste espaço profissional estão elencadas nas competências e atribuições do assistente social, conforme legislação brasileira, a qual surgiu para propiciar a legitimidade e reconhecimento de tal prática profissional no Serviço Social.

O estudo apontou que as constantes mudanças presentes na atual conjuntura exigem dos Assistentes Sociais qualificação contínua de suas práticas operativas. O atual contexto histórico demanda um profissional versado no instrumental técnico-operativo e que seja capaz de desenvolver suas competências e atribuições nos níveis de assessoria e/ou consultoria, através do planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas junto aos usuários do Serviço Social.

A atuação das Assistentes Sociais entrevistadas apresenta expertise no desenvolvimento do trabalho social junto às famílias residentes no Residencial Cidadão Manauara I, demonstrando capacidade técnica e operativa em intervir frente a várias demandas e pluralidade de questões surgidas no cotidiano do exercício profissional, demonstrando conhecimento na área de atuação e comprometimento ético na busca de soluções e viabilização de direitos. Identificamos, ainda, que os profissionais de posse do conhecimento da realidade das famílias, constroem instrumentos operacionais e técnicos que irão nortear e efetivar as ações implementadas no trabalho social junto às famílias beneficiadas. Os instrumentais são constitutivos dos processos de trabalhos, sendo elementos técnicos para o desenvolvimento da intervenção profissional. Destacamos o planejamento como instrumental preponderante nesses cotidianos profissionais, contribuindo para o desenvolvimento de ações ancoradas na perspectiva democrática e na efetivação dos direitos sociais, com vistas à emancipação política e humana dos sujeitos sociais.

O compromisso ético-político das profissionais de Serviço Social entrevistadas e essa qualificação propiciaram capacidades indispensáveis para uma intervenção crítica e criativa por parte dessas profissionais, na busca de compreensão das dinâmicas e contradições da realidade vivenciada junto à população contemplada, sinalizando a importância para a ampliação do entendimento sobre esse campo profissional, assim como, dos espaços de trabalho a serem ocupados, e dos instrumentais a serem desenvolvidos pelos Assistentes Sociais.

Destaca-se a importância de estudos sobre o exercício profissional do Assistente Social na esfera da Assessoria e Consultoria no Serviço Social, tanto para os profissionais do campo, quanto para a categoria profissional, na perspectiva de debates e reflexões comprometidas com a classe trabalhadora, na construção de estratégias de resistência e superação da sociedade capitalista. Entretanto, o espaço ocupacional do Assistente Social é constructo da história e sofre influência direta dos determinantes econômicos, sociais e culturais da sociedade

capitalista. Diante disso, a partir do momento em que a Assessoria e a Consultoria, no exercício profissional do Assistente Social, são direcionadas pelos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, se configuram como estratégias de enfrentamento à contraditória conjuntura de regressão dos direitos e na defesa da demanda atendida e/ou acompanhada.

Analisa-se que os assistentes sociais consultores ou assessores, para operacionalizar o projeto de trabalho social que envolve várias ações que iniciam antes da entrega dos imóveis e continuam após a mudança dos beneficiários, desenvolveram um conjunto de competências e habilidades que lhes permitiram obter: uma visão global e estratégica da demanda apresentada; capacidade de leitura crítica e propositiva da realidade; capacidade argumentativa, comunicativa, relacional e negocial, bem como de articular pessoas e instituições em torno do trabalho em comum; estimular resultados; pensar e agir inovadoramente, ser flexível, criativo, imparcial, dinâmico e ousado. Suas ações devem ser planejadas mediante as pluralidades de questões e desafios que lhes serão impostas no percurso do exercício profissional. Cabe registrar que os profissionais assessores ou consultores não possuem uma receita pronta para a resolução das problemáticas habitacionais ou das famílias; sua destreza encontra-se nos conhecimentos específicos na área de atuação e no apontamento de soluções, possibilidades e estratégias perante ao público usuário e instituição contratante, com responsabilidade e comprometimento.

O assistente social também é um trabalhador assalariado, que possui seu trabalho estabelecido pelo contrato de trabalho, que assim como os outros trabalhadores vendem a sua força de trabalho, inserido nas contradições entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Portanto, é preciso se posicionar e ter clareza de que o Assistente Social intervém em espaços permeados de contradições, inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, inserindo-se como trabalhador assalariado no mundo do trabalho regido pelo neoliberalismo, não podendo negar a existência da precarização do trabalho, pois se compreende que os assistentes sociais, enquanto sujeitos trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, são também acometidos pelo processo de reestruturação produtiva. Dito isto, devemos continuar buscando condições mais efetivas no enfrentamento, direcionamento e posicionamento perante as contradições existentes dentro das instituições nos quais os assistentes sociais estão inseridos.

Salientamos que a trajetória do trabalho social em habitação revelou momentos importantes de protagonismo e de contribuição dos profissionais com a construção de uma política habitacional e urbana conectadas com a democracia, cidadania, participação e atendimento as demandas da população, um processo permeado de contradições, limites e

desafios. Os relatos das profissionais entrevistadas chamam atenção para um espaço de atuação emergente que é permeado por contradições, mas que apresenta possibilidades de avanços, pois é um espaço legitimado dentro da categoria profissional pela Lei de Regulamentação da profissão e a sua importância está na possibilidade de esse espaço se concretizar como um potencial contribuinte na efetivação do atual projeto hegemônico de profissão da categoria, mesmo com tantos desafios postos aos assistentes sociais em sua atuação profissional.

Mediante o resultado da pesquisa, verificamos que é necessário fazer uma leitura crítica da conjuntura apresentada aos profissionais assessores ou consultores, buscando capacitação permanente para planejar e elaborar estratégias de ação que estabeleçam o enfrentamento aos desafios e às expressões da questão social tão presente na realidade das famílias beneficiadas, tendo competência para trabalhar em equipe, sendo criativos, dinâmicos, com atuação voltada para os princípios ético-políticos da profissão.

De fato, pelos poucos estudos e bibliografia restrita dos processos de trabalho das assessorias e consultorias em Serviço Social verifica-se que este campo profissional precisa ser mais bem compreendido pela profissão, até pela exigência intrínseca da capacitação continuada. Assim, torna-se necessário à profissão a ampliação dos debates sobre o tema, o conhecimento crítico de tais práticas e sua efetivação consciente no âmbito do Serviço Social.

Embora seja um campo de trabalho do serviço social, a própria categoria dos profissionais desconhece os profissionais como assessor e/ou consultor. Neste âmbito de atuação verifica-se também como um retrocesso, a falta de reconhecimento do trabalho dos assistentes sociais de forma eficiente e eficaz e ser melhor compreendido pela categoria profissional.

Neste sentido, um desafio encontrado está na busca pela ampliação deste espaço profissional, buscar que este campo seja reconhecido pela própria categoria, um espaço ocupacional que precisa ser debatido de forma ampliada também pelos conselhos profissionais.

Portanto, as reflexões propostas nesta dissertação pretenderam contribuir para o debate da Assessoria e Consultoria como possibilidade de atuação para o Assistente Social, dentro dos espaços ocupacionais do Serviço Social. Um processo que precisa ser utilizado, debatido e aprimorado de forma estratégica pela categoria profissional, uma vez que esse espaço de atuação é legítimo, sendo importante que novos estudos venham se somar a ela, bem como os resultados da mesma possam ser compartilhados, discutidos e problematizados pela categoria, na direção da sua qualificação e como subsídio para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

_____. **Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just in time**. In: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil: Contradições, Impasses e Desafios Socioespaciais**, 4º ed. São Paulo. Moderna 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Políticas públicas e mercado de trabalho profissional do assistente social**. In: *Serviço Social: trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Cleusimar C.; ROGRUGUES, Elisangela P; VILELA, Taisa A. S. **Responsabilidade do Estado enquanto provedor de políticas públicas e o serviço social: aspectos polêmicos**. IN: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Minas Gerais: CRESS, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, maio/agosto, 2014.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo: 2020a.

_____. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0**. In: ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8/11/ 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, ed. especial, p. 58-76, 1997.

AZEVEDO, Sergio de. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. RIBEIRO Luiz Cezar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, p. 73-101, 1996.

_____. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. Coleção Habitare ANTAC: Porto Alegre, 2007.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **Consultoria Empresarial: o Serviço Social posto à prova**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Paulo/SP, 2013.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo, liberalismo e origem da política Social**. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Política Social: Fundamentos e História*. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BENEVIDES, GEIS DE OLIVEIRA. **Trabalho Profissional e Gestão no Serviço Social: Subsídios Teóricos para compreensão da Gestão como atividade inerente ao Trabalho do Assistente Social**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social do Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo ISSN 1984-5766, Nº1-2008.

_____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Teoria e Debate, v. 82, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

BOTÃO, Márcia. **Serviço Social e consultoria empresarial** / Márcia Botão. – Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A Política Habitacional no Brasil (1930-1990)**. In: Periódico de Divulgação Científica da FALS, v.2, n. 2, São Paulo 2008. Disponível em < <http://www.fals.com.br/revela5/politicahabitacional.pdf> > Acesso em: 03 Julho, 2021.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 2007.

BRASIL, **Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação**. Lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009. Brasília, DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Habitação: **Trabalho Social em Projetos e Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2010.

_____. **Política Nacional de Habitação. Cadernos M Cidades Habitação**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Estatuto da Cidade: **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001** - 3 ed. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. **Lei N. 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10. ed. Ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BUONFIGLIO, L. V. **Habitação de Interesse Social**. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018.

CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. **Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 142, p. 488-507, set./dez. 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada**. XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a Zona Franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica**. Tese. Doutorado em Sociologia. Programa de pós-graduação em sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Letícia Leal de. **A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida e sua relação com a provisão de infraestrutura social: os casos de Guarulhos e de Itaquaquecetuba**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas - Universidade de São Paulo, 2018.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas**

Políticas Sociais, nº 2. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>.

_____. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília, 2012.

_____. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. CFESS. Brasília (DF), 2016.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947**. Brasília: CFESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

_____. **Código de ética profissional do assistente social 1986**. Brasília: CFESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

_____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Lei n. 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. 73 p.

CFESS. **Carta de Maceió**. Brasília: CFESS, 2016.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009a (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. (Versão Preliminar). Grupo de trabalho Serviço Social na Saúde. Brasília: CFESS, 2009b.

_____. **Resolução CFESS, n. 493/2006, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região AM/RR. **COLETÂNEA DE LEIS**. 3ª. ed. - Manaus: Editora Valer, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Habitação: Política Nacional de Habitação**. – Brasília: CNM, 2012.

CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da. **A diversidade de atuação do serviço social: desvelando o processo de trabalho**. Porto Alegre: Faith, 2010.

DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. In: Serviço Social e Sociedade, 2013.**

DELORENZO, Adriana. VILLAROSA, Francisco Di. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais**, Publisher Brasil 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto**. Manaus: Valer, 2007.

DIAS, Lazaro Cezar; CAMARGOS, Luiza Karla Castilio. **Um Brasil Dividido: consequências da financeirização e da crise política das últimas duas décadas na economia**. Revista Multiface Online, v. 5, n. 1, p. 5-16. Belo Horizonte, 2017.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Impactos Econômicos do Corte do Programa Casa Verde Amarela em 2021. DIEESE, novembro de 2021.

FALCÃO, Raquel da Silva Marinho. **Serviço Social e direitos humanos: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual. (a partir da crítica marxista ao conceito de direitos humanos) / Raquel da Silva Marinho Falcão. - Recife: O Autor, 2014.**

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O Processo de Urbanização Brasileiro e a Função Social Urbana**. In: Coord. Rosa, Júnia Santa. Denaldi, Rosana. Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Curso a Distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

FERREIRA, Luciana Azevedo Souza. **A Dimensão Técnico-Operativa na Formação Profissional em Serviço Social em Instituições presenciais do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife/PE, 2015.

FERREIRA, Sabrina Moraes. **Analisando a construção do espaço urbano em Manaus: Prosamim, uma vitrine para o capital?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas UFAM. Manaus/AM, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. In: FORTI e GUERRA (Org.), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. **Assessoria e consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio C. de. (Org). Assessoria, consultoria & Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 170-187.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. **Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 114, p. 266-289, Junho, 2013.

GOMES, M. R. B. **Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do serviço social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 357-380, 2015.

GUERRA, Y. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** In: *Libertas/UFJF*, Faculdade de Serviço Social, v. 2, ano 2, jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002.

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, C.M dos; BACKX, S. GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2012. MATOS, M. C. **Serviço Social, Ética e Saúde - Reflexões para o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2013.

GUERRA, Yolanda. **Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao serviço social brasileiro.** In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (orgs.). **Serviço Social: Formação, Pesquisa e Trabalho Profissional em diferentes contextos.** Teresina: EDUFPI, 2020.

GUILHERME, R. C. **Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica** (Community development and Social Service: between compliance and criticism) Doi: 10.5212/Emancipacao. v. 12i1. 0009. *Emancipação*, v. 12, n. 1, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O serviço social na cena contemporânea.** In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais* – Brasília: CFESS/ABEPSS, p.16 -50, 2009.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais* – Brasília: CFESS/ABEPSS, p.342-375, 2009.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade** in CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª. edição ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **O serviço social na cena contemporânea.** In: Serv. Soc. Soc.: Formação, Trabalho e Lutas Sociais. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** In: *Diálogos do Cotidiano – Assistente social. Reflexões sobre o cotidiano profissional*, Caderno 1. CFESS, 2021.

_____. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora.** In: *Diálogos do Cotidiano – Assistente social. Reflexões sobre o cotidiano profissional*, Caderno 1. CFESS, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** 19. ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 2006.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Pensamento social no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LEITE, Luiz Augusto Mattana da Costa et al. **O consultor: papel, perfil e relação com o cliente.** In Consultoria em Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 31-52, 2005.

_____. Projeto de Consultoria. In **Consultoria em Gestão de Pessoas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 31-52, 2005.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Bruna Massud de. **Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011. Disponível em << www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/.pdf>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; OZELAME, Géssica Cristina. **Os Fundamentos e as Mediações Metodológicas da Assessoria/Consultoria no Trabalho do Assistente Social.** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Cidade Universitária da UFMA. São Luiz/Maranhão – Brasil, 2017.

MARICATO, Erminia. **Habitação e Cidade.** 7º ed. São Paulo. Editora Atual, 1997.

_____. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise; IPEA, 2006.

_____. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana.** 3 ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2008.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis – RJ. Vozes, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico.** Tradução de Alex Marine. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção A Obra Prima de cada autor)

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica.** In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. V.1 (p.513 - 529) – Brasília, 2009.

_____. **Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social.** In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs.). Assessoria, Consultoria & Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço Social, Ética e Saúde - Reflexões para o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade -** In: Serviço Social & Sociedade: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social. São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, R. C. T. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco:** contribuições para o debate. Florianópolis: UFSC/DSS/CSE, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** In: Serv. Soc. Soc.: Formação, Trabalho e Lutas Sociais. São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; MONTEFUSCO, Carla. **A educação permanente no processo de qualificação dos serviços da consultoria/ assessoria social.** Grupo Temático: Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: Anais do XX Seminário de Pesquisa do CCSA, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente a crise contemporânea** in CFESS, ABEPSS. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005a.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso.** Edua: Manaus, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologias, práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. **Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 737-749, out./dez. 2010.

OLIVES, Sara Judy Christie de. **Desafios e fragilidades do trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal**. Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal/RN, 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/docs/> Acesso em: 21 de agosto 2021.

OZELAME, Géssica Cristina. **Assessoria e Consultoria em Serviço Social: o ensino e o exercício profissional em debate**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS - 2018.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira; TABOADA, Kleid Junqueira. In Ministério das Cidades. Aula 03. **Metodologia do trabalho social em Habitação**. Curso à distância Trabalho Social em Habitação. Ministério das Cidades. 2010.

PAZ, R.; ARREGUI, C. (Orgs.). **Trabalho Social, territórios e moradia: a construção da cidade**. São Paulo: Veras Editora, 2018.

PEREIRA, P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas**. In: PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Assessoria e Consultoria nas Instituições e Projetos Sociais**/ Vera Lúcia Hoffmann Pieritz: UNIASSELVI, 2016.

PIMENTEL, Juliana Rosa. **Que trabalho social é esse? intervenção social em programas de provisão habitacional e de urbanização**. XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. [CD ROM], Juíz de Fora/MG. ABEPSS. 2012.

PINTO, Marina Barbosa. **Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional**. In: Serv. Soc. Soc.: Formação, Trabalho e Lutas Sociais. São Paulo, n. 120, p. 662-676, out./dez. 2014.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1977.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.107, p.420-437, Jul/Set. 2011.

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social:** tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, 2013.

_____. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo.** In: RAICHELIS R. et al. (orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Atribuições e competências profissionais revisitadas** — A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI/CFESS). *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2019.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. **Contrarreforma trabalhista no Brasil: desproteção da classe trabalhadora e desmanche de direitos.** In: SILVA, Ademir Alves; PAZ, Rosângela D. Oliveira (orgs.). *Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea*. São Paulo: Paulinas, 2019.

RAICHELIS, Raquel e ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

RIBEIRO, Rubiane de Souza. **O Trabalho do Assistente Social e sua inserção no Processo de Trabalho em Saúde:** um olhar sobre a atenção primária e a estratégia saúde da família. *Libertas, Juiz de Fora*, v.8, n.1, p. 91 - 109, 2008.

SANTANA, Joana Valente. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no município de Belém:** tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da Participação Social. 2006. 321f. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

SANTOS, Flávia de Sousa. **Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida: Uma Perspectiva de Desenvolvimento como Liberdade.** In: *Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás – UEG* ISSN: 1809-970X. *Revista de Economia*, Anápolis-GO, vol. 11, nº 01, p.221-234 Jan./Ago. 2015. Acesso através do link: <http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/about/index>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SANTOS, Claudia Monica. **Os instrumentos e técnicas:** mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Claudia Monica; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKS, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para a reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013. p. 24.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. **Trabalho Social e Política Habitacional: entre concepções e discursos**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Pará- UFPA. Belém/PA, 2013.

SERRA, R. M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. Editora Cortez. São Paulo. 1989.

SILVA, Márcia Perales Mendes; VALLINA, Kátia de Araújo Lima (org.). **O Assistente Social e as mudanças no mundo do trabalho** / Organizado por Márcia Perales Mendes Silva e Kátia de Araújo Lima Vallina. – Manaus: EDUA, 2005.

SILVA, Márcia Nogueira da; SILVA, Anália dos Santos. **Assessoria em serviço social e as políticas para o público infante-juvenil: uma experiência no ministério público do estado do rio de janeiro**. Rio de Janeiro, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **Universidade Federal de Santa Catarina. A mobilização no planejamento estratégico participativo municipal**. Florianópolis, 1998.

SIMÕES, Carlos. **A profissão e a Lei dos Assistentes Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Parte VII. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3).

SPOSATI, Aldaíza; TOLEDO, José Roberto de (org). **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TEIXEIRA, J.B. e BRAZ, M. **O projeto ético político do Serviço Social** in CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. In: *Revista Temporalis*, ano 2, nº 4, jul/dez, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Relação Teoria/ Prática: O Processo de Assessoria/Consultoria e o Serviço Social**. Texto publicado na Revista Serviço Social Sociedade nº 56, São Paulo, Cortez Editora, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo. Global Editora. 1986. Disponível em www.flaviovillaca.arq.br/livros. Acesso em 14 de junho de 2021.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Deák, Csaba. Schiffer, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 169-243.

VOSS, Anne. **Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais**/Anne Voss. Curitiba: InterSaberes, 2019.

YAZBEK, M. C. **Estado e Políticas Sociais**. Revista Praia Vermelha. 18. ed. UFRJ. Rio de Janeiro, segundo semestre 2005.

YAZBEK, Maria. **A dimensão política do trabalho do trabalho do assistente social**. Serv.Soc.Soc., São Paulo, n. 120 p. 677-693. Out/Dez. 2014.

APÊNDICE A

(Caracterização Geral dos Entrevistados - (Pessoal – Formação Acadêmica – Atuação Política)

Sujeito	Sexo	Idade	Natural	Município	Ano de Formação na Graduação	Instituição de Graduação	Titulação	Atividades realizadas pelos órgãos da categoria das quais participou	Ano da participação
AS1	F	26	AM	Manaus	2017	UNINORTE	Especialização	Semana de Serviço Social	2017
AS2	F	47	AM	Coari	2014	Martha Falcão	Especialização	Não Informado	Não Informado
AS3	F	60	AM	Manaus	2012	Universidade Anhanguera - Uniderp	Especialização	- Semana de Serviço Social - Assembleia - Curso/Oficina	2012 2014 2015
AS4	F	33	AM	Carauari	2014	Martha Falcão	Especialização	Semana de Serviço Social	2012
AS5	F	31	AM	Carauari	2014	UNINORTE	Especialização	Não Informado	Não Informado
AS6	F	55	PA	Monte Alegre	2008	Universidade Nilton Lins	Especialização	Curso/Oficina	2009
AS7	F	44	AM	Itacoatiara	2011	Universidade Anhanguera – Uniderp	Especialização	Semana de Serviço Social	2015

APÊNDICE B

Caracterização Geral dos Entrevistados – atuação profissional

Sujeito	Natureza da Instituição de Trabalho	Área de Consultoria e/ou Assessoria que tem atuação	Modalidade da Consultoria e/ou Assessoria	Cargo ocupado na Instituição	Tipo de Vínculo Empregatício	Jornada de Trabalho Semanal	Tempo de Atuação Profissional na Instituição	Tempo de Atuação como Assistente Social	Possui outro vínculo empregatício ?
AS1	Privada	- Habitação - Projetos Sociais	Externa	Assistente Social	Contrato por tempo determinado	30h	03 anos	03 anos	Não
AS2	Privada	- Habitação - Projetos Sociais - Assistência Social	Externa	Assistente Social	MEI	30h	07 anos	09 anos	Sim
AS3	Privada	- Habitação - Projetos Sociais - Assistência Social - Família	Externa	Assistente Social	Contrato por tempo determinado	30h	07 anos	07 anos	Não
AS4	Privada	- Habitação - Projetos Sociais	Externa	Assistente Social	MEI	30h	07 anos	05 anos	Não
AS5	Privada	- Habitação - Projetos Sociais	Externa	Assistente Social	MEI	30h	07 anos	07 anos	Não
AS6	Privada	- Habitação - Projetos Sociais	Externa	Assistente Social	MEI	30h	06 anos	06 anos	Não
AS7	Privada	- Habitação - Projetos Sociais - Assistência Social	Interna e Externa	Coordenadora e Assistente Social	MEI	30h	04 anos	09 anos	Não

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada **“O Trabalho do Assistente Social no Âmbito da Consultoria e Assessoria no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus/AM”**, que será realizado por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Carliane Castro Silva, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, bloco Mário Ypiranga, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), setor norte, telefone: 3305-2349/99342-4332/ e-mail: carlianecsilva@hotmail.com, sob orientação da professora Doutora Márcia Perales Mendes Silva, endereço institucional: R. Sobradinho, 100 - Flores, Manaus - AM, 69043-160, FAPEAM, telefone: 3878-4000/99162-6774/ e-mail: marcia.perales@gmail.com.

A pesquisa em tela tem como objetivo geral: Analisar os entraves e as possibilidades para consolidação e ampliação do espaço ocupacional do assistente social nos processos de consultoria e assessoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM. Como objetivos específicos pretende identificar os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que embasam a atuação profissional dos Assistentes Sociais nos processos de consultoria e assessoria; Avaliar potencialidades e limites da consultoria e assessoria como espaço ocupacional, a partir da visão dos assistentes sociais que trabalharam no desenvolvimento do Projeto Social no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida; Refletir sobre avanços, retrocessos e desafios em relação ao protagonismo do assistente social no desenvolvimento de suas atividades nessa área de atuação profissional. Acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar o debate e a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais nesse espaço ocupacional.

A pesquisa ocorrerá com Assistentes Sociais que participaram da execução do Projeto de Trabalho Social - PTS no Residencial Cidadão Manauara I, no âmbito da consultoria e assessoria através da Empresa Seven Consultoria e Projetos. Caso aceite participar, você poderá optar na escolha da modalidade de sua participação durante a pesquisa:

- (a) A pesquisa poderá ser adotada na forma presencial, tomando todos os cuidados e medidas necessárias de acordo com os protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias e da Biodiversidade da UFAM, como: uso obrigatório de máscara, distanciamento social de no mínimo 1,5m e uso de álcool em gel, com horário, local e data acordados com antecedência entre pesquisador e entrevistado, ou
- (b) Via remoto (virtual). Neste caso, as entrevistas serão agendadas via contato telefônico ou por e-mail e acessadas via link de sala virtual do google forms a serem disponibilizadas aos sujeitos da pesquisa de forma prévia, conforme estabelecido na Carta

Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, consistindo dessa forma a garantia de proteção do sujeito participante e seus dados, em qualquer fase da pesquisa.

Você, se aceitar participar, irá contribuir com sua experiência para a imersão do exercício profissional dos assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional de consultoria e assessoria, considerando que estes processos são atribuições privativas e competências profissionais do Assistente Social. A técnica a ser utilizada junto aos pesquisados é a entrevista semiestruturada que serão captadas por meio de recursos eletrônicos como gravadores. As entrevistas terão duração de aproximadamente 60 minutos. É possível que seja proposto outro encontro para aprofundarmos aspectos que aparecerem na coleta de informações, e este só acontecerá caso seja do seu interesse e conforme sua disponibilidade.

Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral - é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Sobre o risco da pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, fazendo com que a entrevista se torne um momento prazeroso. Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum desconforto, constrangimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços ou organizações não governamentais que prestam apoio nestas situações. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Ou seja, está assegurado o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Para tanto, o benefício deste estudo será o proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa (Dos Termos e Definições II. 4, Res. CNS nº 466/2012). Dessa forma devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, e para minimizar tais riscos, a pesquisa atenderá rigorosamente aos critérios do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em consonância com as Resoluções: CNS nº 466/2012; CNS nº 510/2016. Mediante essas normativas certifica-se a responsabilidade de evitar, minimizar e/ou tratar a existência do risco e danos ao ser humano.

Você não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. No sentido de relevância desta pesquisa em decorrência de sua participação elenca-se o aprofundamento do debate teórico, a produção de conhecimento e do posicionamento do Serviço Social frente aos

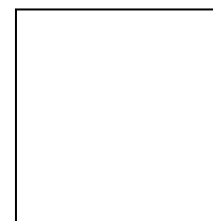
processos de consultoria e assessoria. Os resultados da pesquisa serão analisados e poderão ser publicados, mas sua identidade não será divulgada. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (92) 99182-8392 e pelo e-mail: carlianecsilva@hotmail.com. O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de dialogar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar concordo em participar da pesquisa **“O Trabalho do Assistente Social no Âmbito da Consultoria e Assessoria no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus/AM”**, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Manaus, de..... de 2021

.....
Assinatura do Participante



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

.....
Carliane Castro Silva
Pesquisador Responsável
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM

APÊNDICE D



TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro nossa concordância e apoio institucional ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *“O Trabalho do Assistente Social no Âmbito da Consultoria e Assessoria no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus/AM”*, de natureza acadêmica científica, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, correspondendo ao Chamada 2020/01 do Edital Nº 037/2019-PROPEP, a ser conduzido sob a responsabilidade da pesquisadora Carliane Castro Silva, sob orientação da Profª. Drª. Márcia Perales Mendes Silva, cujo objetivo é “analisar a atuação dos profissionais assistentes sociais em ações no âmbito da consultoria e assessoria na execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus/AM”. Estamos cientes de que a pesquisa inclui a realização de entrevistas com assistentes sociais que atuaram no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social - PTS no Residencial Cidadão Manauara I. A pesquisa pretende contribuir para a imersão do exercício profissional dos assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional, considerando que estes processos são atribuições privativas e competências profissionais do Assistente Social.



HUDSON TAVARES DE ALMEIDA
Diretor/Presidente

SEVEN CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
CNPJ 18.737.991/0001-55

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA -
PPGSS

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: O Trabalho do Assistente Social no Âmbito da Consultoria e Assessoria no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus/AM.

Pesquisadora: Carliane Castro Silva

SUJEITO DA PESQUISA: Assistentes Sociais.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data da entrevista: _____

Nome Completo: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Modalidade da Consultoria e Assessoria: Interna () Externa ()

Desde quando?

Outras experiências de trabalho na área do Serviço Social:

Trabalha com Consultoria e/ou Assessoria desde ___/___/___

Ano/local de formação:

Cursos de aperfeiçoamento/pós-graduação:

Área:

2. QUESTÕES ORIENTADORAS PONTUAIS

1. Durante o seu processo de formação acadêmica, quais foram os principais embasamentos teórico-metodológicos e ético-políticos (aqueles mais marcantes e considerados importantes)?

2. Na elaboração do seu TCC, esses embasamentos foram significativos, relevantes? Foram priorizados? De que forma?

- 3.** Como os principais embasamentos (fundamentos) de sua formação impactaram na sua atuação profissional?
- 4.** Teve conhecimento durante sua formação acadêmica sobre os fundamentos referente a Consultoria e Assessoria no Serviço Social?
- 5.** Como apreende o trabalho da Consultoria e Assessoria no Serviço Social?
- 6.** Como foi a sua experiência profissional no âmbito da Consultoria e/ou Assessoria em Serviço Social no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social - PTS no Residencial Cidadão Manauara I, na Cidade de Manaus-AM?
- 7.** Quais os principais instrumentais de trabalho utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social?
- 8.** Quais as principais demandas que você recebeu no âmbito da Assessoria e Consultoria durante a execução do PTS?
- 9.** Quais as atribuições desenvolvidas por você?
- 10.** Quais as contribuições dos assistentes sociais no Programa Minha Casa Minha Vida, através da Consultoria e Assessoria?
- 11.** Quais os principais entraves enfrentados e possibilidades vislumbradas em relação à atuação dos assistentes sociais no campo da consultoria e assessoria?
- 12.** Avalia que as estratégias profissionais utilizadas por você ao desempenhar seu trabalho como consultor e/ou assessor foram as mais adequadas? Contribuíram para afirmar seu compromisso com o projeto ético-político da categoria profissional? Ou não?
- 13.** É possível citar alguns avanços nesse âmbito de atuação profissional em relação à assessoria/consultoria?
- 14.** Você identificaria alguns retrocessos nesse âmbito de atuação profissional em relação à assessoria/consultoria?
- 15.** Qual a sua percepção em relação ao protagonismo do assistente social no espaço ocupacional da Consultoria e Assessoria?
- 16.** Quais os principais desafios do assistente social na assessoria e consultoria, a partir da sua experiência profissional?
- 17.** De maneira avalia que os mesmos podem ser enfrentados e alcançados?

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA NO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, NACIDADE DE MANAUS/AM.

Pesquisador: CARLIANE CASTRO SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55189321.0.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.269.712

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Com o atual debate sobre os novos espaços sócio-ocupacionais e competências do Assistente Social a consultoria vem ganhando destaque. A Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei 8662 de 1993), identifica o exercício da consultoria e o da assessoria como uma atribuição privativa do profissional do Serviço Social, bem como uma competência que este profissional dispõe para efetivação do atual projeto de profissão. Nessa perspectiva, este trabalho expressa os estudos e debates sobre os processos de assessoria e consultoria, elencando-se como objetivo analisar os entraves e as possibilidades

para consolidação e ampliação do espaço ocupacional do assistente social nos processos de consultoria e assessoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM.

Trata-se de um estudo qualitativo, orientado pelo método materialismo histórico-dialético, que se amparou em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo 07 Assistentes Sociais que participarão da pesquisa. Esta realidade reflete e pode explicar a manifestação incipiente do exercício profissional nestes processos. A partir dos dados, aponta-se para a importância do trabalho dos assistentes sociais nestes processos, tendo os sujeitos pesquisados salientado a necessidade do Serviço Social se reorganizar para ampliar sua atuação nestes espaços, fortalecer o processo de formação e a materialização do projeto ético-político, posto que esses processos estão alinhados com o mesmo. Por fim, pretende-se apresentar proposições para contribuir na superação dos limites e materialização das possibilidades de atuação nesses processos.

Hipótese:

Na atualidade, a discussão da categoria do Serviço Social sobre os novos espaços de trabalho e as novas competências profissionais, tem-se tornado pauta de reflexão sobre as questões que envolvem a qualidade do fazer profissional. Não se pode negar que as mudanças no mundo do

trabalho, bem como o surgimento das novas expressões da questão social nos levam a fazer uma análise a partir das exigências do mercado de trabalho, sobre o surgimento de novos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, tomando como exemplo a consultoria e assessoria.

Dessa forma, considera-se necessário analisar, pesquisar e escrever sobre os processos de assessoria e consultoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM, pois ao instigar o debate a partir desta pesquisa acreditamos aprofundar os questionamentos para consolidação e ampliação do espaço ocupacional, à medida que a assessoria/ consultoria podem tornar-se espaços desafiadores de trabalho do Serviço Social, apresentando os desafios e contribuições que permeiam o exercício profissional no atendimento às famílias beneficiárias do programa habitacional neste espaço ocupacional, uma vez que estes

espaços encontram-se normatizados na Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social no Brasil (Lei n. 8662/93), identificando o exercício da consultoria e o da assessoria como uma atribuição privativa do profissional do Serviço Social, bem como uma competência que este profissional dispõe para efetivação do atual projeto de profissão.

Metodologia Proposta:

O presente projeto de pesquisa apresenta como proposta trabalhar o método Materialismo Histórico e Dialético que pressupõe analisar a realidade e explicar a evolução da matéria, da natureza e do próprio homem. A respeito da trajetória metodológica, concordamos com Ghedin e Franco (2008, p. 27), para quem o método é sempre uma perspectiva de onde se quer partir para chegar a um algum lugar. Neste contexto, para responder aos objetivos da pesquisa tem-se como

categorias de análise centrais: Estado; Política Pública Contemporânea de Habitação; e Trabalho do Assistente Social (Consultoria e Assessoria). Categorias que se inter cruzam no percurso da pesquisa. No processo de escolha do caminho a seguir, a investigação de abordagem qualitativa mostra-se ser a mais adequada para a proposta deste estudo, visto que, para além de descrever os fatos da realidade, buscaremos analisar e compreendê-los mediante a interação entre os sujeitos que dela participaram. A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador uma maior interação com o local da pesquisa e os participantes, essa relação oferece oportunidade ao pesquisador de ouvir além dos assuntos relacionados ao seu objeto de estudo as histórias de vida dos sujeitos. Acredita-se, assim como Minayo (2011), que esse tipo de metodologia teórica permite desnudar processos sociais ainda ocultos em uma realidade e favorece a elaboração de novas abordagens, revisão e ideação de novos conceitos e categorias no percurso da investigação. Quanto aos procedimentos técnicos, instrumentos e análise de dados, o

delineamento da pesquisa está estruturada em três fases, sendo elas: 1ª Fase pesquisa bibliográfica - A pesquisa bibliográfica consiste na utilização de recursos produzidos cientificamente que proporcionem o embasamento teórico e subsídios para a análise dos dados. 2ª Fase pesquisa documental - A pesquisa documental possui a finalidade de obter dados que estão restritos a documentos, sejam eles escritos ou digitalizados. 3ª Fase pesquisa de campo - A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de obter informações acerca do objeto de pesquisa, pelo qual se procura uma resposta que possibilite analisar os

fenômenos a serem abordados (MINAYO, 2011; LAKATOS, 2010; GIL, 2008). Referente aos dados qualitativos, será utilizado a análise de discurso, que é um instrumento que possui uma diversidade de técnicas de análise da comunicação que vão variar de acordo com a necessidade do pesquisador, em que pode ser perceptível as simbologias, significados, opiniões e entre outros, através do discurso apresentado. Quanto ao processo de coleta de dados, se adotará à entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista segue um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas que facilitem à discussão do tema proposto em uma conversa mais informal. Para Gil (2008) as entrevistas semi-estruturadas são parcialmente estruturadas, guiadas por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Organização dos dados: oriundos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com vistas a edificar a construção de um conhecimento consistente e coerente sobre o tema investigado. A amostra é não-probabilística e os sujeitos foram escolhidos de forma intencional por sua tipicidade com base nos objetivos da pesquisa. Neste contexto, será aplicada uma entrevista semiestruturada com os profissionais do Serviço Social que atuam em consultoria e ou assessoriano desenvolvimento do Trabalho Social no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na cidade de Manaus/AM. Constituem o universo da pesquisa 07 Assistentes Sociais que participaram da execução do PTS no Residencial Cidadão Manauara I, localizado na Zona Norte da Cidade de Manaus-AM, na Rua Samambaia, nº1319, Bairro Santa Etelvina, por meio da consultoria e assessoria, no recorte temporal de janeiro de 2017 a maio de 2018, ao total serão aplicadas 07 entrevistas.

Metodologia de Análise de Dados:

Na pesquisa será utilizada a análise de conteúdo por ser uma técnica que possibilita responder e legitimar pressupostos sobre dados de uma determinada conjuntura, por meio de procedimentos especializados e científicos. Concordando com Minayo (2013), entende-se que essa análise

parte inicialmente de uma leitura das falas das entrevistada, para um aprofundamento posterior, ultrapassando as orientações explícitas no material.

Para isso, frequentemente os procedimentos buscam “relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados dos textos com os

fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem” (MINAYO, 2013, p.57).Referente aos dados qualitativos, será utilizado a análise de discurso, que é um instrumento que possui uma diversidade de técnicas de análise da comunicação que vão variar de acordo com a necessidade do pesquisador, em que pode ser perceptível as simbologias, significados, opiniões e entre outros, através do discurso apresentado. Em que buscará a causa da existência das problemáticas, suas relações, tratando de compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos meios culturais e apoia-se na estatística para determinar a representatividade da amostragem. (BARDIN, 2016; CERVO; BERVIAN, 1996; RICHARDSON, 2012). Os dados a serem obtidos correlacionarão com as categorias analíticas que proporcionarão a interpretação dos mesmos para corresponder ao objetivo de analisar a atuação do assistente social na consultoria, refletir sobre os desafios, avanços e retrocessos do exercício profissional no desenvolvimento

de suas atividades nessa área de atuação, avaliando o potencial e os limites da consultoria como espaço ocupacional no serviço social. Por fim, é sob estes aspectos metodológicos, que desenvolveremos a investigação buscando construir, o mais próximo possível, um quadro interpretativo da realidade em que se insere o contexto estudado. A utilização de categorias analíticas permite a organização sistemática das falaslivres dos entrevistados, sintetizando conteúdos semelhantes ou contraditórios. Após a análise, os dados serão confrontados com a literatura que discute a problemática levantada, será descrita e defendida a dissertação. Após construção da dissertação será necessário adequar o texto dentro das normas da Associação Brasileira de Normas técnicas da ABNT.

Critério de Inclusão:

Profissional que atua na consultoria; Estar no exercício legal de suas atribuições com o Conselho Regional de Serviço Social; Fazer parte da equipe técnica que desenvolveu o Trabalho Social; Ser morador da cidade de Manaus-AM há, no mínimo, quatro anos; Aceitar os critérios para o desenvolvimento da pesquisa.

Critério de Exclusão:

Profissionais que atuam na Consultoria, mas que não sejam assistentes sociais; Assistentes Sociais que trabalham na consultoria, mas que atuam com trabalho voluntário; Profissionais formados em serviço social mas que atuam na consultoria em outros cargos que não seja o de assistente social.

Tamanho da Amostra no Brasil: 7 (sete) participantes;

O Cronograma de Execução está detalhado e prevê a etapa de Pesquisa de Campo entre 25/04/2022 e 31/05/2022;

O Orçamento Financeiro está detalhado e prevê um custo de R\$ 1.736,00 e é indicado Financiamento próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os entraves e as possibilidades para consolidação e ampliação do espaço ocupacional do assistente social nos processos de consultoria e assessoria, tomando-se como referência o Projeto de Trabalho Social – PTS, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, na Cidade de Manaus-AM.

Objetivo Secundário:

I. Identificar os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que embasam a atuação profissional dos Assistentes Sociais nos processos de consultoria e assessoria; II. Avaliar potencialidades e limites da consultoria e assessoria como espaço ocupacional, a partir da visão dos assistentes sociais que trabalharam no desenvolvimento do Projeto Social no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida; III. Refletir sobre avanços, retrocessos e desafios em relação ao protagonismo do assistente social no desenvolvimento de suas atividades nessa área de atuação profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora responsável:

Riscos:

Sobre o risco da pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, fazendo com que a entrevista se torne um momento prazeroso, mesmo sabendo que no decorrer de uma entrevista muitos são os riscos para os participantes, o risco é possível para qualquer tipo de assunto a ser abordado, por levarem os participantes a compartilharem aspectos pessoais e frequentemente íntimos de suas vidas podendo causar maior constrangimento, vários são os riscos que o entrevistado pode enfrentar, a saber: invasão de privacidade; possíveis desconfortos associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum desconforto, constrangimento, cansaço ou estresse; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais, tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista; quanto à formulação das questões o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas (BOURDIEU, 1997). Antes de uma entrevista o pesquisador tem que considerar os danos físicos, morais e psicológico que esse ato poderá causar ao participante da pesquisa, o danopsicológico é um risco que não pode ser negligenciado. Ademais, com vistas a assegurar o sigilo, bem como preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos procederão à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, de acordo com o que é preconizado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2,

Res. CNS nº 466/2012). Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, o participante será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços ou organizações não governamentais que prestam apoio nestas situações. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Ou seja, está assegurado o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Os procedimentos acima definem, por isso, o direcionamento ético e responsável para que seja realizada a coleta de dados e informações, garantindo a manutenção do sigilo, privacidade e dos dados do sujeito participante durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. tendenciosas (BOURDIEU, 1997). Antes de uma entrevista o pesquisador tem que considerar os danos físicos, morais e psicológico que esse ato poderá causar ao participante da pesquisa, o dano psicológico é um risco que não pode ser negligenciado. Ademais, com vistas a assegurar o sigilo, bem como preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos procederão à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, de acordo com o que é preconizado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, o participante será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços ou organizações não governamentais que

prestam apoio nestas situações. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Ou seja, está assegurado o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº

466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material,

exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Os procedimentos acima definem, por isso, o direcionamento ético e responsável para que seja realizada a coleta de dados e informações, garantindo a manutenção do sigilo, privacidade e dos dados do sujeito participante durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Benefícios: Os benefícios podem ser caracterizados como diretos ou indiretos, pois os resultados poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas e contribuir para subsidiar novas pesquisas e discussões sobre a atuação dos profissionais assistentes sociais em ações na área da consultoria e assessoria. Quanto aos benefícios a mesma, a resolução 510/6, no seu art. 2 inciso III, define benefícios como: “contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade” [...], dessa forma acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar o debate e a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais nesse espaço ocupacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo de segunda versão do projeto “O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA CONSULTORIA E ASSESSORIA NO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, NA CIDADE DE MANAUS/AM”, em resposta ao parecer nº 5.214.815;

CARLIANE CASTRO SILVA - Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana de Manaus (2008). Especialização em ASSISTÊNCIA SOCIAL E

FAMÍLIA pela Faculdade Metropolitana de Manaus (2010). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Consultoria, Assessoria e Habitação. Bolsista do Programa de Apoio à Pós-Graduação STRICTOSENSU - PROSGRAD / FAPEAM (Fonte: Plataforma Lattes);

Equipe de pesquisa. Estão indicados no PB:

MARCIA PERALES MENDES SILVA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1985), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). É Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, onde atua no ensino de graduação em Serviço Social e nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (Mestrado) e Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Mestrado e Doutorado). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA) desde 2001 e tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Política, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, direitos, avaliação, exercício profissional e criança e adolescente. Exerceu o Cargo de Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI (2005-2009). Vencedora do Prêmio Samuel Benchimol na categoria Personalidade Amazônica 2011. Coordenou pesquisas financiadas pela FINEP, FAPEAM, CNPq e Observatório Social (CUT). Exerceu o cargo de Reitora da Universidade Federal do Amazonas de julho de 2009 a junho de 2017. Foi presidente do Fórum de Reitores da Região Norte (2009 a 2011), Coordenadora da Regional Norte da ANDIFES (2012-2013-2014), representante da ANDIFES na Comissão da CAPES de Monitoramento do Plano Nacional de Pós-Graduação e Vice-Presidente da ANDIFES no período de agosto de 2014 a agosto de 2015. Atualmente é Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM (Fonte: Plataforma Lattes);

Natureza do projeto:

Grandes Áreas do

Conhecimento (CNPq)

Grande Área 6. Ciências

Sociais Aplicadas;

O protocolo trata de projeto que deve atender além da Res. 466/2012-CNS a Resolução nº 510/2016 - Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TERMO DE ANUÊNCIA ADEQUADO. Apresentado no arquivo Termo.pdf, 15/12/2021 15:55:09, a anuência assinada por Hudson Tavares de Almeida, Diretor Presidente da Seven Consultoria e Projetos;

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ADEQUADO. Apresentado no arquivo Instrumento_coleta.pdf, 15/12/2021 15:53:22;

TCLE: ADEQUADO. Apresentado no arquivo TCLE.pdf 15/12/2021 00:24:40;

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA. Apresentada no arquivo Folha_Rosto.pdf 19/02/2022 00:47:45.

Recomendações:

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais. Pesquisas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas devem atender ao estabelecido no Of. Circ. Nº009/PROPESP/2020/2020/PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19): "As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos.

E-mail: cep@ufam.edu.br

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1874504.pdf	19/02/2022 01:00:11		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_BROCHURA.pdf	19/02/2022 00:57:33	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito
Outros	CartaRespostas_de_Pendencias.pdf	19/02/2022 00:51:26	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	19/02/2022 00:47:45	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito
Outros	Termo.pdf	15/12/2021 15:55:09	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito
Outros	Instrumento_coleta.pdf	15/12/2021 15:53:22	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/12/2021 00:24:40	CARLIANE CASTRO SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 02 de
Março de 2022

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca